

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Democracia e Processo Político na Bolívia (1952-2005)

Rafael Montan Torres

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao
Departamento de Ciências
Sociais da UFSCar**

Orientador: Dr. Marco Antonio Villa

**São Carlos
2009**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

T693dp

Torres, Rafael Montan.

Democracia e processo político na Bolívia (1952-2005) /
Rafael Montan Torres. -- São Carlos : UFSCar, 2009.
134 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2009.

1. Democracia. 2. Processo político. 3. Bolívia. 4.
Eleições. I. Título.

CDD: 321.8 (20^a)



BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Rafael Montan Torres

21/01/2009

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'M. Villa', is positioned above a horizontal line.

Prof. Dr. Marco Antonio Villa
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'F. Azevedo', is positioned above a horizontal line.

Prof. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Leonardo do Nascimento', is positioned above a horizontal line.

Prof. Dr. José Leonardo do Nascimento
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/UNESP

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos professores doutores Marco Antonio Villa, Fernando Azevedo e José Leonardo do Nascimento pelo acompanhamento e avaliação do trabalho científico. Gostaria de agradecer toda a estrutura institucional da Universidade Federal de São Carlos, em particular, a Biblioteca Comunitária e as secretarias de graduação e pós-graduação em ciências sociais, especialmente a Dercy, o Ronaldo e a Patrícia.

Gostaria de agradecer os professores do departamento de ciências sociais, especialmente os professores doutores Eduardo Garutti Noronha e Marina D. Cardoso pelos ensinamentos das disciplinas teóricas de pós-graduação em ciências sociais.

Gostaria de agradecer os amigos de convivência universitária, principalmente aqueles com os quais já dividi moradia.

Gostaria de agradecer minha esposa Vanessa Carolina Domingues Rosseto, meus pais Maria Aparecida Batista Montan Torres e Fredy Joel Montan Torres pela apoio nestes árduos meses de trabalho acadêmico, pessoas sem as quais não há muito significado na vida.

Agradeço as minhas irmãs: Gisele Abigail Montan Torres, Ana Gabriela Montan Torres e Raquel Montan Torres pelo apoio e carinho de sempre.

Agradeço ao Anderson Silva pela possibilidade de trabalho e aprendizado na Factual Consultoria em Pesquisas.

Agradeço a Juresa Ferro e Aço e Target Soluções em Recursos Humanos pelo novo aprendizado prático e pelo novo desafio de trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1 O VOTO COMO EXPRESSÃO DAS CLIVAGENS SOCIETÁRIAS.....	23
1.1 Democracia e Teoria Política.....	24
1.2 Teoria Contemporânea.....	29
1.3 Modelos Democráticos e Diversidade.....	33
1.4 <i>Poliarchicus</i>	39
2 A REVOLUÇÃO NACIONALISTA e AUTORITARISMO	46
2.1 A Revolução de 1952.....	47
2.2 Regimes Militares Autoritários.....	60
3 ABERTURA DEMOCRÁTICA e FRAQUEZA INSTITUCIONAL	67
3.1 Ausência de Coesão Interna.....	68
3.2 Conturbada Abertura Democrática.....	73
3.3 Democracia e Fragmentação Partidária.....	80
4 ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS NA BOLÍVIA.....	87
4.1 Fragmentação Partidária.....	88
4.2 Particularidades Institucionais e Atores Políticos.....	99
4.3 Legitimidade e Disputa Eleitoral.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
ANEXOS.....	127
BIBLIOGRAFIA.....	132

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como finalidade discutir a consolidação democrática na Bolívia através da revisão histórica dos principais acontecimentos políticos da segunda metade do século XX até a eleição de Evo Morales em 18 de dezembro de 2005. Pretendemos dimensionar a formação e estruturação da democracia política no país, focando a efetiva participação política dos segmentos indígenas no jogo político como definidor desta consolidação democrática.

Revisaremos algumas das principais contribuições da sociologia política contemporânea relacionada à temática da democratização contemporânea. Analisaremos três eleições (1997, 2002 e 2005) a fim de compreendermos o desenvolvimento da organização partidária do MAS¹ e seu êxito na conquista da presidência em 2005.

A Bolívia é um caso relevante na explicação da importância das modificações institucionais favorecedoras à estruturação de um sistema político mais inclusivo e representativo. Pela observação dos fatos acreditamos na manifestação de um fenômeno político mais geral ao ocidente mundial, notadamente, relacionado a eleição de presidentes identificados com segmentos até então excluídos do poder. Esta característica preliminar pode atualmente ser comum a vários países ocidentais estruturados politicamente via eleições.

O primeiro capítulo trata dos conceitos sociológicos importantes para o desenvolvimento da teoria política contemporânea. Os autores em destaque neste capítulo não trataram propriamente o caso boliviano, entretanto, estão em destaque devido a relevância de suas teorias gerais sobre comportamento sócio-político contemporâneo.

O segundo capítulo deste trabalho tem como finalidade desenvolver o entendimento dos acontecimentos históricos a partir da Revolução Nacionalista até a abertura democrática da década de 80. Desta forma introduzindo a questão sobre o advento da democracia política na Bolívia.

O terceiro capítulo visa demonstrar as limitações da Revolução Nacionalista de 1952 como também analisar os regimes autoritários instaurados a partir de 1964 como perturbadores da plena democracia na Bolívia.

¹ Movimiento Al Socialismo.

O quarto capítulo analisa as três últimas eleições ocorridas na Bolívia e destaca o êxito das organizações políticas indígenas. Entretanto, demonstra não apenas o moderno desenvolvimento organizativo dos segmentos indígenas, como também os fatores políticos contribuintes para a ocorrência deste fato.

A partir da revisão bibliográfica referente à sociologia política e à teoria política contemporânea buscamos os fundamentos teóricos para o entendimento das necessidades básicas de um sistema político democrático em pleno funcionamento. Finalmente, ao tratarmos das três últimas eleições no país procuramos demonstrar como as principais mudanças do sistema político boliviano foram importantes para surtirem efeitos tal como a gradativa pluralidade na composição do poder legislativo do país.

Pretendemos ao longo da discussão introdutória demonstrar as dificuldades encontradas ao optarmos pelo estudo de caso como também esboçarmos as advertências relacionadas à pesquisa social nos países latino-americanos. Visamos estabelecer um ponto teórico de partida, tratando inclusive dos principais contribuintes para a compreensão da realidade política boliviana.

Ao pensarmos os problemas políticos da América Latina devemos considerar as possíveis similaridades entre os diversos países dessa região, inclusive, com relação a incipiente democracia. Entretanto, optar por um estudo de caso é buscarmos uma caracterização do processo particular relacionado ao nosso objeto de estudo.

Ao tratarmos da democracia nos países ibero-americanos necessitamos realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema de pesquisa ao mesmo ponto que não podemos negligenciar a observação dos principais fatos determinantes para a ocorrência da abertura democrática nos países analisados.

Muitas das contribuições teóricas adotadas não tratam especificamente do caso boliviano, todavia, o surgimento de categorias explicativas e o desenvolvimento de conceitos viabilizam transcendermos o discutido com relação à democracia contemporânea a outras realidades tal como empregamos no estudo sobre as condições democráticas das últimas eleições bolivianas.

Da Revolução Nacionalista de 1952 até a efetiva viabilidade participativa dos indígenas na política temos pouco mais de 50 anos e as discussões teóricas relacionados à democracia contemporânea traz luz ao caso boliviano e a interpretação das últimas

eleições ocorridas no país nos evidenciará as implicações resultantes das mudanças institucionais do sistema político em questão e o quanto favoreceram a incorporação dos até então excluídos.

Primordialmente, reconhecemos o atual sistema político pluralista² da Bolívia, onde a distribuição de poder não está centralizada única e exclusivamente no Estado, tendo as organizações políticas como responsáveis pela distribuição de poder fora do meio estatal. A emancipação da esfera civil encontra atualmente uma condição maior de contestação ao sistema político em vigor sem a pretensão de rompê-lo ou eliminá-lo por completo.

As eleições e suas regras previamente estabelecidas são uma contribuição do liberalismo e transcendem ao escopo da teoria democrática como fatores de colaboração para o advento de um sistema político coerente e articulador da representação política dos diferentes segmentos sociais.

Alguns problemas da esfera política, tais como: a instabilidade política e o deficitário desenvolvimento econômico são empecilhos para a solidificação das estruturas institucionais facilitadoras do regime democrático. Desta forma, o jogo democrático tende a funcionar melhor em países com um desenvolvimento econômico mais satisfatório, sendo nestes a ocorrência maior de sistemas políticos estáveis. Em alguns países, a má distribuição de renda é um agravante do insuficiente desempenho da economia desta forma desfavorecendo o fortalecimento democrático e facilitando a instabilidade.

Neste trabalho priorizamos a compreensão da esfera política. Identificamos os atuais acontecimentos políticos como uma conseqüência da instauração do sufrágio universal em 1952, da abertura democrática da década de 80, das modificações institucionais da década de 90 e da adequação dos indígenas aos procedimentos políticos democráticos contemporâneos.

² BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (2002:928-33). O pluralismo é descrito por Norberto Bobbio como sendo uma concepção que propõe um modelo de sociedade composta por grupos ou centros de poder. Esta concepção desenvolveu-se bem depois do advento e desenvolvimento do Estado Moderno. Desta forma o pluralismo apesar de não se opor ao liberalismo clássico e à teoria democrática não deixa de ser distinto de ambos em sua estrutura significativa. Desta forma, o Estado: constitucional, liberal e democrático pode ser um Estado pluralista. Sendo assim inúmeras distinções de pluralismo passam a serem difundidas, sempre tendo como central a minimização do poder central estatal. Entre as diversas perspectivas possíveis tendemos a enfatizar mais neste presente trabalho, o pluralismo democrático, observando a estruturação da livre associação como prerrogativa institucional da mobilização pelo poder.

O estudo de caso é a opção metodológica deste trabalho numa tentativa de desvendarmos as particularidades históricas da Bolívia. Nosso objeto de pesquisa mais específico refere-se ao processo de democratização considerando a recente inserção dos indígenas no processo de formação de políticas públicas e na conquista de cargos eletivos. Dentre os quais alguns muito relevantes, tal como a eleição de Evo Morales em 18 de dezembro de 2005, vitorioso na disputa presidencial ainda no primeiro turno com mais da metade dos votos válidos.

O sufrágio universal não é por si só responsável pela equidade política. As organizações políticas, principalmente os partidos políticos assumem um papel central nesta questão assim como as alterações nas regras de disputa do poder são os aspectos que contribuem para a atuação dos mais diversos segmentos sociais do país.

A revisão histórica facilita a compreensão do atual desgaste dos partidos tradicionais estruturados a mais de 20 anos. Entretanto, este fato não deve ser apontado como o único responsável pelo êxito político do MAS. Além do amadurecimento dos segmentos indígenas e sua adequação ao jogo democrático, as mudanças institucionais da década de 90 facilitaram a equiparação da representação legislativa local e partidária no país.

Logo após a abertura democrática a *Nueva Política Económica* de 1985 determinou o Estado menos interventor na economia, programas sociais não foram empregados com sucesso e o desemprego atingiu grande parte dos trabalhadores. Os segmentos mais desfavorecidos economicamente encontraram mais dificuldades em inserirem-se politicamente na recente redemocratização. Entretanto, a dificuldade de organização de partidos políticos sem a influencia dos já tradicionais líderes políticos também colaborou com este quadro.

Do período ditatorial até a abertura democrática inúmeros temas são passíveis de destaque, entretanto, buscamos analisar as eleições com maior grau de legitimidade, menos corruptas, realizadas sob condições mais satisfatórias e estabelecidas segundo garantias democráticas. Desta forma, tratamos as mudanças institucionais da década de 90 do século XX como os principais pontos de colaboração para a efetivação de disputas políticas mais democráticas. As modificações nas regras de disputa e representação

política possibilitaram uma participação mais efetiva dos diversos segmentos da sociedade boliviana, principalmente dos indígenas, maioria da população do país.

O papel de coadjuvante relegado aos indígenas no cenário político boliviano foi minimizado a partir da eleição presidencial de 2002, entretanto, é a partir da eleição de 2005 que a representação política dos indígenas torna-se mais equilibrada. Entretanto, a dualidade segmentando o país é expressa inclusive na composição do poder legislativo nacional; *Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando* fazem oposição ao governo de Evo Morales e se autodenominam *media luna* devido à configuração geográfica destes departamentos. A oposição liderada pelo *Podemos*³ domina praticamente metade do legislativo nacional expressando uma pequena sub-representação na Câmara dos Deputados e um breve domínio no Senado.

A falta de unidade sócio-política na Bolívia apesar de perversa não pode ser vista como algo inapropriada dada a latente necessidade de reconhecimento das diferenças entre os constituintes nacionais. A própria eleição de Evo Morales em 18 de dezembro de 2005 não deve ser encarada como algo surpreendente, principalmente se atentarmos para a contínua organização política dos segmentos indígenas desde a década de 70 do século XX. Entretanto, é após a construção de organizações partidárias independentes sem a influencia de outros partidos políticos que ocorre o amadurecimento político dos indígenas.

Pretendemos a partir do estudo de caso distanciarmo-nos de uma análise generalista dos problemas sócio-políticos da América Latina tal como realizada principalmente pelos norte-americanos assim como nos indica Florestan Fernandes⁴. Principalmente se considerarmos que nenhum modelo democrático pode ser transposto como ideal na explicação de outro. Desta forma pretendemos contribuir para o entendimento das especificidades da realidade boliviana. Tratando as diferenças culturais como causa suficiente para a diversificação de processos de transição democrática, dado a

³ *Poder Democrático Social*.

⁴ FERNANDES (1976:35-171) nos indica a necessidade do amadurecimento das ciências sociais em países com pouco desenvolvimento econômico e afirma as diferenças entre a academia estrangeira e a latino americana. Afirma a importância de um modelo não excluir totalmente o outro, mas foca as diferenças culturais inclusive no ambiente intelectual. Esta perspectiva além de compreender as particularidades também passa a considerar as próprias diferenças existentes entre os próprios latino-americanos assim como a própria diferença entre as diversas áreas de conhecimento das ciências sociais. Esta crítica pretende perpassar o paradigma *americanista* sobre a inadequação dos países latino americanos ao processo de modernização capitalista. Desta forma, reconhecendo as diversidades culturais de cada lugar capazes de influenciar a adequação a uma dada realidade de construção das instituições democráticas.

particularidade de cada país principalmente com relação às aspirações ou demandas cobradas dos governos. Desta forma, é de se esperar esta influencia na formação institucional de cada país.

Os especialistas que se auto-intitulam americanistas tendem a focalizar os programas das ciências sociais nessa região de uma perspectiva nacional e, por assim dizer, competitiva. Pondo-se de lado deficiências de compreensão e lamentável falta de informação, preocupando-se, de modo absorvente, com o status acadêmico desses estudos nos círculos universitários norte-americanos, sua pequena importância em confronto com o interesse por outras regiões do globo e as vicissitudes que marcam as diferentes etapas do desenvolvimento dos estudos latino-americanistas nos Estados Unidos (FERNANDES, 1976:166).

O americanista estrangeiro e o cientista social latino americano se contrapõem em posição e avaliação com relação à expansão (do conhecimento) das ciências sociais na América Latina. A forte tendência de analisar a América Latina como um todo geográfico não delimitando as particularidades de cada país da região dificulta a obtenção de conclusões aplicáveis a cada realidade.

Florestan Fernandes descreve as ciências sociais como fontes de conhecimento capazes de estruturar artifícios práticos favorecendo a democratização da cultura e do poder. Num sistema político democraticamente desenvolvido, as diversas identidades de um país encontram condições de ao menos expressarem suas aspirações como também de procederem em busca de representação política.

O modelo democrático boliviano dentre outros aspectos deve tratar da marginalização dos segmentos indígenas e mestiços como um problema antigo ainda passível de solução. Atualmente estamos tendo a possibilidade de acompanhar um momento de quebra hegemônica⁵ impulsionada principalmente pela manifestação cultural

⁵ DAHL (2005: 25-50). A democracia seria dotada de condições que favorecem a formação de um regime de livre competitividade entre opositores políticos organizados legalmente em partidos. A possibilidade de formulação e expressão de preferências passa a ser uma prerrogativa da democracia. Para o autor em nota; a conquista da plena contestação pública e o pleno direito de participação em eleições e cargos públicos são dados como sendo as dimensões teóricas da democratização. O rompimento com a hegemonia política na Bolívia nos demonstra um deslocamento do regime em questão para um modelo mais competitivo e inclusivo. O esperado é a possibilidade de circulação de poder e a tolerância entre governo e opositores. A Bolívia demonstra avanços no primeiro aspecto e dificuldade de obtenção do segundo. Entretanto, não a nada que comprove a existência de uma lei histórica de inevitável transição da hegemonia política para a contestação

de formas particulares de expressão reverberando em um aspecto mais específico: a disputa política.

Desta forma, fica claro a incipiente democracia boliviana dada o constante atrito entre os diferentes segmentos constituintes da sociedade. De um lado as elites acostumadas a exercerem o poder desde o período pós-revolução nacionalista e de outro os indígenas e mestiços sempre contestatórios, mas recentemente fortalecidos desde a queda de G. Sanchez de Lozada em outubro de 2003. O conflito faz parte do jogo democrático, entretanto a minimização do radicalismo e a solução conjunta para os problemas de uma dada nação fazem parte deste processo.

...o grau de desenvolvimento atingido pela democracia incrementou (e tende a incrementar ainda mais) o recurso a técnicas racionais de tratamento dos assuntos humanos, segundo requisitos que valorizam o respeito à pessoa e aos interesses sociais das coletividades humanas consideradas como todo (id. *ibid*: 1976:38).

Logo, ao pensarmos a democracia⁶, estamos pensando nas diversas coletividades existentes dentro de um mesmo sistema político e como estas se relacionam tendo como ideal a necessidade de co-existência mútua segundo padrões mínimos de respeitabilidade. Sendo de suma importância a necessidade da defesa de interesses comuns.

Segundo Florestan Fernandes os padrões econômicos, políticos e sociais de um país podem ser diretamente ou indiretamente modificados e os países de desenvolvimento deficitário deveriam se preocupar ainda mais com este questionamento utilizando as disciplinas das ciências sociais para ampliarem ainda mais estas transformações.

pública. Segundo este autor, as condições que favorecem a contestação pública são: seqüências históricas, concentração e desenvolvimento socioeconômico, desigualdades, clivagens subculturais, controle estrangeiro e crença de ativistas políticos.

⁶ BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (2002:319-29). A teoria democrática contemporânea possui três matrizes. Inicialmente, a democracia se distingue da monarquia e da aristocracia, seqüencialmente ocorre o advento da soberania popular e estabelece a República como melhor modelo capaz de viabilizar o êxito democrático. Num formato prático e objetivo a democracia é um conjunto de regras que regulam a esfera política de um dado país. Sendo assim podemos caracterizá-la como um modelo passível de variação segundo as necessidades institucionais de cada lugar.

a sociologia pode oferecer ao investigador, em um país subdesenvolvido, meios para ajustar-se, como e enquanto cientista, às suas obrigações intelectuais, advindo daí um regulador espontâneo da qualidade e da consistência de suas contribuições teóricas (id. *ibid.*:80).

Devido às limitações institucionais do desenvolvimento da sociologia científica se faz necessário à obtenção de uma maior capacidade de inovação institucional, inclusive procurando expandir condições materiais para o exercício das ciências sociais. Entretanto, o maior desenvolvimento das ciências sociais nos EUA e em alguns países da Europa nos exige um estudo criterioso dos avanços empreendidos nestes países.

O americanista também está inserido num processo histórico-cultural. Apenas, suas contribuições visam o progresso da ciência de uma forma direta e imediata... e não a expansão da ciência na América Latina... os centros de interesses dominantes, que regulam, diferenciam e incentivam os esforços intelectuais do americanista, situam-se fora da América Latina... Em conseqüência, um importante fluxo de investigações e de contribuições científicas faz dos problemas da América Latina o seu *locus* e o seu objeto. Mas não traduz, intelectualmente, nem o estado, nem as possibilidades, nem o futuro das ciências sociais nesta região... (id. *ibid.*: 177-82).

Além de desenvolver as instituições tanto acadêmicas como democráticas, o cientista social na América Latina deve saber de antemão quais contribuições estrangeiras vai utilizar em seu escopo conceitual. Procurando não ser influenciado por perspectivas equivocadas derivadas do distanciamento excessivo entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. Desta forma, é possível concretizar melhor o entendimento maior dos países analisados.

O Estado⁷ de organização democrática possibilita alterações no comportamento dos cidadãos (eleitores), nas instituições e nos processos políticos;

⁷ BOBBIO (2005:53-166) e BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (2002:401-8). O estudo do Estado trata da história das instituições políticas e das doutrinas políticas. Maquiavel é tido como o precursor do debate ao determinar a República como regime antagônico à Monarquia, já em *Vico o stato fenino*, ou melhor, o Estado Bestial preconizaria a formação do Estado. Segundo Bobbio, os eruditos tendem a atrapalharem a formação de novas práticas políticas ao se prenderem principalmente a estas e outras noções consagradas do pensamento político. Sob a perspectiva da ciência política é possível estabelecer elementos e mecanismos de análise, tais como: critério de aceitabilidade que consiste na verificação ou falsificação dos

favorecendo o surgimento de uma solidariedade nacional conjuntamente com a possibilidade gradativa de democratização do poder. Dentre os infinitos sentidos práticos é possível destacar o Estado como o responsável por tentar atender os interesses da maior parte possível da população residente em dado território de domínio.

Apesar das matrizes teóricas serem as mesmas, as conclusões de Florestan Fernandes identificam as diferenças entre os *americanistas* e os cientistas sociais latino-americanos cobrando-nos modificações no planejamento e realização de projetos de pesquisas a fim de obtermos o desenvolvimento autóctone das ciências sociais na América Latina.

... é preciso manter cautela e integridade de propósitos... Nenhum cientista social de nenhuma parte do mundo deixará de concordar que é essencial expandir a democracia, associar o desenvolvimento econômico à justiça social, explorar os recursos da ciência em benefício das coletividades humanas e da equidade social, etc. Portanto, a única diferença relevante, que existe entre o americanista mais ou menos neutro às contingências das sociedades latino-americanas e os cientistas sociais destas sociedades consiste em que os primeiros podem negligenciar, em seus países, os meios pelos quais aqueles fins podem ser realizados nas marcas de nossa era e de nossa civilização. Pensando-se assim, mesmo a posição estratégica do cientista latino-americano pode ser entendida e aprovada, com suas implicações intelectuais peculiares, que conferem à sociologia uma importância particular e única tanto para o estabelecimento de um novo padrão de teoria, combinando melhor alvos empíricos, teóricos e práticos (ou seja, um conhecimento sintético da realidade social no nível histórico), quanto para a invenção e a exploração crescentes de técnicas sociais de controle da natureza científica (ou racional) (id. *ibid.*:200-01).

fatos, explicação causal mesmo que inicial ou parcial e conclusões sem juízos de valor. Dentre as inúmeras fontes possíveis, Weber apresenta uma forte validade científica ao estabelecer o Estado como o monopólio da força sobre um determinado território, realmente o alto teor de aceitabilidade desta proposição está dado pela observação incontestada da formação de um aparato administrativo a fim de prover a prestação de serviços públicos e garantir o monopólio legítimo da força. Desta forma, o Estado é uma forma complexa de organização social mantenedora de um domínio de classe na maioria das vezes, porém, essencial para o ordenamento político evitando a anarquia permanente. O domínio do Estado consiste na disputa por poder e a teoria do poder é um dos temas centrais da teoria política. Atualmente, Estado, política e poder, numa perspectiva democrática traduzem-se na capacidade de ser representado.

A responsabilidade de realizar um trabalho de ciências sociais sobre os países da América Latina⁸ é redobrada pela condição social e acadêmica em que estamos postos a trabalhar. Os países com menos desenvolvimento das ciências sociais (como é o caso de toda a América do Sul) devem tentar alcançar uma estrutura institucional capaz de produzir conhecimento a partir de suas próprias experiências e seguindo seus propósitos.

Na América Latina, os pesquisadores seguem uma orientação de pesquisa mais interdisciplinar, logo o olhar da ciência política nestes países recebe influencia: da antropologia, da economia e da história.

... a tradição de pesquisa da América Latina é diferente da realizada na América do Norte e no Leste da Europa. Na América Latina, por exemplo, a ciência política concentra-se mais em estudos históricos e macro-sociológicos em contraste com a tradição norte-americana que é mais quantitativa, teórica e *dotada de ajustes criteriosos*⁹ (DENT, 1990:13).

Notadamente, com relação à questão democrática cada país sul americano deve estabelecer suas instituições, logicamente, preservando condições universais relacionadas à liberdade de expressão e representação necessariamente presentes em qualquer modelo democrático. Os propósitos de cada país são diversos e são determinados segundo aspectos culturais de cada lugar. Desta forma, os procedimentos políticos variam diversamente podendo sofrer uma maior influencia dos aspectos culturais¹⁰. Não temos condições de realizar uma discussão considerando todos os aspectos culturais passíveis de influenciar os procedimentos políticos¹¹. Porém, abordando as organizações (partidárias e

⁸ FERES (2004) Realiza o levantamento da utilização do termo “*Latin America*” nas publicações educacionais e científicas dos EUA desde a década de 70 do século XX até os atuais dias, evidenciando seu emprego preconceituoso e equivocado. A má utilização do termo desde a formação educacional básica acaba de forma significativa sendo transposta aos trabalhos acadêmicos *a posteriori*. Além de nos preocuparmos em desenvolver as ciências sociais na América Latina, temos que superar equívocos residentes em estudos e concepções norte americanas e se possível saná-los.

⁹ O termo utilizado para descrever o destaque norte americano é o “*sharply focused*”. Traduzido aqui como ajuste criterioso.

¹⁰ Segundo Florestan Fernandes, a ideologia seria o outro aspecto passível de influenciar o procedimento político. Neste trabalho não desenvolvemos o aspecto ideológico e nem totalmente o cultural ao passo que estudamos somente um aspecto cultural que é a organização política partidária dos segmentos indígenas e desfavorecidos economicamente num contexto de incipiente democratização e recente alocação em cargos legislativos e executivos.

¹¹ BOBBIO (1995) Neste estudo, inicialmente programado como ensaio, um ano antes de sua publicação final, o autor pretende problematizar a configuração da Câmara dos Deputados da Itália alçada pela disputa

sindicais) indígenas esperamos minimamente contemplar a etnicidade como aspecto cultural passível de influenciar a política, ao menos, no caso boliviano.

Atualmente centros de investigação sociológica contribuem para o desenvolvimento de pesquisas referentes aos problemas políticos da América do Sul. E algumas instituições brasileiras começam a realizar trabalhos mais dinâmicos de acompanhamento dos acontecimentos políticos.¹²

No início da década de 90, David W. Dent tenta organizar a agenda de pesquisa em ciência política da América Latina tendo como principal indagação os diferentes processos de modernização¹³ na América Latina. As economias destes países em seus processos de desenvolvimento e industrialização apresentam na esfera política governos instáveis e sem legitimidade. A falta de êxito dos governantes latino-americanos no âmbito político muitas vezes é visto como falta de capacidade.

Os regimes autoritários instaurados nos anos 60 e 70 na América Latina foram substituídos paulatinamente na década seguinte. Na Bolívia, as modificações da década de 90¹⁴ foram importantes para viabilizar a consolidação democrática. As principais indagações remetem justamente se haverá espaço para a estruturação de regimes democráticos na América Latina.

entre a Aliança Nacional (antiga Direita Nacional) e o Partido Democrático da Esquerda. Guardadas as particularidades institucionais de cada país, a Bolívia principalmente a partir de 2002 passa a vivenciar uma disputa similar entre *Podemos* e MAS. Logo devemos nos ater a importância de manter a diáde entre esquerda e direita. Mesmo após a queda do Muro de Berlim. O autor ainda aponta a existência da esquerda comunista como também da esquerda no interior do sistema capitalista. Desta forma, devemos ter clareza da complexidade de exercermos tal distinção entre *esquerda* e *direita*. Todo procedimento político de esquerda no Ocidente está se reorganizando, seja num país desenvolvido ou em desenvolvimento. Na Bolívia podemos descrever o *Podemos* como um partido de direita e o MAS como partido de esquerda.

¹² O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPRJ/UCAM) é um ótimo exemplo desta prática.

¹³ O processo de modernização refere-se à adequação destes países ao processo de industrialização e ao novo formato das relações de trabalho. Na esfera política, os estudos concentram-se nos governos sem efetividade e pouco consistentes. As pesquisas do “*Handbook*”, orientadas por D. W. Dent concentram-se em alguns países, tais como: Argentina, Brasil, Chile, Cuba e México. Os estudos focam a segunda metade do século XX, principalmente a década de 80. Dent destaca A. O. Hirschman como orientador precursor de um número considerável de estudos sobre política econômica na América Latina e S. Huntington como destaque das análises de ciência política.

¹⁴ No caso boliviano, a Revolução Nacionalista de 1952 foi importante pela instauração do sufrágio universal e pela possibilidade de transformações do meio rural, dando início à inserção política indígena. Entretanto, foi uma transformação insuficiente apesar de importantíssima. As reformas institucionais (década de 90) na Constituição do Estado e no Código Eleitoral colaboram para complementar o processo de transformação societário na Bolívia. Somente após estes acontecimentos as organizações políticas tais como: partidos e sindicatos passam a exercerem um papel relevante.

As perspectivas orientadas por D. W. Dent¹⁵ nos evidenciam as diferenças interpretativas existentes entre as linhas norte-americana e latino-americana dedicada à análise dos problemas relacionados à organização política da América Latina. Colaborando com a tese de Florestan Fernandes sobre as particularidades acadêmicas de cada lugar¹⁶.

Segundo a revisão norte-americana os objetos de estudo mais contemplados são: revoluções¹⁷, política partidária, eleições e grupos de interesse. A tendência metodológica segue a metodologia comparativa. Em muitos dos estudos comparativos são realizados levantamentos a fim de obter um banco de dados utilizado para balanços estatísticos. Esta metodologia envolve tecnologia e muitas informações e tem como pretensão a realização de testes de proposições teóricas abrangentes após as fases descritivas e interpretativas do estudo.

Os norte-americanos dominam a academia formal científica e lideram as proposições de doutoramento em ciência política que tenham como tema a América Latina. De 1960 a 1985, esses estudos focalizam: forças armadas, instituições legais, líderes políticos, processos revolucionários e política partidário-eleitoral. Muitas destas pesquisas foram realizadas no momento de significativas mudanças sociais.¹⁸

O primeiro trabalho envolvendo a temática da democracia política na Bolívia foi realizado por R. J. Alexander que em 1958 intitulado: “*The Bolivian Nacional Revolution*”. Após pouco mais de uma década, J. Malloy publica “*Bolívia: The Uncompleted Revolution*”, obra tida como “clássica” ao retratar as limitações da revolução boliviana.

A metodologia de estudos comparados resulta em 1976 no estudo “*The Impact of Revolution: A Comparative Analysis of México and Bolivia*” de S. Eckstein. A partir deste estudo tornou-se forte a tendência na ciência política de analisar mais de um país ao mesmo tempo sob indagações e categorias similares. Em 1988, Malloy e Gamarra

¹⁵ DENT, D. W. (1990) Neste manual são estabelecidos casos particulares de processos democráticos na América Latina, trabalhando com recortes históricos de no máximo 30 anos. A Bolívia é analisada por Eduardo Gamarra.

¹⁶ FERNANDES (1976:55-201) Apesar de não vivenciarmos um forte período revolucionário na América Latina, transformações sociais acontecem atualmente e a necessidade de estruturação das disciplinas das ciências sociais vem a calhar com os anseios de democratização cultural e política dos países dessa região.

¹⁷ Nesta temática estão inseridos os movimentos organizados, o terrorismo, a violência e a ideologia.

¹⁸ Os processos revolucionários na Bolívia (1952), Cuba (1959) e Nicarágua (1979) fizeram muitos pesquisadores norte-americanos debruçarem-se sobre a temática da Revolução latino americana na segunda metade do século XX.

publicam “*Revolution and Reaction: Bolívia 1964-1985*” revisitando a temática das limitações da Revolução de 1952 agora tratando da retomada do Movimento Nacionalista Revolucionário.

Tanto Malloy quanto Gamarra nos apontam o processo revolucionário da década de 50 como um processo de mudança política que não atingiu seus fins nas décadas seguintes. Na Bolívia, o Estado não consegue efetivar uma estratégia promissora de desenvolvimento e as instituições políticas democráticas não se assemelham por completo a nenhum outro país sul-americano. As particularidades institucionais bolivianas são um dos aspectos mais interessantes de serem analisados.

Pretendemos neste estudo de caso analisar a Bolívia desde a Revolução de 1952 até a eleição de Evo Morales em 2005, a fim de observarmos se houve ou não a superação do modelo de política via pactos e acordos.

Os pesquisadores bolivianos (principalmente de humanidades) foram perseguidos pelos regimes militares autoritários e muitos acabaram sendo exilados. Nem todos os pesquisadores retornaram nas décadas seguintes. Desta forma a ciência política boliviana avançou muito pouco. Segundo Gamarra, as décadas de 60, 70 e 80 na Bolívia são verdadeiros *laboratórios* de ciência política.¹⁹ O recente processo de democratização na Bolívia ainda precisa ser analisado e deve ser acompanhado pelos acadêmicos locais e internacionais.

Entretanto, é necessário explorar mais a história política boliviana:

A nada aprazível experiência boliviana relacionada ao militarismo prolongado de 1964 a 1982 evidencia a suma importância das pesquisas de ciência política na Bolívia (GAMARRA, 1990:189).

As eleições de 1978 tiveram pouca atenção dos estudiosos e pouquíssimos estudos concentraram-se efetivamente nas plataformas partidárias. As disputas partidárias refletem o regionalismo e seus diferentes propósitos. Atualmente esta característica ainda vigora e oculta as diferenças culturais e econômicas. A rivalidade entre ocidente e oriente boliviano é na verdade a rivalidade entre o meio mais moderno e rico em oposição ao tradicional (antigo) e empobrecido.

¹⁹ GAMARRA (1990:190).

Ao tratarmos o regionalismo como forte gerador de cisões internas causadas pelos antagonismos sub-culturais, refletidas na disputa partidária, estamos o reconhecendo como variável primordial a diversidade interna boliviana, notadamente expressa: nos grupos sociais, nos interesses e nas articulações políticas. Devido às fortes diferenças internas, os grupos regionais bolivianos tendem a buscarem o fortalecimento local em detrimento do nacional. E a própria composição legislativa paritária entre deputados locais e deputados eleitos via listas partidárias reforça este fato.

Os nascentes governos civis da década de 80 na Bolívia sempre foram limitados pela constante instabilidade política local. A magnitude da crise dos anos 80 na Bolívia nos permite focalizar a abertura democrática num contexto de severas dificuldades econômicas. A organização partidária indígena conquista avanços gradativos e aos poucos minimiza a intolerância mútua e recíproca existente com relação à elite branca. Logicamente, este processo está em curso e não foi finalizado. Em decorrência desta dificuldade de união entre os diversos segmentos da sociedade conflitos ainda são perceptíveis e talvez sempre serão, entretanto, a consolidação democrática requer senão a superação ao menos a minimização dos conflitos.

Dentre os autores de maior relevo no estudo dos problemas políticos da Bolívia; James Malloy e Eduardo Gamarra são destacáveis devido sua contribuição para o entendimento da abertura democrática na Bolívia. Estes autores tratam do entendimento da lógica institucional boliviana das décadas de 80 e 90 do século XX. Dentre as principais contribuições, a descrição do modelo democrático boliviano como impuro favorecendo o fortalecimento do legislativo e a manutenção de características autoritárias é o mais pertinente.²⁰

A partir da década de 80 ficou comum a utilização de terminologias destacando sub-regiões, tal como a definição *Andes Centrais*: Bolívia, Peru e Equador.

²⁰ GAMARRA (2001) define *hybrid presidentialism* referindo-se a um modelo de presidencialismo com fortes características de parlamentarismo. Em CONAGHAN & MALLOY (1994) há uma boa análise sobre os pacotes reformistas neoliberais da Bolívia nos anos 80 e 90 e o quanto isto foi essencial para a estabilização da hiper-inflação via a manutenção de mecanismos autoritários a fim de manter a austeridade dos planos de estabilização e evitar a sublevação popular.

Entretanto, algumas pesquisas utilizam o estudo de caso como opção metodológica²¹ para entender a democratização e o modelo presidencialista boliviano.

As coalizões, pactos e acordos fazem parte da dinâmica política boliviana e tem como principal função a manutenção do poder e não necessariamente a solução de impasses políticos. Atualmente, a quebra da hegemonia política na Bolívia nos indica a abertura democrática concluída, entretanto, ainda em fase de consolidação. O sistema político boliviano talvez nunca supere a modelo político estruturado a partir de pactos, acordos e coalizões como reguladores da governabilidade.

“... É evidente que mais pesquisas precisam prestar atenção no papel realizado por governos e instituições legais na Bolívia, especialmente durante o período de consolidação democrática” (id. *ibid*:200).

A oposição aos regimes autoritários tentou uma alternativa para se contrapor à direita reacionária originando a UDP (*Unidad Democrática Popular*) que consistia numa mega coalizão de centro-esquerda. Este partido é o precursor das tendências democráticas modernas de esquerda e inicialmente agrega várias tendências e movimentos sociais. A UDP não conquistou o lugar pretendido no sistema político boliviano e teve uma existência curta. Os programas neoliberais foram impostos com o auxílio de esquemas repressivos, os segmentos de extrema esquerda foram contidos e a UDP não se torna um partido político.

As políticas neoliberais de estabilização inflacionária da segunda metade da década de 80 não tinham aceitação popular e recaíam seus custos de arrecadação sobre os mais desfavorecidos economicamente. A economia de mercado, as diretrizes neoliberais e a dependência de auxílio estrangeiro, inclusive para efetuar programas sociais²² agravavam a realidade política boliviana ao passo que conter a hiper-inflação²³ passava a ser uma medida macroeconômica de extrema urgência.

²¹ Uma diferença entre MALLOY e GAMARRA se dá com relação à opção metodológica escolhida, o primeiro opta pela adoção da análise comparada entre sub-regiões geográficas (*Andes Centrais ou América Latina*) e o segundo sempre privilegiando o estudo de caso.

²² VIANA & ARRETCHÉ; (1993) fazem um balanço dos programas sociais no período de contenção inflacionária e constataam a dependência de capital estrangeiro para manter serviços públicos, dentre eles o sistema de saúde, muitas vezes entregue a direção de organismos e ONGs internacionais.

²³ BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (2002:547-53) aspecto econômico de uma crise de governabilidade.

Na década dos ajustes econômicos de cunho neoliberal, Gamarra²⁴ dedica-se ao estudo de políticas e governos, analisa o poder legislativo e o possível fortalecimento democrático na Bolívia. As regras de disputa eleitoral presidencial na Bolívia demonstram a força política concentrada no legislativo devido principalmente ao segundo turno indireto, onde, cabe ao Senado e à Câmara de deputados decidir em votação interna quem será o presidente do país caso nenhum candidato conquiste 50% dos votos no primeiro turno.

As mudanças na legislação eleitoral boliviana da década de 90 possibilitaram a adesão à esfera política de novos segmentos societários até então excluídos. A composição mista da Câmara de deputados formada por deputados uninomiais e plurinomiais num momento fortalece as circunscrições eleitorais locais e paralelamente fortalece os partidos políticos com mais votos na disputa pelo executivo nacional.

Segundo Dent, os trabalhos de ciência política dos anos 90 passam a constituir um “quebra cabeça político” num contexto de desenvolvimento democrático. A partir desta constatação pretendemos uma contribuição modesta dada complexidade dos questionamentos referentes à democratização na América Latina, sobretudo na Bolívia.

Com as aberturas democráticas na América Latina, o foco de pesquisa em ciência política na década de 90 passa a ser: eleições, política partidária e democracia, assim como também a relação entre estado e sociedade.

A diversidade étnica e a relação com a representação partidária eleita passa a ser um aspecto importantíssimo no estudo do jogo político boliviano. O regionalismo, a organização de trabalhadores (rurais e urbanos) como também as exigências modernizadoras dos empresários estão compreendidas na dimensão ideológica, entretanto, perpassados pelas diferenças culturais no âmbito da estruturação das organizações.

... os problemas de consolidação democrática na América Latina profundamente relacionam-se com o componente cultural (DIAMOND, LINZ & LIPSET; 1989:1).

O amadurecimento democrático entra na agenda política de toda a América Latina nos últimos vinte anos do século XX. O fim dos regimes autoritários é o principal fator da possibilidade de consolidação democrática nesses países. Entretanto, alguns países

²⁴ Eduardo Gamarra concluiu sua tese de doutorado em 1987.

mantiveram os segmentos autoritários como alternativas políticas. O próprio Hugo Banzer, líder da ADN (*Acción Democrática Nacional*), responsável pelo governo mais intolerante do século XX na Bolívia conseguiu integrar o grupo de pleiteantes a presidência da Bolívia após a abertura democrática. Todavia, fica claro que alguns países consolidaram mais suas regras de disputa política do que outros.

No caso boliviano, a questão étnica assume uma forte expressividade. Como se dá a democracia contemporânea num país onde a maioria da população é autóctone e não possui seu modelo de organização social contemplado pelas garantias do Estado. Os indígenas sempre estiveram a margem da disputa política e da alocação em cargos diretivos do país. A complexa organização social dos povos originários desta região é secular e alguns grupos são mais numerosos e expressivos tal como os *aymara* que correspondem a cerca de ¼ da população boliviana e sempre tiveram papel central nas mobilizações políticas do país²⁵.

No estudo da organização política dos *aymaras* na década de 70 e no pós Guerra Fria²⁶ fica destacada a combatividade dos indígenas e suas pretensões com relação à construção de uma sociedade mais igualitária no âmbito social e político. A diversa composição étnica na Bolívia nos abre espaço para entendermos a própria dificuldade de unidade entre os próprios indígenas²⁷ dado cada qual identificar-se com uma região e com uma série de costumes próprios. Entretanto, a unidade de todos os indígenas forma uma subcultura latente que necessita emancipar seu modo de vida frente aos ditames essencialmente ocidentais. Atualmente, os povos originários buscam o respaldo político para atender suas próprias demandas significativas.

A unificação de procedimentos de inserção política entre diferentes segmentos indígenas é um fato recente e constitui-se como uma das bases de apoio que levaram Evo Morales à presidência em 18 de dezembro de 2005. As alterações institucionais ocorridas após as eleições de 1993 colaboram para a obtenção de disputas

²⁵ ARANDA (1997) foca a relação dos grupos étnicos na formação de suas organizações políticas (partidos políticos e sindicatos), principalmente os *aymara*.

²⁶ ARANDA (2002) apresenta a permanência dos aspectos étnicos no âmbito da construção organizativa e permanência de dualidades entre esquerda (presente no ideário indígena e sindical) e direita mesmo após a derrocada dos sistemas políticos de esquerda no leste europeu.

²⁷ Na Bolívia encontram-se no território nacional mais de 20 etnias indígenas diferentes. Ver Tabela I no final do Apêndice Metodológico.

políticas menos fraudulentas e mais representativas indo ao encontro das necessidades dos segmentos indígenas.

O processo político de inserção do *campesinato*²⁸ boliviano na política via representação formal relaciona-se com os *cocaleros* a partir do momento em que Evo Morales elege-se deputado uninominal nas eleições de 1997. A permanência de Morales no cenário político boliviano lhe permitiu de certa forma suprir a necessidade latente de um candidato relacionado aos interesses alocados nos anseios dos povos originários. Entretanto, o sucesso eleitoral de Morales se dá devido ter tornado-se uma opção política não só para os indígenas como também para os economicamente mais desfavorecidos.

Delpirou & Labrousse²⁹ trazem informações interessantes sobre a conturbada região boliviana onde Evo Morales estabeleceu-se como líder sindical, além de nos ilustrar a relação entre a produção de folhas de coca e o comércio tido como ilegal. Neste trabalho, ao contrário dos argumentos de repressão ao plantio de coca, fica demonstrado o vínculo entre os regimes autoritários na Bolívia e o tráfico internacional de cocaína.³⁰

As eleições de 1997, 2002 e 2005 são diferentes das demais devido ocorrerem após as alterações nas regras de disputa eleitoral. Estas mudanças foram importantes para a realização de eleições com maior grau de legitimidade e com menos possibilidade de serem fraudulentas. Todavia, foram estas as eleições responsáveis pelo fortalecimento da política local das setenta circunscrições eleitorais responsáveis pela eleição dos deputados uninomiais, como fora com Evo Morales em 1997 eleito sob a legenda da IU (*Izquierda Unida*).

²⁸ Ao nos referirmos a *campesinato*, além da conotação de classe estamos identificando a parcela de bolivianos dependentes dos recursos da terra para seu trabalho e subsistência. Os cultivadores de coca são um dos segmentos deste grupo em destaque.

²⁹ DELPIROU & LABROUSSE (1988:53-74, 93-142) Descrevem a região de *Chapare* no Departamento de Cochabamba e o ambiente em que as folhas de coca são produzidas. O uso das folhas de coca na Bolívia é milenar e faz parte da cultura da população autóctone. O aumento do cultivo na região se deu após a crise da década de 80 do século XX quando inúmeros trabalhadores perderam seus empregos e foram obrigados a exercerem alguma atividade rentável.

³⁰ Além disto os autores com grande conhecimento sobre ciências naturais e historiografia dominam o debate sobre a diferença entre folhas de coca e cocaína. Este tema pode não parecer muito correlacionado com o tema analisado nesta parte do trabalho, mas o principal é aceitarmos que os *cocaleros* de *Chapare* são cultivadores de coca e não narcotraficantes. Muitas das políticas de erradicação das folhas de coca não consideraram esta diferença. As políticas de erradicação das plantações de coca iniciaram em 1989 e se intensificaram em 1993 e seguem nessa lógica até 2001 quando assumem uma postura mais branda e até menos intolerante. Ver Tabela II no final do Apêndice Metodológico.

... conquistar e exercer o poder é característica do método democrático, cujas regras constitutivas prescrevem vários procedimentos para a tomada de decisões coletivas por meio do livre debate, que pode dar origem ou a uma decisão acordada ou a uma decisão tomada pela maioria (BOBBIO, 1995:35).

A Bolívia numa disputa presidencial pode assumir as duas formas de decisão retratadas acima, ou seja, da maioria caso não haja segundo turno e acordada caso haja segundo turno. Se um candidato a presidência conquista mais de 50% dos votos a decisão é da maioria, se um candidato não a conquista passa a ser uma decisão acordada pelo Congresso via um segundo turno indireto.

Bolívia é também uma sociedade dotada de uma complexidade fascinante, em que a cultura ocidental hispânica se vê obrigada pouco a pouco a reconhecer e ceder espaço a tradição índia não ocidental. Os resultados desse processo podem criar um modelo absolutamente original e importante para a valiosa integração de outras sociedades multinacionais (KLEIN, 1989:327).

As particularidades do caso boliviano, apresentadas a partir do estudo histórico desde a Revolução de 1952 até os dias atuais faz sentido se seguirmos com a utilização de conceitos relacionados ao debate sobre democracias contemporâneas.

Devido à falta de dados historiográficos das eleições de 2002 e 2005 buscamos a partir da revisão de artigos publicados na *Folha de São Paulo* de junho de 2002 a dezembro de 2005 e por artigos publicados na imprensa boliviana (*La Razón* e *El Nuevo Dia*) de outubro de 2003 a dezembro de 2005 entender os acontecimentos desse período.

1 O VOTO COMO EXPRESSÃO DAS CLIVAGENS SOCIETÁRIAS

Nesta parte do trabalho revisamos alguns autores das ciências sociais preocupados com os desdobramentos contemporâneos da democracia, suas implicações políticas e a necessidade de preservação da disputa de poder segundo certas garantias de liberdade de associação e participação.

Dentre as características de sistema político onde vigora uma democracia avançada destacamos a estabilidade política como uma das principais. No caso específico da Bolívia a recorrente necessidade de um governo utilizar a força repressiva do Estado demonstra um problema para a democracia em fase de consolidação. Não pelo uso da força em si mas pela recorrente necessidade de utilizá-la.

As teses relacionadas à democracia e seu desenvolvimento no Ocidente possuem uma matriz no pensamento sociológico clássico sendo o sufrágio universal um dos aspectos de maior interesse recorrente entre estes teóricos. A tentativa de incluir a maior parcela possível da população de uma dada nação alocada em um dado território é uma característica do *Estado Moderno*.³¹

O sufrágio universal tido inicialmente como um avanço do liberalismo político se transpôs para a teoria contemporânea como a necessidade mínima de condições de preservação representativa da diversidade de uma dada sociedade. Dada a preocupação com a ampliação da parcela social envolvida na escolha de suas lideranças políticas.

Na América Latina a democratização é tida como recente, o próprio sufrágio universal ocorreu muito posteriormente com relação aos países de industrialização mais antiga. Nos países de primeira democratização, o sufrágio universal entra em voga na segunda metade do século XIX. A Bolívia como visto em nossa revisão histórica precisamente estabelece o sufrágio universal em 1952.

³¹ BOBBIO (2005:81-2) nos demonstra como o uso da força é uma característica do poder político e determina Hobbes e Weber como os principais contribuintes com a noção de Estado moderno. O primeiro contribui com a idéia da utilização da força como um direito exclusivo do soberano e o segundo a evidencia como sendo uma característica de coação física legítima extensiva a um dado território. Uma diferença entre as duas concepções teóricas é que o primeiro não vislumbra o advento democrático representativo e o segundo sim.

1.1 Democracia e Teoria Política

A conquista do *sufrágio universal* foi importante para os países de primeira democratização³² (capitalistas ocidentais industrializados) e num terceiro momento posterior tanto para a América Latina como para o Leste Europeu. Ao pensarmos na Bolívia (ou em qualquer outro país da América do Sul) sabemos estar nos referindo a uma *democracia relativa*³³ realizada com a permanência³⁴ de formas autoritárias de poder.

As formas autoritárias permanentes passam a serem perceptíveis inclusive no processo de construção do Estado e na instauração republicana³⁵. O sufrágio universal torna-se fundamental para o estabelecimento da democracia política, sendo assim, o primeiro passo para a consolidação democrática. Processo tardio na Bolívia, interrompido pelo regime autoritário prolongado durante toda a década de 70 do século XX.

Helgio Trindade ao tratar da diversidade histórica identifica o patronato como característica similar a vários países sul-americanos e isto seria dado por um resquício da sociedade agrária favorecedora da privatização do poder. Ou seja, os resquícios do comportamento político aristocrático latifundiário de certa forma se imiscuíram no procedimento participativo e competitivo dos países da América do Sul. Tanto o Brasil quanto a Bolívia demonstram possuírem traços avessos à noção de racionalidade como base fundamental dos procedimentos políticos modernos.

O poder exacerbadamente alocado na esfera econômica descompromete o discurso e a prática política determinando um deficitário ambiente político capaz de favorecer a cooptação política fundamentada essencialmente pela manutenção do poder e não necessariamente na solução dos problemas e demandas imediatas da sociedade. Quando ainda existe supressão ou coerção de um segmento social sobre outro a

³² HUNTINGTON (1994), identifica três períodos de democratização: 1828-1926, 1943-62 e de 1974 até os dias de hoje.

³³ Utilizamos democracia relativa devido primeiramente ao atual processo de consolidação democrática na América do Sul não ser similar ao ocorrido nos países capitalistas centrais e também devido ao fato de tratarmos a democracia nos dias de hoje como um ideal passível de ser alcançado com o aumento da contestação pública e da participação como bem enfatiza DAHL (2005) em *Poliarquia*.

³⁴ TRINDADE, H. (1985) enfatiza a permanência de “heranças coloniais” autoritárias refletindo na esfera civil, no poder religioso e na formação das Forças Armadas. A formação de nossas instituições não consegue manter-se pura ou necessariamente não se estruturou da mesma forma como o ocorrido nos países capitalistas centrais. Inúmeras questões do caso de democratização brasileira são similares aos demais países da América do Sul.

³⁵ A instauração republicana na Bolívia acontece em 1825 e a brasileira em 1889.

prerrogativa de monopólio da violência não se instala como deveria e determina a necessidade do Estado em se impor.

Dentro desta perspectiva a ação política se dá de uma forma mais passiva atrapalhando a participação política efetiva. As questões relacionadas a atores políticos circundam esta temática. O dilema entre o urbano (moderno) e permanência do rural estaria presente na construção do Estado boliviano e nem mesmo a Revolução Nacionalista foi suficiente para resolver tal problemática.

O autoritarismo no Brasil e na Bolívia possui fundamentos sólidos e sua real existência perpassa períodos monárquicos e republicanos. A Bolívia supostamente passa por uma Reforma Agrária em 1952 e apesar da modernização econômica formas de sociabilidade similares às do campo ainda são perceptíveis nas cidades. Os estados nacionais da América do Sul carregam consigo em sua estruturação características avessas ao racionalismo urbano capitalista moderno.

O referencial teórico inicial parte do debate sobre a redemocratização na América do Sul mais precisamente com relação ao aumento da contestação pública e a possibilidade de inclusão no poder de segmentos até então sub representados politicamente. Isto segundo condições democráticas de disputa política eleitoral.

Apesar da grande maioria dos autores abordados nesta parte do trabalho nunca terem realizado estudos específicos à realidade boliviana temos a certeza da possibilidade de suas contribuições dada à preocupação destes em estabelecer uma relação entre os princípios democráticos e a prática democrática. O formato atual da democracia exige participação política efetiva e esta forma de manifestação atualmente se faz perceptível na Bolívia.

Democracia nos remete a um conceito político derivado³⁶ do pensamento filosófico ocidental com a qual uma nova forma de governo seria instaurada a partir da igualdade entre aqueles que fazem parte do mesmo agrupamento de pessoas. A formação dos estados nacionais identifica um dado grupo de pessoas vivendo segundo leis (e formas de comportamento) comuns. O fortalecimento institucional é um pré-requisito da

³⁶ SARTORI (1965:266-292) *Democracia* foi utilizada primeiramente no Século V a.C. por Heródoto como referência de igualdade diante da lei. Democracia em seus primórdios era uma derivação de *isonomia*.

democracia moderna dada a necessidade de prévio estabelecimento das regras de disputa e dos procedimentos deliberativos.

O estado é um conjunto de leis e as diretrizes políticas são dadas segundo uma associação política capaz de estabelecer³⁷ uma dominação institucional dentro de um determinado território a fim de atingir um dado conjunto de indivíduos. A organização estatal requer funcionários e os próprios partidos políticos desempenham parte da patronagem de cargos públicos.

No âmbito político, o liberalismo instaura o voto como principal mecanismo de alcance e possibilidade de preservação da legitimidade. A legitimidade e a eminente extensão do voto são os aspectos destacáveis na literatura clássica³⁸ e certamente consistem nas maiores influências teóricas da ciência política contemporânea com relação à democracia. O *sufrágio universal* por primazia torna-se o fator de credibilidade na escolha das lideranças políticas devido à incorporação do maior número possível de eleitores. A república edifica-se em oposição aos modelos monárquicos e aristocráticos e tem maior possibilidade de proporcionar a democracia.

A democracia é um conceito repensado desde a Grécia Antiga e atualmente é tratada como um modelo político que requer aperfeiçoamento institucional. A democracia

³⁷ WEBER (2004:517-80) O estado racional é uma forma de dominação institucional de uma dada comunidade humana em um dado território. O Estado moderno é uma associação política. Segundo HOBBS (1974:107-222) o Estado seria advento de um pacto de um dado grupo social a fim de estabelecer um poder comum capaz de manter o respeito e definir ações capazes de beneficiar o grupo envolvido neste pacto. A passagem de um Estado de Natureza (onde todo agridem a todos) para um Estado Social seria definida por este pacto. Seria uma forma da pluralidade estabelecer uma só vontade. Inicialmente ambas as concepções preocupam-se com a defesa contra agentes externos ao dado grupo unificado via a representação estatal. Segundo Hobbes o poder seria exercido por um homem ou uma assembléia de homens na condição autorizada de Estado (do latim *civitas*) o qual chamou de Leviatã, o deus mortal abaixo do deus imortal. Para Weber o Estado é necessário a toda comunidade humana organizada em um dado território. A “teoria geral do Estado” seria o estudo das formas intermediárias de dominação legítima estruturadas acima de tudo pela racionalidade mas passível de ser realizada por uma disposição habitual (tradicional) ou segundo um dom pessoal de liderança (carismática). Segundo Weber o desenvolvimento do Estado tem uma relação íntima com o desenvolvimento capitalista moderno.

³⁸ TOCQUEVILLE (2001:67-163) nos evidencia a possibilidade do princípio democrático superar o princípio aristocrático principalmente se a democracia ter sido instalada pacificamente. Desta forma, as instituições políticas iriam se consolidar e os costumes cívicos e contestatórios passariam a favorecer a manutenção do ambiente democrático. Toda sociedade moderna caminharia para a instauração do sufrágio universal assim como a representação política de significativa parcela da população seria com mais facilidade estabelecida se o sistema político for uma República Federativa. Em WEBER (1974:7-91) notamos o destaque dado ao sufrágio universal como fundamental para a existência da democracia política e tem via poder legislativo o ambiente propício para a elucidação de conflitos e local privilegiado para o surgimento de lideranças políticas. No estado moderno, o trabalho realizado fora do legislativo é feito por burocratas. Os partidos políticos seriam grandes responsáveis pela burocratização política e passariam a ter uma grande responsabilidade como instituições garantidoras da democracia.

liberal tem o sufrágio universal como ponto de chegada e os socialistas o tem como ponto partida. Todavia para a extrema esquerda o sufrágio universal não é de suma importância.³⁹

A relação entre as diferentes ideologias reside no equilíbrio entre conflito e consenso. Entretanto nos dedicamos à análise da moderna disputa eleitoral. Desta forma, deixamos de abordar a bibliografia referente ao ideal de ruptura do sistema político. Inicialmente já consideramos a Revolução Nacionalista de 1952 como um processo histórico de ruptura. As teorias revisadas tratam da viabilidade democrática. Não entraremos no debate entre a visão conservadora e a revolucionária apenas nos concentramos em fatos históricos destacáveis ao favorecimento da consolidação democrática.

Tocqueville⁴⁰, observando as vantagens de uma sociedade sem conflito (em harmonia) foca a formação de instituições como responsável pelo fortalecimento estatal. Possibilitando uma série de garantias jurídicas e favorecedores da divisão dos três poderes formais. Tocqueville ao analisar a democracia nos EUA observa um sistema político pluralista caracterizado pelo nacionalismo e impulsionado pela industrialização. A organização de um Estado federalista contrasta com o auto governo local. Neste caso as associações voluntárias (no âmbito das organizações) são fortes.

Para Weber⁴¹, as instituições burocráticas são uma característica de sociedades modernas. A execução de leis é uma máxima estabelecida em regimes políticos democráticos favorecendo a formação de um Estado adequado a estas necessidades institucionais.

Entretanto, retomando brevemente o aspecto ideológico temos como divisor de águas a concepção de Joseph Schumpeter sobre a possibilidade de um país estruturar um modelo político democrático independente do governo seguir uma lógica capitalista ou

³⁹ BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (2002:319-29).

⁴⁰ TOCQUEVILLE (2001) Situação muito diversa do ocorrido em outros lugares, tal como foi na Bolívia, onde a industrialização não havia aflorado nos períodos de inquietação democrática e atualmente promove um esquema de representação legislativa contemplando deputados locais e deputados eleitos proporcionalmente exercerem as mesmas funções na mesma casa legislativa. É como se os deputados federais e estaduais tivessem o mesmo peso. Tal como não é uma república federativa trata-se de uma deturpação da hierarquia institucional desapontando as necessidades democráticas. Os EUA possuem um equilíbrio maior entre auto governo e isto é tido como consequência de associações voluntárias.

⁴¹ WEBER (2004:139-47 e 517-80).

socialista. Isto é incorporado como crítica a teoria democrática clássica logo a consideramos, porém...⁴²

... existe democracia onde há vários grupos em concorrência pela conquista do poder através de uma luta que tem por objeto o voto popular... a importância primária, não desprezível, da liderança em qualquer formação política... diferentes lideranças disputam o poder... (a) conquista do poder é resolvida em favor de quem obter o maior número de votos (BOBBIO, 2002:326).

As lideranças políticas, dadas como elites, independente da ideologia que os move, buscam recrutar e difundir o poder entre certos apoiadores a fim de preservarem-se no poder como classe política. Quando a classe política é numerosa ela se divide em *governo* e *oposição* e as eleições passam a ser a declaração de confiança da sociedade civil entre os pleiteantes à uma certa posição política.

A democracia atualmente é um conjunto de regras sobre decisão política e construção de um governo. Sob a perspectiva da teoria contemporânea, Lipset nos indica o desenvolvimento econômico como um facilitador da ocorrência de um regime democrático. Sartori retoma as contribuições da teoria clássica e avança principalmente no entendimento dos partidos políticos. Lijphart acentua a discussão sobre o multipartidarismo, retoma o federalismo como uma dimensão importante na explicação dos diferentes formatos políticos (modelos democráticos) os quais podem ser majoritário ou consensual. Este último autor declaradamente acredita no modelo consensual como mais apropriado para a preservação da democracia.⁴³

⁴² *Apud* BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (2002:326).

⁴³ LIJPHART, A. (2003:17-9) enfatiza a importância de observarmos a formação dos gabinetes ministeriais e se são monopartidários, se o executivo domina o poder legislativo, se o sistema político é bipartidário, se o sistema eleitoral é majoritário e se os grupos de interesse estão em livre concorrência. As alterações neste formato majoritário de relação entre poder executivo e partidos políticos determinariam o advento de um modelo consensual, baseado na composição multipartidária do gabinete ministerial, da relação sem subordinação entre executivo e legislativo, pelo multipartidarismo, pela proporcionalidade representativa e pela ocorrência de pactos e coalizões entre os grupos de interesse. O autor se demonstra adepto do modelo democrático consensual e enfatiza a dimensão federal como beneficiadora da hierarquização do poder, da flexibilidade constitucional e do melhor controle econômico. DAHL, R. (2005:49-82) ao tratar da passagem de regimes hegemônicos para regimes mais inclusivos enfatiza a importância desta evolução ser pacífica favorecendo o novo regime a repousar sob a legitimidade sem afetar a contestação. O processo revolucionário de 1952 na Bolívia é um típico exemplo desta ressalva apesar de não exibida pelo autor. LIPSET, S. M. (1967:21-42) enfatiza a importância da democracia estabilizar o sistema político via a manutenção do conflito, aceitando a manifestação das segmentações sociais (clivagens) incorporando-as a luta pelas posições

1.2 Teoria Contemporânea

A fragmentação da cultura política tende a servir como característica de distinção entre regimes políticos e a efetiva participação de segmentos diversos pode determinar a ocorrência de sistema político menos polarizado. Atualmente, a Bolívia passa por um período de intensa polarização política determinada pelo embate entre a esquerda e a direita, apoiadores e opositores ao governo de Evo Morales, respectivamente.

Segundo a definição de Joseph Schumpeter (1883 – 1950), a democracia é destituída de conteúdo devido ser um conjunto de procedimentos. Esta noção de método democrático⁴⁴ assume o voto livre dos cidadãos como a fórmula da formação de governos via eleições. A democracia representativa é método tendo o voto como mecanismo central da construção da legitimidade do sistema político. Desta forma líderes disputam cargos políticos e apoio popular, sendo o voto o único mecanismo de controle dos cidadãos. A democracia tida como método adaptar-se-ia tanto ao capitalismo como ao socialismo.

A filosofia da democracia do século XVIII pode ser expressa da seguinte maneira: o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade... Nenhuma dificuldade há com a democracia, exceto, talvez, a maneira de fazê-la funcionar (SCHUMPETER; 1961:305-6).

No âmbito político, na indefinição em quem é possível votar, o indivíduo em períodos eleitorais pode não fazer a escolha mais sensata ou compatível com suas aspirações, desta forma, facilmente pode cair nos apelos momentâneos de movimentos e grupos políticos. A doutrina clássica imprescindível perpassa aos paradigmas contemporâneos e muitas vezes serve como bandeira ideológica a ser defendida por grupos políticos que disputam o poder independente de haver justificativa para tal, ou seja, independente de ter relevância ou não naquele momento. As formas e fins ligados à

políticas dominantes. Preservando a tradição weberiana afirma o papel central dos partidos políticos no regime democrático. SARTORI, G. (1965) descreve a unidade democrática como a conjunção de elites circulando no poder, proveniente da igualdade entre os cidadãos envolvidos neste sistema político estabelecido pela inclusão de todos os segmentos sociais. A problemática democracia política segundo este autor é a redução da vontade de milhões de pessoas dispersas em uma só autoridade.

⁴⁴ SCHUMPETER, J. (1961:295-366).

democracia clássica estão associados a fatos e acontecimentos da história e logo permanecem no imaginário e nas aspirações dos cidadãos. Desta forma, a doutrina clássica consegue se ajustar muito bem aos fatos políticos recentes. Entretanto suas soluções podem ser ultrapassadas ou não compatíveis com os eventos históricos de tal relevância.

A efetiva escolha de representantes políticos, apesar de ser abordada na teoria clássica, é mais precisamente difundida na teoria contemporânea e trata a eleição como a possibilidade de resolução de questões relevantes suscitadas pelos cidadãos eleitores.

o papel do povo é formar um governo, ou corpo intermediário, que por seu turno, formará o executivo nacional, ou governo... um sistema institucional para a tomada de decisões políticas no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitorado (id ibid 327-8).

A concorrência pelo voto livre é a matriz da democracia. O princípio democrático define a entrega do poder àqueles que obtém maior apoio entre os indivíduos que representam os grupos políticos concorrentes.

A aplicação do princípio democrático e seus desdobramentos é um dos aspectos mais importantes da estrutura e funcionamento da máquina política em países democráticos. A eleição do governo nacional implica numa decisão sobre quem será o líder máximo do país em questão, entretanto, nenhuma liderança governamental é absoluta. O poder legislativo deve ser dotado de força suficiente para incorporar ou suprimir pontos e temas vinculados às deliberações máximas do país e com isto deve representar os interesses e a pluralidade da sociedade.

Os eleitores ao exercerem o voto estão apoiando um partido político e independente de ter votado no vencedor são obrigados a acatar as diretrizes deste. Desde que não haja qualquer impedimento, a liderança eleita deve exercer seu mandato e deve assegurar a segurança da população governada inclusive dos oponentes. Neste âmbito, os partidos políticos assumem um papel central com relação ao discurso e a prática e tendem a serem mais imutáveis segundo o seu sucesso político.

O partido é um grupo cujos membros resolvem agir de maneira concertada na luta competitiva pelo poder político (id ibid 344).

O povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aquelas lideranças que os governarão, entretanto, a sociedade não governa efetivamente. Democracia é a livre concorrência entre possíveis lideranças a fim de conquistar o voto do eleitorado. Atualmente, a política tornou-se uma profissão.

... a eficiência do governo democrático é inevitavelmente debilitada em virtude da tremenda perda de energia que a luta incessante dentro e fora do parlamento causa às principais figuras do regime (...) o processo democrático produz legislação e administração apenas como subproduto da luta pelos cargos políticos... O funcionamento satisfatório do método democrático depende do cumprimento de certas condições (id ibid 347-9).

A luta política competitiva tem como finalidade cumprir com os anseios da população envolvida na escolha eleitoral, via partidos políticos e as lideranças são os que pretendem conquistar e manter o poder. Todavia, numa democracia, o governo eleito atende aos valores partidários como também aos relacionados a sua coalizão. Caso a liderança política atenda somente as demandas partidárias o restante da sociedade fica a mercê da inviabilidade de suas demandas e esta insatisfação pode conturbar o sistema político tornando-se muito difícil governar.

A mobilização do parlamento (envolvido na formação e aprovação de políticas) e do eleitorado (responsável pela eleição do corpo legislativo) são os aspectos fundamentais do jogo democrático representativo.

... o método democrático cria políticos profissionais, a quem transforma em administradores e estadistas amadores. Carecendo de conhecimentos necessários para enfrentar essas tarefas... O político que for bom tático pode sobreviver com êxito a qualquer número de fracassos (id ibid 350).

Todavia, a maior questão reside na dificuldade de encontrar pessoas qualificadas a serem selecionadas pelo sistema democrático a fim de tornarem-se lideranças

políticas. O método democrático funciona bem como mecanismo de escolha de lideranças. Entretanto, existem líderes pouco competentes ou inapropriados para exercer um cargo político eleitos simplesmente pelo fato de dominarem os mecanismos de campanha eleitoral.

A composição dos políticos eleitos e o exercício rotineiro de escolha de lideranças políticas são na realidade a chave da preservação da estabilidade política e do bom funcionamento do Estado. Quanto mais apropriadas forem as regras de disputa e quanto mais participativo (no sentido de abranger o máximo da população possível como eleitores) for o regime político, melhores serão as condições de escolha da liderança capazes de surtirem efeito a ponto de satisfazer os cidadãos, promover a estabilidade e a continuidade das regras idôneas de disputa política.

A experiência latino-americana tende a admitir cada vez menos as sucessivas falhas dos líderes políticos. A eficiente concorrência pela liderança política necessita de tolerância entre os pleiteantes ao poder (vitoriosos e derrotados). Aos cidadãos consiste em assegurar a participação periódica e pacífica nas eleições. Quanto mais dividida for uma sociedade, quanto menos inclusão política e social existir e quanto maior for a intolerância entre os diferentes grupos societários maiores serão as dificuldades da manutenção democrática.

... não se pode esperar que a democracia funcione satisfatoriamente a menos que a vasta maioria do povo, em todas as classes, esteja resolvida a observar as regras do jogo democrático e que essa observância, por seu turno, signifique que todos concordam basicamente sobre os princípios fundamentais da estrutura institucional (id ibid 365).

A criação de partidos políticos urbanos colabora com o estabelecimento democrático devido sua faceta moderna mais apropriada a organizações rotineiramente envolvidas em processos eleitorais. Entretanto, cada país estrutura seus partidos políticos segundo condições diversas dadas segundo as específicas composições societárias. Tanto no Brasil quanto na Bolívia e talvez em toda a América do Sul é possível afirmar a

existência de formas de organização influenciadas pela tradição e por figuras heróicas e não somente segundo características de um processo meramente urbano e racional.⁴⁵

Os estudos tendem a considerar a Bolívia como dotada de forte *hibridismo institucional* no processo de formação de seu modelo de Estado e democracia. As estruturas e a políticas não são puras tornando necessário encará-las como possuidoras de características de um modelo e de outro agindo concomitantemente. Certamente isto está relacionado com a história organizativa diferenciada entre os países da América Latina e os demais países de democratização anterior⁴⁶ dado os principais modelos e paradigmas terem sido provenientes dos países de primeira democratização.

1.3 Modelos Democráticos e Diversidade

Lipset indica o voto como tema fundamental para a pesquisa social contemporânea. Para este autor, a sociologia política é o estudo das condições sociais favoráveis para o estabelecimento e manutenção da democracia.

A democracia estável mantém o conflito, preservando as clivagens e aceitando as disputas políticas. Os legítimos vencedores são aceitos como ocupantes dos cargos em disputa. Nas disputas políticas a prioridade é adquirir posições políticas dominantes ou determinantes. Os partidos políticos participam dessas disputas políticas e são desafiados a realizarem gestões administrativas conciliando os diversos interesses dos diversos segmentos societários.

⁴⁵ O passado colonial da América Latina e outros fatores, tais como diversidade cultural e acentuadas diferenças econômicas dificultam a manutenção da unidade desses países. A república federativa é o melhor modelo de organização de um país. O Brasil é privilegiado neste sentido, pois administra uma federação em um extenso território, preserva uma língua comum e possui um bom sistema eleitoral.

⁴⁶GAMARRA (2001:363-93) identifica o presidencialismo híbrido, um presidencialismo que às vezes age como se fosse um regime parlamentarista ocasionando a necessidade de realização de coalizões antes, durante e após as eleições e logicamente tendo como primazia o fundamental apoio do legislativo para o presidente conseguir governar. HUNTINGTON (1994:272-307) enfatiza a ocorrência de três períodos de democratização: 1828-1926, 1943-62 e de 1974 até o começo do século XXI. Tanto o Brasil quanto a Bolívia fazem parte da terceira onda de democratização. MALLOY (1993:126) seguindo a análise das necessárias coalizões trata da aplicação de programas de austeridade a fim de estabilizar a inflação da década de 80 e afirma a tendência de ocorrer um regime político pseudo-democrático mantido pelos resquícios autoritários. VIANNA & ARRETCHÉ (1993:137-72) seguindo a análise sobre o processo de estabilização econômica na Bolívia afirmam a necessidade de investimentos externos para manter serviços públicos básicos e indicam a ineficiência da políticas sociais bolivianas. Focam a privatização híbrida de alguns serviços tais como a saúde. ROUQUIÉ (1989:62-176, 320-448) atentamente observa o processo de formação das forças armadas do Estado na Bolívia e a trata como resultado da interação de verdadeiros clãs evidenciando a falta de unidade interna. As Forças Armadas são consideradas híbridas por terem sido influenciadas radicalmente por mais de um pensamento organizativo.

As instituições que são organizadas segundo linhas de classe contribuem simultaneamente para a clivagem e para a integração (LIPSET, 1967:42).

Numa democracia estável todos os partidos políticos devem tentar incluir adeptos provenientes de todos os segmentos societários. Partidos políticos que não possuem apoio amplo podem demonstrar pouco compromisso com os anseios gerais da sociedade. A coesão social viabiliza a estabilidade política edificada pelo consenso. Todavia quanto maior a diversidade na composição da sociedade maior a dificuldade de manter a coesão social.

A legitimidade consiste na capacidade do sistema para engendrar e manter a crença de que as instituições políticas vigentes são as mais apropriadas para a dada sociedade. Segundo Lipset, a eficácia é um instrumento do sistema político democrático e a legitimidade é essencialmente avaliativa.

Uma crise de legitimidade é gerada pela perda de relevância (ou *status*) das principais instituições tradicionais ou já consolidadas como também pela dificuldade de incorporação dos principais grupos societários. As crises de legitimidade são um fenômeno histórico (político) recente e são configuradas pela expressão de valores diferentes dos destacados até então na sociedade em questão. A fim de minimizar este fenômeno, novas formas de sociabilidade e ascendência cultural devem ser aceitas. Todavia, a crise de legitimidade pode ser dada por uma crise de mudança na estrutura social.

A democracia numa sociedade complexa é definida como um sistema político que fornece oportunidades constitucionais regulares para a mudança dos funcionários governantes, e um mecanismo social que permite a uma parte a maior possível da população influir nas principais decisões mediante a sua escolha entre os contentadores para cargos políticos... Eventos históricos cruciais podem explicar a persistência ou o malogro da democracia em qualquer sociedade (id. *ibid*:46).

As clivagens⁴⁷ nos países de democratização mais tardia trazem consigo reivindicações e exigências até então suprimidas pelos regimes autoritários. As organizações político-sociais (partidos, agremiações, igrejas e conselhos) buscam soluções para as demandas societárias e se vêem obrigados a pleitearem espaço nas disputas eleitorais. Os anos de autoritarismo na segunda metade do século XX na América Latina impediram a estruturação de muitas organizações e composições (coletivas e individuais). Desta forma devemos esperar uma ampliação nas manifestações e exigências dos segmentos sociais recém incorporados.

Apesar da dimensão do conflito estar posta na democracia moderna todo ato contestatório deve ser realizado pacificamente. Desta forma, o Estado apresenta mais chances de ser tolerante e não necessitar utilizar sua força repressiva.

Tanto a legitimidade como o conflito são características inerentes de todas as democracias modernas. Um regime político democrático que tenha como primazia a legitimidade tende a ser um regime menos conflituoso.

A subcultura⁴⁸ como característica mais marcante em alguns países do que outros seria o resultado da permanência de elites políticas inibindo a ascensão e manifestação de certos segmentos sócio-culturais diferentes. Situação agravada quando perpassada por diversos momentos históricos. Todavia, a liberdade de pensamento e imprensa, assim como a liberdade religiosa e a possibilidade de associação e reunião tornam-se fundamento da democracia atualmente e servem de esteio a subculturas latentes necessitando de participação política efetiva.

⁴⁷ Tais como: classe, etnia, religião ou profissão. Segundo, DAHL (2005:111-25) constituem as diferentes partes do todo social. STAVENHAGEN (2001:161-187) foca a etnicidade como o fator principal a ser equacionado nos países pertencentes aos Andes Centrais e determina a preservação das línguas do período pré-colombiano como indício desta importante clivagem e afirma a necessidade de participação social e econômica dos segmentos indígenas. A falta de participação para este autor está relacionada com a preservação de uma rígida estrutura de colonialismo interno estabelecendo inclusive uma relação entre as clivagens econômica e cultural. Os segmentos indígenas não obtiveram ascensão social e são relegados a executarem funções servis desde o processo colonizador. No caso específico da Bolívia, a Revolução de 1952 não eliminou por completo esse traço marginalizador. Existe uma necessidade de incorporação dos excluídos e a expansão dos movimentos indígenas está relacionada com fenômenos similares em outras partes do mundo. Fica evidente a necessidade de ruptura com as bases da política beneficiadora de uma minoria via a consolidação das leis e regras a partir da modernização do Estado institucional a fim de estabelecer governos responsáveis que contemplem a maioria possível da sociedade governada.

⁴⁸ Segundo DAHL (2005:113-122) as subculturas de um dado país agregadas formam a cultura global da sociedade em questão. Subcultura geralmente é atrelado a uma minoria. No caso boliviano atrelamos o conceito a maioria indígena sem participação política.

A estrutura social necessária para o bom funcionamento da política durante o período de mudança não deve alterar rapidamente o *status* das principais instituições conservadoras, uma mudança deste tipo deve ser feita com cautela. A obtenção de condições para a disputa de poder deve ser dada a todos os grupos da sociedade e nunca omitido de nenhum deles. Todos os segmentos societários devem ser englobados na formação e aplicação de políticas públicas.

Uma nova estrutura social determina um novo regime político e os novos governos devem corresponder às expectativas dos principais grupos sociais. Ou seja, após a tomada legítima do poder deve haver eficácia (do governo) a fim e atender as necessidades principais da sociedade caso contrário uma crise pode ser instalada ou a crise em vigência pode não ser solucionada.

A Democracia numa sociedade complexa pode-se definir como um sistema político que fornece oportunidades constitucionais regulares para a mudança dos funcionários governantes, e um mecanismo social que permite a uma parte a maior possível da população influir nas principais decisões mediante a sua escolha entre os contentadores para cargos políticos... (LIPSET 1967:41).

O desenvolvimento econômico é visto por Lipset como favorecedor da democracia. Quanto pior for a distribuição de renda em um país, maiores serão as chances da ocorrência de um regime tirano ou dominado por uma oligarquia.

Quanto mais próspera for a nação tanto maiores são as possibilidades dela sustentar a democracia (id. *ibid*: 49).

A política atual na América Latina demonstra a manifestação de novas exigências...

A medida em que os sistemas políticos democráticos contemporâneos são legítimos depende, em grande parte, da maneira como têm sido resolvidos os problemas básicos que historicamente tem dividido a sociedade... O caráter e o conteúdo das principais clivagens que afetam a estabilidade política de uma sociedade são amplamente determinados pelos fatos históricos que

influenciaram a maneira como as principais questões que dividiam a sociedade foram resolvidas ou ficaram por resolver no decurso do tempo (id ibid 78-84).

Na Bolívia, uma série de conflitos grupais relacionados ao antagonismo étnico e regional não foi solucionada. Os conflitos grupais devem fazer parte de regimes democráticos e devem ser acirrados a ponto de não infringirem a integração da sociedade. O governo deve moderar a luta das facções (inclusive partidárias) a fim de preservar a democracia. As instituições integradoras tanto do Estado como as não pertencentes ao Estado devem ser acompanhadas pelos estudos de sociologia política.

Para a sociologia política contemporânea o voto é o mecanismo fundamental de consenso na sociedade democrática. Desta forma, abordaremos o conflito existente dentro da lógica de disputa de apoio político e não com relação a anseios de ruptura com o sistema político.

As diferenças na distribuição de renda de um país tendem a ser o principal problema das atuais democracias. A importância da clivagem econômica carrega consigo a maior fonte de conflitos.

A relação das instituições legítimas e a atividade de lideranças políticas favorecem o sistema político democrático e viabilizam uma ação mais concertada para resolver os problemas econômicos.

Schumpeter sob forte influencia de Weber adota a noção de método como uma abstração prática da possibilidade de instituições legítimas e de líderes políticos agirem em prol da disputa de poder segundo condições pré-determinadas. Sendo a legislatura condicionada a deliberar segundo uma série de formalismos de rotina as resoluções propositivas. Sob estas condições, as lideranças políticas devem disputar o poder pacificamente e devem estar prontas a realizarem concessões periódicas da autoridade efetiva.

A interação entre as elites e a existência de coalizões pode determinar um modelo democrático englobando mais de um partido político nas funções executivas como ocorrido nas gestões do MNR e do MIR nas décadas de 80 e 90. Além da organização do governo e sua tendência mais ou menos majoritária, devemos admitir a possibilidade de alguns casos apresentarem uma subcultura latente intensificando a postura contestatória de parte da sociedade dificultando a mínima conciliação necessária entre os diversos grupos

sociais. Notadamente o caso boliviano carrega consigo esses problemas organizativos e mostra dificuldade na obtenção da coesão social interna. Somado a isto é possível verificar o fortalecimento da subcultura intensificando a postura contestatória.

Duas indagações da teoria política contemporânea são ressaltáveis: como foram estruturadas e quais as principais características preservadoras de um dado modelo institucional democrático e como a diversidade na composição de uma dada sociedade envolvida em sua formação institucional pode afastar a possibilidade de estruturação de um modelo totalmente puro. A Bolívia foge a tipologias com relação a seu aparato institucional e seu êxito democrático está colocado na aceitação de suas particularidades.

Robert Dahl acredita na primazia do pensamento de Lipset e avança a discussão sobre subcultura e clivagens⁴⁹ elaborando um posicionamento elucidativo ao tratar estes aspectos como empecilhos para a construção de modelo com larga participação e contestação.

Segundo Lipset é possível estabelecer comparações entre países da mesma cultura política. No estudo da América Latina os critérios são menos rigorosos. O grande período ditatorial interfere ainda mais na conquista do regime democrático. Segundo o autor, os Andes Centrais foram ditaduras estáveis enquanto o Brasil foi uma democracia instável. Tipologias à parte, tanto o Brasil como os países dos Andes Centrais tardiamente estabelecem-se como democráticos. Seqüencialmente, esta linha teórica enfatiza o desenvolvimento econômico como contribuinte para o estabelecimento de uma democracia.

Para Lipset, as democracias devem viabilizar segundo regras e crenças o estabelecimento de instituições legítimas, a liberdade partidária e a preservação de vários grupos de líderes na disputa e alocação em cargos políticos. Totalmente conciliado a isto devemos determinar a disputa pacífica pelo poder como a possível geradora estabilidade política.

Eventos históricos cruciais podem explicar a persistência ou o malogro da democracia em qualquer sociedade (id. *ibid.* 46).

⁴⁹ DAHL (2005:11-25).

Cada sociedade preserva características particulares e a privação econômica tende a ser a principal causa do radicalismo político. Numa sociedade dotada de uma vasta classe média, os partidos políticos extremistas (tanto de esquerda como de direita) tendem a conquistar menos apoio e precisam amenizar seu discurso a fim de sensibilizar a maior parte possível da sociedade. Todavia analisar essencialmente um sistema político pelo seu desenvolvimento econômico e o quanto isso favorece a democracia é problemático devido a industrialização ser um aspecto econômico presente em diferentes modelos políticos.

1.4 *Poliarchicus*

Segundo Dahl os requisitos democráticos de liberdade de voto, participação e informação em eleições livres e honestas são indispensáveis para a ocorrência da democracia. A liberdade de reunião, expressão e acesso a fontes alternativas de informação asseguram um caminho mais seguro para o estabelecimento de um democrático. Entretanto, o voto é a principal manifestação da vontade popular.

Apesar da sistematização original do andamento democrático nos dias de hoje a noção de poliarquia apoiada na noção de democracia como ideal e não factual possui raiz em pensamentos filosóficos mais antigos. Johannes Althusius⁵⁰ em *Política Methodice Digesta Poliarchicus* de 1603 enfatiza a possibilidade de ocorrência de dois tipos de regime segundo princípios diversos, *monarchicus* e *poliarchicus*. Sendo a interação e participação popular presente no segundo e não presente no primeiro modelo.

Este pensamento da filosofia política influenciou R. Dahl e com isto perpassou para a teoria de democracia moderna e contemporânea tal como um processo de progressiva ampliação da competição e da participação política culminado na viabilidade democrática adotada como poliarquia.

Robert Dahl busca explicações essencialmente políticas para avaliar a transição de um regime a outro sem desconsiderar a contribuição de S. Lipset sobre como o desenvolvimento econômico favorece o advento democrático.

O pluralismo social é um dos pontos determinantes para a possível efetivação da democracia. Sendo assim, as sociedades plurais devem conquistar formas de impedir o acesso exclusivo de apenas um grupo social nas instâncias de deliberação

⁵⁰ BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (2002:322).

política. Segundo esta perspectiva, os atores políticos tomam decisões e antecipam as conseqüências de seus atos, favorecem e estimulam instituições políticas devido agirem politicamente desempenhando um papel fundamental na obtenção e manutenção da democracia. Quanto mais plural for uma sociedade maior será a diversidade de papéis sociais exercidos como também das demandas exigidas. A Bolívia é um caso típico de pluralidade social em que uma minoria mantém-se no poder

A característica da democracia moderna é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos considerados politicamente todos iguais. A igualdade entre os cidadãos permite a formulação e a expressão de preferências que devem ser consideradas pelos governos. Esta igualdade refere-se a *Isonomia* contemplada na filosofia política como igualdade entre as partes ou indivíduos.

As instituições permitem a liberdade de expressão assim como a possibilidade de formar e aderir a organizações. Garante aos cidadãos o direito de voto em eleições livres e o acesso a fontes alternativas de informações. No campo teórico empírico as garantias dadas pelas instituições permitem comparar os regimes segundo seu grau de inclusão às instâncias deliberativas da política. Pela metodologia de R. Dahl, a democracia ideal seria a conquista da contestação pública plena e o direito pleno de participar de eleições e cargos públicos. Quanto maior for conflito entre o governo e a oposição mais difícil é a tolerância entre um e outro deixando de colaborar com a ampliação da contestação pública.

S. Huntington em a Terceira Onda pretende executar um trabalho um pouco mais multidisciplinar:

Este livro lança mão tanto da teoria como da história, mas não é uma obra de teoria, nem uma obra de história. Está em algum lugar entre as duas. (HUNTINGTON, 1994: 7).

O intuito do autor é encontrar uma explicação abrangente dos acontecimentos históricos relacionados com a expansão da democracia como modelo político. Tratando a terceira onda de democratização (1974-90) como diferente das ondas anteriores.

... O procedimento central da democracia é a seleção de líderes, através de eleições competitivas, pelo povo que governam (id. ibid: 16).

Segundo esta perspectiva, o “rompimento” com a teoria clássica da democracia teria sido dado a partir da noção de método democrático de Joseph Schumpeter. A partir disto pretende-se a formação de um arranjo institucional através do qual os indivíduos realizem a luta competitiva por votos a fim de concretizarem a representação política legítima.

Desta forma espera-se escolher os principais responsáveis pela tomada de decisões políticas coletivas via eleições periódicas, honestas e imparciais onde os candidatos concorram aos votos de toda a população habilitada a exercer estas função sem interferências que não estejam previstas nas normas previamente estabelecidas.

O desenvolvimento do Estado nação e do sufrágio universal em eleições livres são os principais aspectos destacáveis da democratização. A América Latina faz parte da terceira onda de democratização (1974-90) e demonstra pelos índices de desenvolvimento (renda, expectativa de vida e realização educacional) os fatores colaboradores para o advento de um sistema político conciliador e legítimo.

Entre 1974-90 ocorreram inúmeras aberturas democráticas e as indagações do autor retratam a possibilidade ou não de ocorrência de ondas reversas, dado as ondas de democratização anteriores (1828-1926 e 1943-62) contarem com este evento.

... os obstáculos à democratização e as forças a seu favor podem ser divididas em três categorias amplas: políticas, culturais e econômicas. (id. ibid: 286).

A falta de um nível satisfatório de democratização na esfera política é o principal obstáculo significativo e inúmeros países carregam em seus modelos institucionais características autoritárias. A cultura política é fundamental...

... Uma cultura profundamente antidemocrática impediria a difusão das normas democráticas na sociedade, negaria legitimidade às instituições democráticas e dessa maneira complicaria muito, ou mesmo impediria o surgimento e efetivo funcionamento de tais instituições (id. ibid: 289).

A democratização nos países da América Latina foi acompanhada por problemas de desajuste econômico principalmente na década de 80. As crises dadas pelo crescimento econômico rápido e pela recessão enfraqueceram o autoritarismo e adiantaram o anseio da abertura democrática.

Huntington coloca Tocqueville como sendo o precursor da análise sobre democracia moderna e considera um regime democrático relacionado ao controle das regras de disputa, liderança e responsabilidade.

... a legitimidade da maioria dos regimes declina com o tempo, à medida que as escolhas vão sendo feitas, as promessas não são cumpridas e as frustrações crescem. Na maioria dos casos, a coalizão que sustenta o regime também se desintegra com o tempo. Os sistemas democráticos, no entanto, renovam-se através das eleições que tornam possível que uma coalizão alcance o poder com novas políticas e novas promessas para o futuro (id. *ibid*: 57).

Apesar de serem essenciais as coalizões não permanecem por tempo indefinido. As contingências e as necessidades de cada disputa política determinam sua permanência.

... Nas democracias, a legitimidade dos governantes normalmente depende do grau em que satisfazem às expectativas dos principais grupos de eleitores, ou seja, de seu desempenho. A legitimidade dos sistemas, no entanto, depende de procedimentos, da possibilidade de os eleitores escolherem seus governantes através das eleições (id. *ibid*: 59).

Segundo Huntington, as eleições vislumbram a conquista da democracia social e econômica. O desenvolvimento da cultura política e grau de desenvolvimento, inclusive educacional dos eleitores é um dos principais pontos destacados conjuntamente com a legitimidade das regras e instituições.

Até a década de 50 do século XX, o catolicismo era um empecilho para a conquista da democracia, somente na década de 70 a Igreja passou a alterar sua postura. Entre 1974-89, a maioria dos processos de democratização ocorreram em países católicos. A interferência norte americana também foi outro fator importante

... No entanto, em geral parece que o apoio dos Estados Unidos foi crítico para a democratização na República Dominicana, Granada, El Salvador, Guatemala, Honduras, Uruguai, Peru, Equador, Panamá e Filipinas e contribuiu para a democratização em Portugal, Chile, Polônia, Coreia, Bolívia e Taiwan. Tal como a Igreja católica, a ausência dos Estados Unidos no processo teria significado menos transições democráticas e mais tardias (id. *ibid*: 103-8).

Os países recém ingressos na democracia não são necessariamente presidencialistas...

... Existem diferenças óbvias entre os regimes democráticos: alguns são presidencialistas, outros parlamentaristas, outros ainda incorporam a mistura gaulista dos dois, da mesma forma, alguns são bipartidários, outros são multipartidários, e existem grandes diferenças na natureza e força dos partidos (id. *ibid*: 113).

Entretanto, as diferenças nos regimes determinam maior ou menor estabilidade política. Todo sistema democrático carrega uma identidade muito perceptível ao analisarmos a fundo a organização institucional. Os regimes militares autoritários pecam pela ausência de instituições promovedoras da inclusão dos cidadãos envolvidos no sistema político e social.

A democratização é um processo advindo da ação conjunta dos grupos no governo e na oposição e a origem de um regime híbrido residiria na diferença histórica das construções institucionais.

Como acontece com todos os tipos de regime, os casos históricos de mudança de regime não se encaixam necessária e facilmente nas categorias teóricas. Quase todas as transições, e não apenas as transições, envolvem uma certa negociação explícita ou implicitamente, aberta ou oculta – entre governo e grupos de oposição. Às vezes as transições começam de um tipo e acabam de outro (id. *ibid*: 118).

Inicialmente a construção de um modelo institucional pode seguir um formato, entretanto, devido à contingências conclui sua estruturação política aceitando outros aspectos de outros modelos.

As atitudes e os objetivos de determinados indivíduos e grupos às vezes mudavam no processo de democratização. Se a democratização não levasse aos perigos que eles temiam, muitas pessoas que tinham sido reformadores liberais ou mesmo conservadores poderiam vir a aceitar a democracia. Da mesma forma, a participação nos progressos de democratização podia levar os membros de grupos extremistas de oposição a moderar suas propensões revolucionárias e a aceitar as restrições e oportunidades que a democracia oferecia (id. *ibid*: 126).

Segundo A. Lijphart, a democracia é formação e interação entre: instituições governamentais formais (legislaturas e tribunais), sistemas partidários e grupos de interesse. As regras de tão sistema político podem ser majoritárias ou consensuais. O modelo democrático majoritário é competitivo, exclusivo e combativo o outro modelo é a democracia de negociação.

A democracia de negociação é percebida quando o poder executivo é distribuído em amplas coalizões multipartidárias, existe equidade entre os 3 poderes formais, vários partidos políticos disputam o poder, existe representação proporcional e quando ocorrem pactos e coalizões preservando o sistema político. Um modelo democrático não precisa necessariamente ser puro ou contar com todas as características citadas como foi dito anteriormente, a mescla de características ocorre freqüentemente.

A estrutura política da democracia deve contar com o poder executivo, o sistema partidário eleitoral e os grupos de interesse. Se o poder é exercido essencialmente por um gabinete monopartidário; o executivo tende a concentrar muito poder, podendo influenciar nas relações entre os poderes executivo e legislativo. Desta forma, o modelo bipartidário com um sistema eleitoral majoritário desproporcional seria uma tendência. Os grupos de interesse existentes no sistema político atuam sobre livre concorrência a fim de se imporem e desalojarem os pretensos opositores do poder. Entretanto, este modelo serve para países com pouca diversidade em sua composição social. No caso boliviano a boa relação entre os poderes executivo e legislativo é essencial, o sistema eleitoral deve ser

multipartidário a fim de contemplar os diversos grupos societários e os grupos de interesse devem buscar a conciliação de suas pretensões a fim de minimizar a intolerância e facilitar a estabilidade política.

2 A REVOLUÇÃO NACIONALISTA e AUTORITARISMO

O primeiro capítulo deste trabalho tem como finalidade desenvolver o entendimento dos acontecimentos históricos da Bolívia após a Revolução Nacionalista de 1952 até a abertura democrática da década de 80. A intenção desta parte do trabalho é enfatizar as particularidades históricas da formação democrática institucional boliviana.

A partir deste recorte histórico focaremos a passagem de um modelo eleitoral de baixa credibilidade para um modelo mais inclusivo dotado de garantias de legitimidade com as quais é possível obter estabilidade política principalmente se os diferentes segmentos sociais estiverem representados politicamente e forem contemplados com as políticas públicas.

A partir da revisão dos acontecimentos históricos mais relevantes desde a Revolução Nacionalista de 1952 pretende-se analisar os primórdios da organização política civil e destacar a importância das eleições garantidas por regras de disputa política pré-estabelecidas a fim de credenciar o vencedor a assumir o poder de forma legítima e pacífica.

A partir da revisão histórica dos principais acontecimentos políticos na Bolívia, desde a Revolução da década de 50 até as últimas eleições, pretende-se dimensionar a instauração do sufrágio universal e o estabelecimento de novas regras de disputa eleitoral como responsáveis pela formação do caráter mais democrático na escolha da representação política boliviana.

Inevitavelmente, as recentes conquistas políticas dos segmentos indígenas serão evidenciadas⁵¹ como um avanço participativo e uma readequação ao modelo de disputa eleitoral democrática. Todavia, o avanço das instituições garantidoras da legitimidade na disputa de poder deve ser considerado. As transformações iniciadas em 1952 demoraram a surtirem efeito e hoje atendem a um grupo mais extenso da sociedade boliviana dado principalmente pela continuidade das transformações institucionais, retomadas principalmente após a derrocada dos regimes autoritários.

⁵¹ Daremos ênfase aos últimos acontecimentos atuais no último capítulo dissertativo.

2.1 A Revolução de 1952

A Revolução Nacionalista foi planejada e liderada pelo *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR) fundado em 1941, organização composta por indivíduos de *direita* e de *esquerda*. A Revolução Nacionalista iniciada em 9 de abril de 1952 modificou a estrutura social da Bolívia. O sufrágio universal, a Reforma Agrária, a política de recursos naturais e a gênese das organizações sindicais e partidárias são as principais mudanças deste processo revolucionário.

A integração nacional boliviana ficou comprometida no período entre as guerras do Pacífico (1879-82) e do Chaco (1932-36). A dificuldade de unidade desfavoreceu o país em seus conflitos armados contra o Chile e contra o Paraguai, respectivamente. O ideal de integração só ocorre após este período bélico favorecendo a eclosão da Revolução Nacionalista. As bases desta eminente integração nacional possibilitam o surgimento de novos partidos de esquerda e de direita.

Os sindicatos surgem na década de 40 do século XX, entretanto a unificação representativa só se dá com a formação da COB⁵² em 1952. Tida como a expressão máxima organizativa dos trabalhadores recém alocados no meio urbano. Posteriormente a formação da CSUTCB⁵³ agregando todos os sindicatos do meio rural demonstra ainda mais a forte fase de organização dos trabalhadores.

A COB agiu como braço armado na Revolução de 1952, atualmente exerce função organizativa e unifica os sindicatos urbanos e rurais do país. Apesar de exercer um papel muito diferente do exercido em sua origem a COB preserva a maior influencia sobre os trabalhadores organizados na Bolívia. A influencia desta organização trabalhista é nacional e reconhecida principalmente por seu histórico de atuação.

O MNR em sua formação contava com um segmento de ex-combatentes da Guerra do Chaco descontentes com a situação do país e esperançosos com a união nacional esboçada no conflito ante o Paraguai.⁵⁴

⁵² *Central Obrera Boliviana.*

⁵³ *Confederación Sindical Unica.de Trabajadores Campesinos de Bolívia.*

⁵⁴ Apesar do término da guerra ter ocorrido em 1936, os últimos ex-combatentes presos no Paraguai só retornaram à Bolívia em 1938.

Na origem partidária, Victor Paz Estenssoro representava a centro-direita, Hernán Siles Suazo o centro e Juan Lechín era expressão da esquerda. Lechín e posteriormente Barrientos foram os responsáveis pela coalizão do MNR com a COB.

Do início do século XX até a década de 50, a população boliviana duplicou⁵⁵. Apesar da população urbana ter aumentado, a população rural ainda significava 66% do total no período revolucionário. Somente na década de 90, do século XX, a população urbana ultrapassa a população rural. A maioria da população identifica-se como índia ou descendente, estando alocada tanto no campo como nas cidades.

Somente após a Revolução Nacionalista de 1952 as diversas regiões do país começaram a serem interligadas. Entretanto, o país até hoje carece de estradas e rodovias, assim como necessita de um eficiente sistema de comunicação entre as diferentes regiões do país.

A sociedade boliviana carecia de uma classe média urbana significativa, caracterizando uma diferença de classes muito aguda. O estrato dominante era composto pelos grandes *mineros*, latifundiários, um pequeno núcleo de famílias tradicionais e uma minúscula burguesia; e outro estrato formado pelos camponeses índios, um pequeno grupo de trabalhadores e *mineros* e grupos urbanos marginalizados. A burguesia e a classe média eram praticamente inexistentes (MESA, GISBERT & MESA GISBERT; 2003:650).

A década de 50 na Bolívia foi importante porque rearranjou as classes sociais e alterou os processos de decisão do governo. A minúscula classe dominante foi substituída por uma classe média afetando os interesses da elite (mineira e latifundiária). A expropriação de minas e latifúndios afetou a propriedade privada. A emergência do *campesinato* na agricultura fortalece as organizações sindicais e partidárias dos índios.

A estrutura econômica foi alterada e cerca de 70% da produção agrícola passou a ser controlada pelo Estado. A estrutura política foi modificada e uma nova elite surgiu. Foi no período pós-revolucionário que o Oriente, ou melhor, Santa Cruz se desenvolveu.

⁵⁵ No período revolucionário, início da década de 50 do século XX; a Bolívia possuía cerca de 3 milhões e 19 mil habitantes. Mais detalhes ver MESA, GISBERT E MESA GISBERT (2003:649-661). La Paz, por exemplo, aumentou 6 vezes o número populacional.

O *voto universal* instaurado na Revolução Nacionalista da Bolívia criou condições para a efetiva participação de segmentos da sociedade até então não representados politicamente. Desta forma foram dadas condições para a formação de um novo corpo de representantes políticos escolhidos pelos cidadãos. Após a Revolução, trabalhadores rurais e *mineros* passam a agir de forma mais expressiva na política e paulatinamente passam a almejar a ocupação cargos políticos eletivos. Aos poucos a Revolução Nacionalista de 1952 introduziu as demandas indígenas ao rol de aspirações e demandas nacionais sem saná-las por completo.

Na esfera político-cultural, inúmeras correntes de pensamento se desenvolvem na Bolívia após a Guerra do Chaco e as diferentes influencias ideológicas transcendem ao pensamento organizativo⁵⁶. A partir da preocupação com o *nacional* a problemática indígena vem à tona. Logo, o rótulo *indianista* passa a marcar todo e qualquer pensamento de integração do índio à sociedade.

O extremismo ideológico (tanto da esquerda como da direita) trouxe práticas políticas segmentarias e conflitivas. Guerrilhas urbanas e rurais são organizadas. A *corrente* indianista sob uma forte influencia da esquerda⁵⁷ transpõe a influencia do pensamento extremista e pouco conciliatório dividindo-se em divergentes tendências. Algumas destas tendências preservam a primazia da sociedade nacional, porém, outras tendências idealizam um Estado multinacional (ou plurinacional) com a formação de um corpo político administrativo indígena dentro do território boliviano. O pensamento social de reconhecimento de várias nacionalidades acaba por influenciar movimentos de independência regional que posteriormente acabam por influenciar a política local dos 9 departamentos bolivianos. Esses movimentos reivindicatórios por autonomia regional são evidentes nos dias de hoje, desta forma, assumem uma outra faceta evidentemente oposta ao ocorrido na década revolucionária e retomada na década de 70.⁵⁸

Ideologias européias permeiam a formação de organizações, a ideologia fascista influencia a formação da FSB (*Falange Socialista Boliviana*) que organiza uma

⁵⁶ Notada nos partidos políticos, sindicatos e empresas.

⁵⁷ BOBBIO (1995) enfatiza a importância da distinção entre *esquerda* e *direita* e o quanto a terminologia ainda deve ser utilizada. Dentre as afirmações do autor contidas nesta obra a mais interessante é dada ao extremismo como antidemocrático independente do espectro ideológico que o realize.

⁵⁸ Atualmente os departamentos com maior desenvolvimento econômico *Santa Cruz* e *Tarija* possuem fortes movimentos de emancipação alguns com caráter separatista.

milícia própria e logo após a Revolução na primeira gestão do MNR tenta um golpe de estado sem sucesso.

A Revolução de 1952 foi responsável pelo surgimento de lideranças políticas personalistas organizadas, transparecendo excelência e agindo inicialmente uma em oposição à outra. Ao assumirem o poder, estipulam acordos e pactos umas com as outras a fim de preservarem-se no poder. Gualberto Villarroel é precursor da inclinação do MNR para conquista formal de poder. Em 1943⁵⁹ torna-se uma liderança política, falha e perde autoridade. Além de não promover acordos internos e externos à sua legenda partidária deixou de buscar apoio popular.

Uma das singularidades deste processo revolucionário na Bolívia foi a criação de um novo Exército. Inicialmente o braço armado da revolução era composto por milícias *campesinas* e *mineras*. Nesta fase de apoio (civil armado) muitos ministros *trabalhistas*⁶⁰ foram incluídos no governo. Neste caso podemos generalizar o *trabalismo* boliviano desta época como uma tendência política ideológica simpatizada com as reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade.

A “*Tesis de Pulacayo*” escrita em novembro de 1946⁶¹ foi elaborada por trabalhadores organizados reunidos em um Congresso realizado na cidade de *Llallagua*. O texto é carregado de ímpeto revolucionário a fim de alcançar o poder representativo formal. As diretrizes desta carta aberta representavam principalmente as reivindicações dos

⁵⁹ *Gualberto Villarroel* conquistou a liderança do Estado boliviano em dezembro de 1943 sendo precursor do movimento revolucionário de 1952. Foi participante da Guerra do Chaco (1932-36) e era adepto do *socialismo militar* de David Toro e Germán Busch. Em agosto de 1944 obteve apoio do Congresso Nacional para continuar no poder. Villarroel rompeu com o MNR e buscou apoio da elite *minera*. Em 21 de julho de 1946 cerca de 3000 manifestantes tomaram a *Plaza Murillo*, incendiando o Palácio Presidencial (a partir desta data é conhecido como *Palacio Quemado*) e assassinaram o presidente boliviano amarrado em um poste de luz. Villarroel é o precursor e mártir da revolução eclodida em 1952.

⁶⁰ *Trabalhistas* é utilizado nesta reflexão para destacar os ministros que representavam ou realmente eram trabalhadores ou líderes sindicais. Milícias *mineras* e *campesinas* consistem em grupos de pessoas adeptas das reivindicações dos trabalhadores das (recentes) cidades e do campo, respectivamente.

⁶¹ Este compilado ideológico escrito e divulgado por *campesinos* da Bolívia desde 1946, coincide com a morte de Villarroel 5 anos após a fundação do MNR, este é um dado interessante, evidencia um forte *ímpeto revolucionário* em todas as classes sociais. O MNR contava originalmente com diversos segmentos da sociedade. Indígenas e *mineros* assim como militares estiveram presentes na formação partidária e nas conquistas políticas da época. Algumas conquistas foram revolucionárias outras não. O MNR no processo de construção da democracia política na Bolívia contempla uma política totalizadora ao englobar todos os segmentos sociais (inclusive indígenas e desfavorecidos economicamente) no processo eleitoral. O MNR após a morte de Villarroel não busca mais uma aproximação com os segmentos indígenas, somente irá realizá-la no período dos regimes autoritários. Desde o processo revolucionário de 1952 até a superação dos regimes autoritários; a Bolívia vivenciou uma democracia pactuada pouco efetiva e pouco representativa.

trabalhadores do meio rural, porém ratificava o pacto *minero-universitario* de 29 de julho de 1946, estabelecido no Departamento de *Oruro*. Em 1952, o processo revolucionário contou com a participação direta e imediata das organizações sindicais mais preocupadas com as reivindicações dos trabalhadores do meio urbano. Terminada a primeira fase revolucionária, os trabalhadores passam a ocupar cargos administrativos, inclusive como Ministros. Desta forma a inserção política dos *mineros* se concretiza enquanto que a inserção indígena não.

A Revolução de 1952 na Bolívia contou com a mobilização de todos os segmentos societários, logo não foi uma revolução proletária. Além disto, as principais mobilizações foram dadas no meio rural. A Reforma Agrária eliminou a *pongueaje*⁶² e de certa forma reajustou a tradição (*quéchua* e *aymara*) de cultivo coletivo da terra. As terras provenientes da Reforma Agrária não podiam ser vendidas, fato determinante na contenção migratória do campo às cidades. Porém a migração não cessou devido à dificuldade de incentivos para iniciar novas produções nas terras oriundas da Reforma Agrária. As terras provenientes da Reforma agrária foram abandonadas, fator responsável pela diminuição produtiva de gêneros agrícolas e pelo abandono territorial.

A Revolução de 1952 foi marcada pelo desequilíbrio econômico e social, o restante da produção agrícola não abastecia o mercado urbano crescente⁶³ e a população migrante do meio rural para as cidades aumentava cada vez mais. A falta de planejamento na distribuição de terras na época revolucionária não foi acompanhada por um programa de incentivos e diversificação produtiva. Logo, as más condições de terra e de trabalho não resolveram a situação no campo.⁶⁴

A Bolívia constituía um exemplo clássico do sistema latifundiário latino americano (KLEIN, 2003:277).

⁶² A *pongueaje* é uma forma de trabalho servil realizado pelos colonos das fazendas, este mecanismo de opressão obrigava os trabalhadores a cultivarem as terras dos proprietários e exercer papéis de criadagem na casa dos mesmos.

⁶³ KLEIN, H. (1989:277-298) Neste período 6% dos proprietários de terras rurais possuem 92% do total de terras rurais. Aspecto que sofreu alteração na década de 50 do século XX.

⁶⁴ A *pongueaje* como trabalho servil realizado índios em terras de grandes proprietários de terra foi praticamente abolida. Talvez esta seja a transformação mais importante no meio rural boliviano da década de 50 do século XX. Esta forma de trabalho é existente desde o período colonizador, ou seja, nem mesmo a Independência que culminou na República em 1825 foi capaz de eliminar este tipo de escravidão.

Somado a estrutura atrasada tem-se um sistema de dominação da elite branca sobre os segmentos índios. Raríssimas vezes os indígenas recebiam terras em troca de seu trabalho, quando isto se realizava eram as menos produtivas. O Estado também não os beneficiava com nenhum tipo de incentivo do Estado.

A perda de capital de setores *chave* (mineração e exploração fundiária) catalisou a Revolução de 1952. Isto não quer dizer que esses setores dominantes fossem preocupados em realizar mudanças políticas significativas, pelo contrário, estavam preocupados com a manutenção do poder e se este assumiria uma face mais democrática no sentido de ser mais inclusiva então seria. Esta mesma tendência de não abdicar do poder de qualquer forma voltará a ocorrer na abertura democrática da década de 80.

Germán Bush nacionaliza o petróleo boliviano e marca o início da atuação partidária do MNR. Em 1951 as eleições foram anuladas e em março de 1952 Victor Paz Estenssoro foi eleito presidente. Nesta gestão foram decretados a Reforma Agrária e o sufrágio universal. Milícias operárias e camponesas (unidas com a COB) idealizam um co-governo com o MNR.

O surgimento da COB, constituída como uma sólida agremiação de trabalhadores contou com o apoio de partidos políticos, dentre eles: o POR, o PCB e o PIR. A criação do “Ministério de Assuntos Campesinos” marcou a gênese da organização política estatal voltada aos indígenas. Segundo Aranda este advento transformaria a população indígena em *campesinato* e o Estado os incorporaria como classe. Na realidade este era um mecanismo político idealizado pelo MNR a fim de subordinar e controlar os segmentos indígenas. A cúpula revolucionária inicialmente via a organização como uma possível forma de garantir o domínio sobre os trabalhadores.

Victor Paz Estenssoro (1907-2001) pode ser considerado o “destaque” da Revolução de 1952⁶⁵ e desde a morte de Gualberto Villarroel aparece como a principal liderança da Revolução Nacionalista boliviana.

J. Lechín era secretário geral da FSTMB⁶⁶ e liderança da COB. Lechín exerceu a função de Ministro de Minas e Petróleo no período revolucionário e uma das medidas de sua gestão foi o fim do envio de lucro às empresas estrangeiras.

⁶⁵ Victor Paz Estenssoro assumirá novamente a imagem de destaque em 1985 ao implantar a NPE (*Nueva Política Económica*) tendo como um de seus ministros tecnocratas Gonzalo Sanches de Lozada.

⁶⁶ *Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolívia*.

A criação da COMIBOL (*Corporación Minera de Bolívia*) ocorreu a partir da nacionalização das 3 maiores empresas mineradoras (*Patiño, Hochschild e Aramayo*) do país. Desta forma, o Estado passou a ter o controle de 2/3 da indústria mineira de estanho. A política *minera* tendia ao controle enquanto que no meio rural o descontrole aumentava com o aumento significativo da violência.

Em 1953 o governo estabelece o “Decreto de Reforma Agrária” o que seria a conquista de autonomia dos *campesinos* agora proprietários de suas terras passa a ser um martírio de dificuldades geradas pela baixa produtividade das terras e pela falta de incentivos provenientes do Estado.

Paz Estenssoro pretendia ampliar sua influencia em âmbito nacional, ou seja, pretendia conquistar uma força política absolutamente nova já que a interação e possível coesão nacional eram recentes.

Com o declínio de seu poder perante seus antigos partidários da classe média e com o crescimento de sua dependência com relação aos grupos radicais da COB como também dos trabalhadores, ele (*Paz Estenssoro*) percebeu que tinha que criar uma base de poder inteiramente nova para as tendências de centro e direita de seu partido, além da aproximação com o campesinato (KLEIN, 1989:287).

O campesinato estava robusto e as tendências de esquerda se desenvolviam, O MNR tentava não se afastar dos núcleos *campesinos* fundamentais para a manutenção de poder de Estenssoro, credenciado como representante da classe média urbana, porém preocupado com os ideais nacionais.

A nacionalização das minas se deu em um momento não muito propício devido o esgotamento dos recursos das jazidas de exploração, a Reforma Agrária não produziu transformações suficientes para resolver o problema da terra e o déficit fiscal gerado por programas de “*bem estar*” de amplitude nacional. A eminente falência do Estado se apresenta e a crise econômica se instala atingindo seu ápice da década de 80.

Os segmentos médios urbanos que não apoiavam o MNR se vinculam à FSB⁶⁷. Este partido político se desenvolveu com o apoio da Igreja Católica e até as eleições de 1956 era muito pequeno. O fortalecimento desta sigla partidária se dá com a diminuição do apoio concedido ao MNR nas cidades devido sua nova política de aproximação com os setores *campesinos*. A FSB inúmeras vezes intenta violentamente contra MNR ao mesmo ponto que tenta subtrair os votos dos segmentos urbanos descrentes com a possibilidade do MNR conseguir sanar os problemas do campo e da cidade.

No período de 1956-58, a Bolívia torna-se o maior receptor de recursos financeiros via empréstimos em comparação com toda a América Latina⁶⁸. Este aspecto conturba a situação econômica do país e a Bolívia não consegue sanar suas dívidas.⁶⁹

Para os EUA e Europa seria melhor que a direita do MNR conquistasse a presidência na Bolívia porque queriam os pagamentos dos empréstimos concedidos e não apoiavam a instalação de regimes comunistas tal como o caso cubano.

A COMIBOL criada a partir da nacionalização das minas de estanho não impulsionou a industrialização boliviana devido à estagnação produtiva. O estanho dentre os minérios era o que apresentava maior perda de importância. Entretanto, o desenvolvimento petrolífero tem seu ápice entre 1952 e 1964. A produção diária de petróleo aumentou para dez mil barris diários cerca de quatro mais do produzido até então. A extração de gás-natural chegou a vinte milhões de metros cúbicos e torna-se fundamental na economia boliviana.⁷⁰

O voto universal instaurado no dia 21 de julho de 1952 visava a inclusão de todos os segmentos societários no processo de escolha de lideranças políticas. Todos os cidadãos maiores de 21 anos (se casados maiores de 18 anos), homens ou mulheres, independente do nível de instrução, ocupação ou renda passam a ter o direito de voto. Na época cerca de 70% da população boliviana tornava-se apta a votar.

O MNR realizou fraudes eleitorais e instaurou um sistema político de disputa eleitoral a partir de listas (para presidente, vice-presidente, senadores e deputados)

⁶⁷ A *Falange Socialista Bolivina* era um partido católico, conservador e com forte influência do fascismo italiano.

⁶⁸ KLEIN (1987;278-98) Os empréstimos eram cerca de 100 milhões de dólares.

⁶⁹ O Estado boliviano não tem o controle do que arrecada nem do que gasta. A grave crise inflacionária prolonga-se até 1985 quando Estenssoro conjuntamente com Lozada determinam a NPE.

⁷⁰ MESA, GISBERT & MESA GISBERT (2003:696-782).

mantendo a hegemonia nas primeiras disputas eleitorais pós-revolução. Mesmo com o surgimento de outros partidos políticos, o MNR sempre garantiu sua vantagem organizativa. Os demais partidos sempre foram pequenos e inúmeras siglas partidárias coligavam com o MNR sempre preocupados em conquistar os cargos políticos.

A reestruturação do Exército a partir da formação de milícias populares em 1953 gerou a prisão ou expulsão de oficiais, logo, a sucessão militar hierárquica se deu de forma diferenciada ao planejado pelas Forças Armadas. Muitos cadetes (possíveis oficiais num futuro próximo) foram reformados contribuindo com a lógica de total reestruturação militar. O Colégio Militar passou a ser denominado “*Gualberto Villaroel*”. O MNR após a Revolução esperava manter sua hegemonia e forte influencia sobre as Forças Armadas, entretanto foram os próprios oficiais desta reestruturação os responsáveis pela derrocada do MNR na instauração dos regimes militares autoritários em 1964. As milícias armadas constituídas de trabalhadores *mineros* e *campesinos* criadas pelo MNR instauraram a violência nas cidades, mas principalmente no campo. Este foi um período extremamente violento da história política boliviana.

O desenvolvimento do Oriente, ou melhor, o vertiginoso desenvolvimento de Santa Cruz faz parte da política de “diversificação” do primeiro governo do MNR. A diversificação neste caso é meramente econômica. O desenvolvimento econômico desta região irá gerar uma classe política-econômica poderosa ávida por disputar o poder central do país. Atualmente a elite de Santa Cruz exerce um papel político de intenso conservadorismo.⁷¹

A repressão do MNR contra os opositores da Revolução era intensa, campos de concentração foram instalados desde 1952. Nestas prisões, os condenados eram obrigados a realizarem trabalhos forçados. As detenções de *Coroco* (La Paz), de *Uncía* e *Cataví* (ambas em Potosí) destacavam-se pelo seu porte. Muitos cidadãos sofreram com o controle político imposto pelo MNR.

O primeiro governo Estenssoro (1952-1956) foi antecedido pela *Junta Revolucionária* presidida por Hernán Siles Suazo entre os dias 11 e 14 de abril. Estenssoro

⁷¹ A inauguração da estrada asfaltada ligando *Cochabamba* a *Santa Cruz* (em 25 de agosto de 1954) foi o marco inicial do processo de integração entre as regiões do país. De 1950 a 1976 a população de Santa Cruz aumentou pouco mais de 5 vezes chegando a 254.682 habitantes.

permaneceu escondido provavelmente na Argentina e retornou somente após o êxito revolucionário. Retornando do exterior, Estenssoro enfatizou a aliança com a COB e demais lideranças sindicais. A nacionalização das minas, a reforma agrária e a reforma educacional mobilizaram imediatamente a realização de gastos acarretando uma saída de recursos mais elevada do que a entrada dos mesmos, logo, o resultado foi o início da elevação inflacionária e a desvalorização monetária prolongada por cerca de 30 anos.

Em 1953, segmentos mais conservadores do MNR (liderados por Luis Peñaloza e Hugo Roberts) tentaram um golpe contra o governo, assim como a FSB tentara o mesmo em 1954. As duas tentativas não obtiveram êxito. Neste primeiro mandato efetivo (mas não eleito) do MNR o maior avanço político pós-revolução foi a instauração do sufrágio universal.⁷²

As primeiras eleições com voto universal ocorreram em 17 de junho de 1956 tendo 4 candidatos H. S. Suazo (MNR), O. U. de la Vega (*Falange Socialista Bolivia*), F. Iñiguez (*Partido Comunista*) e H. Gonzáles (*Partido Obrero Revolucionario*) como pleiteantes da presidência da República. O MNR foi vitorioso com 82% dos votos e teve como principal apoio os beneficiados pela Reforma Agrária.

No primeiro governo Hernán Siles Suazo (1956-1960) o Congresso Nacional foi reaberto aprovando todos os decretos e leis desta gestão. O código “*Davenport*” destaca-se por regular o sistema produtivo *petrolero*. O código de “*Seguridad Social*” regulava a assistência médica e as aposentarias dos trabalhadores. A “*Ley de Cooperativas*” visava a regulação da produção, entretanto, foi uma medida insuficiente para

⁷² WEBER (1974) Descreve a modernização militar prussiana da segunda metade do século XIX como uma aliança da alta burguesia, dos grandes proprietários e dos aristocratas favorecendo a unificação alemã. A união foi estabelecida em rivalidades bélicas principalmente contra a França. A Bolívia em seu período de guerras não gerou uma unidade nacional federativa. A Bolívia refaz o questionamento sobre extensão do voto 100 anos após da experiência alemã. No caso alemão, existia uma inúmera parcela de pensionistas (aposentados, inválidos, viúvas e ex-combatentes) que independente de sua condição social deveriam votar. Além das preocupações iniciais com o assistencialismo novas indagações regionais afloravam principalmente se tratando de estados envolvidos em rivalidade bélica. Neste aspecto existe uma similaridade histórica com o ocorrido na Bolívia no século XX dado os conflitos armados de 1879 e 1932. Max Weber ao tratar do caso alemão via o governo parlamentarista como favorecedor de um regime político mais estável. Entretanto esta este condicional de maior estabilidade política não ocorre no caso boliviano. O legislativo boliviano só garantirá maior força e presença governativa no final do século XX e mesmo assim não ocorre a instauração do parlamentarismo no país. TOCQUEVILLE (2001:67-173) Acreditava no sufrágio universal como uma regra invariável de uma sociedade assim como a centralização governamental e administrativa seria responsável pela obediência civil. O federalismo manteria a coesão social e sua sorte estaria relacionada com o tamanho do país em que estivesse vigorando. O fato da Bolívia não instaurar um modelo parlamentarista federalista colabora com a instabilidade e falta de coesão social.

resolver os problemas do meio agrário. A ineficiência para resolver os problemas do meio rural está relacionada à falta de compreensão dos sistemas produtivos como também pelo baixo conhecimento sobre a utilização da tradicional propriedade coletiva em algumas regiões andinas.

A estabilização monetária não foi suficiente para manter o apoio da COB, o vice-presidente renunciou e Siles Suazo ficou cada vez mais isolado. A inflação de 1954 a 1956 subiu 900% devido os ajustes ruins da política monetária. A conturbada gestão econômica deste governo com seus conflitos e impasses gerou a primeira segmentação do MNR. A partir da primeira gestão Suazo, o partido formalmente passa a ser constituído pela ala *direita e esquerda*.

A FSB sempre em oposição aberta ao governo tenta outro golpe para derrubar S. Suazo. No início do ano de 1959 um grupo de *falangistas* tenta uma ofensiva contra uma instalação militar (*O Quartel Sucre*). Os falangistas do levante foram mortos e Únzaga, um dos líderes do partido, foi encontrado morto e tido como suicida. A morte de Únzaga é um fato não explicado da história política boliviana até os dias de hoje.

Nos anos finais da década de 50, o MNR apresentava rupturas internas. Paz Estenssoro recém retornado da função de embaixador na Inglaterra candidata-se pelo a presidência. Enquanto Guevara, agora na oposição, funda o PRA (*Partido Revolucionário Autentico*) a fim de também disputar as eleições.

Nas eleições de 5 de maio de 1960 disputaram 3 candidatos: Paz Estenssoro (tendo como vice Lechín) obtendo 74,5% dos votos, Guevara (PRA) ficando com 14% e Mario Gutierrez (FSB) com 8%.

O segundo governo Paz Estenssoro (1960-1964) tinha como meta inserir a Bolívia na Economia Mundial. Seguiu a linha de estabilização e controle do cambio do peso boliviano (criado 1962) iniciada na gestão anterior e estável até 1972⁷³.

A participação de trabalhadores continuou reduzida até transformar-se em oposição aberta em 1963, declarada no “*Congresso de Trabalhadores Mineros*”. As greves tornaram-se freqüentes e intensas, afetando a produção de minérios e demais fábricas. Os enfrentamentos em *Cliza* e *Ucureña* foram os mais graves no meio rural.

⁷³ Nesta época 12 pesos bolivianos valiam 1 dólar. Em 2003 8,8 pesos valiam 1 dólar.

O desgaste do MNR acentuou-se quando o Gal. A. O. Candia (Comandante das Forças Armadas) e o Gal. R. Barrientos Ortuño (Comandante da Força Aérea) começaram a se oporem ao MNR. A tentativa do presidente Estenssoro de realizar o Plano Decenal não agradou a cúpula das Forças Armadas e nem alcançou os resultados propostos.

... (o Plano Decenal) propunha um desenvolvimento coerente e planejado à longo prazo como não havia sido realizado no passado (MESA, GISBERT & MESA GISBERT; 2003:671).

A planificação da economia boliviana não era vista como a possibilidade de superação dos baixos níveis produtivos pelos militares, a criação do *Ministério do Planejamento e da Coordenação* foi uma das medidas do *Plano Decenal*. A empresa estatal mineradora COMIBOL passava por um período de baixa produtividade e custo elevadíssimo de produção. Sem alternativa o governo assume um empréstimo de 27 milhões de dólares frente ao EUA e Alemanha via *Banco Internacional de Desenvolvimento* para implementar a diversificação produtiva.

A Constituição (décima quarta) em vigência desde 1961 determinava a nacionalização das minas, reconhecidas como patrimônio do país, instaurava o voto universal e a possibilidade de re-eleição presidencial. Esta Constituição legalizou as milícias populares. A comprovação de trabalho em uma dada propriedade rural concedia o reconhecimento de títulos de propriedade.

Os governos do MNR cada vez mais estreitam relações com os governos norte-americanos inclusive com intuito de obter mais empréstimos. O presidente V. P. Estenssoro, o chanceler W. Guevara e o embaixador nos EUA V. Andrade...

... foram decisivos para o estabelecimento de laços permanentes entre os EUA e a Bolívia possibilitando: a venda de minérios, a indenização aos barões do estanho e finalmente a entrada de dinheiro (id *ibid*:673).

Dentre as medidas da época, a indenização aos barões do estanho foi a mais contestada, principalmente devido a necessitava de saldar as dívidas internacionais em moratória desde 1931. Os critérios determinados pelos EUA e pelo FMI para a manutenção de empréstimos estavam sendo realizados. Apesar da Revolução Nacionalista pretender a

formação de um Estado coeso, o desenvolvimento nacional começa a tornar-se dependente do financiamento internacional.

O terceiro governo Paz Estenssoro é marcado pela perda de apoio político tendo vários setores do MNR contrários à sua pretensa re-eleição. Liderando as tendências de esquerda do partido estavam W. Guevara Arze e H. Siles Suazo. Estenssoro na tentativa de conquistar algum apoio aproxima-se de R. Barrientos líder da célula militar do partido.

Apesar de conquistar 86%⁷⁴ dos votos na eleição de 31 de maio de 1964, V. Paz Estenssoro não consegue reatar o bom relacionamento com os segmentos *obreros*, abrindo espaço para a plena oposição dos partidos de esquerda, além da já estabelecida oposição dos segmentos mais conservadores.

O terceiro mandato de Estenssoro é interrompido pelo golpe militar de René Barrientos em 1964. Neste período da história política boliviana surgem partidos identificados com a causa indígena. O PIAK “*Partido Indio Aymara Kechua*” de 1962, liderado por Fausto Reinaga é um dos primeiros a almejar a conquista do poder formal.

No ano de 1964 o General René Barrientos, que era militante do MNR, interrompe o regime democrático mediante golpe contra o governo do próprio partido, iniciando desta maneira o ciclo de regimes militares. Durante os regimes militares a relação de subordinação entre o campesinato índio e o Estado foi mantida através do Pacto Militar Campesino (PMC) (ARANDA, 2002:61).

As Forças Armadas tomam o poder no dia 4 de novembro de 1964. Estenssoro é preso e exilado do país. Os segmentos militares golpistas estavam apoiados por *milicianos* como também por alguns setores urbanos de direita. Alguns partidos marxistas (PCB e POR) não intentaram contra os militares assim como a FSB não o fez. O racha original das Forças Armadas na Bolívia era notado pela falta de unidade⁷⁵ nas

⁷⁴ Cerca de 1 milhão e 100 mil votos.

⁷⁵ ROUQUIÉ (1984:62-176, 320-448) Caracteriza a formação do exército boliviano como sendo formada por várias tendências ideológicas e estruturada por “clãs”. A coesão é inexistente nas Forças Armadas como também é na sociedade como um todo.

decisões oficiais. Alguns grupos de *milicianos* ao não atenderem às ordens de Barrientos foram atacados pela Força Aérea⁷⁶.

O Estado nas mãos dos militares passou a ter o controle dos bens produtivos do país e se considerarmos os novos proprietários de terras mais de 50% da população foi integrada a vida econômica. A conquista do voto universal foi um aspecto importantíssimo de inserção política. O projeto de ligação e vínculo entre as diversas regiões do país não se concretizou por completo. Entretanto, o Departamento de Santa Cruz desenvolveu-se muito bem nas primeiras gestões do MNR.

As deficiências econômicas da Bolívia do período pós-revolução nacionalista são o germe da aguda crise dos anos 80 do século XX. O processo político institucional de privilegiar uma região em detrimento das outras gera uma forte cisão no país. Esta *clivagem* entre *ocidente* e *oriente* boliviano é notada nos dias de hoje inclusive com relação à organização partidária.

2.2 Regimes Militares Autoritários

O golpe de 1964 na Bolívia gera uma sucessão de mandatos presidenciais liderados por militares. A orientação do Estado capitalista se mantém e acentua-se na década de 70. A Junta Militar golpista foi liderada pelo Gal. R. Barrientos.

O autoritarismo na Bolívia iniciado em novembro de 1964 perdura até outubro de 1982. De 1980-82 foram três governos liderados por civis com duração total de pouco mais de um ano e quatro meses. O período de 1978-82 marca a abertura democrática, entretanto, as manobras dos segmentos da direita conservadora na tentativa de anular as eleições e preservarem-se no poder nos descreve um processo conturbado e de difícil consolidação.

Após a Revolução de 1952, os governos do general Ovando (1965-66 e 1969-70) e do general Torres (1970-71) aparentemente iriam dar seqüência a política nacionalista de apelo popular, entretanto, na prática, estavam vinculados aos setores de maior poder e influencia econômica do país. O modelo desenvolvimentista de substituição das importações a partir da tentativa de industrialização era a orientação da CEPAL⁷⁷

⁷⁶ Este acontecimento ficou conhecido como *El Cerro Laikakota*. Os enfrentamentos entre os militares e os insatisfeitos com o golpe foram mais frequentes nos departamentos de La Paz e Oruro.

⁷⁷ Comissão Econômica para América Latina e Caribe criada em 1948.

apoiada pela ONU, todavia, a Bolívia não tinha condições para realizá-la. A falta de um mercado interno com capacidade de consumo colaborava para a situação caótica de ineficiência industrial.

Nos anos 70, alguns segmentos indígenas inicialmente organizados vislumbram a ruptura com o plano nacional de solução conjunta das demandas gerais da nação e aspiram acelerar as transformações mais pertinentes aos povos originários. Entretanto todos os partidos e sindicatos mais progressistas, independente de se identificarem com as reivindicações indígenas, passam a sofrer repressão dos regimes autoritários. Desta forma, as lideranças sindicais foram controladas ou até mesmo suprimidas.

A inserção política do *campesinato* na sociedade boliviana não o transformou em consumidor e nem melhorou substancialmente suas condições de vida. Inclusive o traço cultural boliviano característico relacionado à existência de propriedades rurais coletivas de auto-abastecimento e auto-sustentáveis⁷⁸ se manteve após a revolução da década de 50. A Revolução Nacionalista não mudou drasticamente a vida dos bolivianos mais desfavorecidos economicamente, não contemplou o ambiente agrário (rural) de modo satisfatório e o crescimento urbano não foi acelerado suficientemente. O período ditatorial manteve o meio agrário na situação de abandono e tentou suprimi-lo da participação política e quando não o fizera; agiu politicamente via pactos a fim manter a governabilidade.

... Brasil e Bolívia foram os primeiros países a passar da democracia ao autoritarismo militar (1964) seguindo uma tendência estabelecida no continente até os anos 70. A mudança radical gerou governos autoritários de direita, sem escrúpulos algum não preservaram os direitos humanos e a obsessão anti-comunista marcada pelo fanatismo deixou um resquício de confronto e violência sem precedentes no continente e no país (id.ibid.:678).

No primeiro governo Barrientos (1964-1965), os militares no poder romperam com H. Siles Suazo e J. Lechín que terminaram exilados. A representação civil passou a se concentrar em outros partidos tal como: o FSB, o PSD, o PIR e o PRA. O gabinete

⁷⁸ Essas comunidades são denominadas *ayllus*.

ministerial era estritamente militar, o general J. J. Torres como Ministro da Fazenda e o coronel. H. Banzer como Ministro da Educação.⁷⁹

A COB tentou uma greve geral sem êxito e os enfrentamentos com o governo militar foram inevitáveis. Inúmeras lideranças *obreras* foram exiladas e com isto ocorre o enfraquecimento nas manifestações dos trabalhadores.

Em 1965 a co-gestão presidencial dos generais Barrientos e Ovando é o acontecimento mais atípico da historiografia republicana. Dois presidentes exercendo o poder simultaneamente é um fato incomum a qualquer lugar onde vigore o presidencialismo como forma de governo. Esta co-gestão não durou muito tempo apenas 7 meses.

Em 1966, eleições foram convocadas para o mês de julho. Barrientos renuncia a co-presidência a fim de disputar as eleições presidenciais. E o general Ovando inicia um período de medidas drásticas, tais como: baixa salarial, congelamento de preços, congelamento de poupanças, proibição de greves e cassação de dirigentes sindicais. O presidente cria a ENAF (*Empresa Nacional de Fundiciones*) com sede no Departamento de Oruro e fecha contratos de comercialização principalmente com empresas alemãs.

Nas eleições de 3 de julho 1966, R. Barrientos é eleito com quase 62% dos votos (cerca de 677.805 votos). Se qualquer um dos antigos líderes do MNR (V. Paz Estenssoro e H. Siles Suazo) tivessem participado desta disputa eleitoral dificilmente Barrientos teria sido eleito.

Em seu terceiro governo (1966-1969) o Gal. Barrientos enfrentou a oposição da FRB (*Frente de la Revolución Boliviana*) que consistia num conglomerado de forças de direita e de centro que almejavam restaurar a revolução e instaurar a “Segunda República”. Este movimento aproximou-se do PRA (de W. Guevara Arze) e do PIR (de Ricardo Anaya) posicionado mais a esquerda, entretanto não conquistaram seus objetivos e unidade e contrarrevolução.

⁷⁹ Paralelamente a ascensão dos militares no poder, os departamentos de *Santa Cruz* e *Tarija* tentam iniciar a comercialização de petróleo via a costa do Pacífico. A comercialização dos recursos naturais e minerais gerou uma elite econômica nesses departamentos, principalmente em *Santa Cruz*. A comercialização de recursos via Oceano Pacífico, principalmente utilizando portos chilenos sempre gerou uma série de confrontos e processos de instabilidade política devido grande parcela não aceitar esta atitude devido o enclausuramento marítimo imposto após o término da Guerra de 1879. Até os dias de hoje este tema é polêmico, basta lembrarmos a derrocada de Lozada (MNR) em outubro de 2003 ao insistir em usar o território e os portos chilenos para o envio de gás natural ao EUA.

Neste governo foi criado o Projeto Hidrelétrico de “*Santa Isabel*” no Departamento de Cochabamba com a ampliação da rede de água potável e a finalização das estradas à Chapare (Departamento de *Cochabamba*). A finalização desta obra rodoviária marca o início das estradas asfaltadas da Bolívia.

Foi também no terceiro governo Barrientos que ocorreu a renovação dos contratos para provisão de petróleo com a estrangeira *Gulf*. Em 1967, a partir de um decreto do Executivo a também estrangeira *U. S. S. Philips and Co* recebe a concessão das *Minas Matilda* ainda rica em minérios. Apesar das inovações no campo programático econômico a tradição de repressão e intolerância no âmbito político foi mantida.

O *Pacto Militar Campesino* foi um instrumento político de controle dos trabalhadores liderado pelo general Barrientos com o intuito de controlar o setor agrário e garantir um mínimo respaldo popular para a manutenção dos governos das Forças Armadas. Barrientos possuía carisma pessoal e utilizava seus laços indígenas para não abalar a sua popularidade. Estes traços comportamentais (conhecimento da língua *quechua* e popularidade entre os indígenas) em parte relacionam-se com seu passado e sua residência em Cochabamba durante a infância e mocidade. O presidente estava sintonizado com os *campesinos*, logo, estes aceitavam estarem alinhados com o MNR. Na oposição concentravam-se os setores *mineros* e os partidos de esquerda do país. Barrientos cultivou sua popularidade com os segmentos indígenas até a sua morte⁸⁰.

A Constituição de 1967 (a décima quinta) elimina a possibilidade de dupla nacionalidade, elimina as milícias populares e extingue a re-eleição presidencial. Em 1967 é formado o *Ejército de Libertación Nacional*⁸¹, entretanto esta célula guerrilheira nunca efetivou uma ação desestabilizadora do regime.

No governo L. A. Siles Salinas (1969) ocorre a dissolução do órgão encarregado pela segurança do Estado (o FURMOD) transferindo esta obrigação totalmente às Forças Armadas. Neste período ocorre a diminuição das prisões e perseguições políticas.

⁸⁰ Barrientos falece em 27 de abril de 1979.

⁸¹ Nos dias 23 e 24 de junho de 1967 ocorre o *Massacre de San Juan* onde 37 *mineros* são mortos em uma festividade religiosa. De novembro de 1966 a outubro de 1967; a guerrilha de Ernesto Che Guevara agiu na Bolívia. Entretanto a guerrilha de *Teoponte* iniciada no norte de *La Paz* foi a mais organizada e em 1969 passou a contar com o apoio de outras organizações já enfraquecidas pelos enfrentamentos com os regimes ditatoriais.

Novos projetos rodoviários ligando *Beni e Pando a La Paz e Santa Cruz* foram realizados. Nas universidades do país inicia-se o processo de regulamentação dos financiamentos autônomos seguindo a lógica de gradativo descomprometimento do Estado com a educação universitária. Ainda em 1969 é inaugurada a “*Televisión Boliviana*” a partir de um acordo com a *Inelec* da Espanha. Inicialmente a televisão era pública e contava somente com um canal, somente em 1984 os canais privados entram em atividade na Bolívia. A televisão na Bolívia teve um forte caráter manipulador até a abertura democrática.

No ano de 1968, o PIAK tornou-se o PIB “*Partido Indio de Bolivia*” e marca o extremismo de Reinaga preconizando um futuro confronto entre a raça índia (originária) e a raça branca (ocidentais) tendo como objetivos a libertação da opressão e a formação de um partido político essencialmente índio apto a conquistar o poder na Bolívia.

O terceiro governo Ovando (1969-1970) pretendia seguir a política originada em 1952 de defesa dos recursos naturais e desenvolvimento dos meios de produção almejando maior independência econômica. O gabinete ministerial foi composto por militares, sendo uns mais progressistas e outros menos causando uma certa instabilidade na administração do Poder Executivo. Os ministros eram militares, integrantes do MNR e da “*Democracia Cristã*”. O “*Código do Petróleo*” regulamentando a extração e comercialização foi uma medida a fim de sinalizar aos sindicalistas da COB a necessidade de minimizar a polaridade entre governo e sociedade civil. O governo estabeleceu uma agenda de comercialização de minérios com inúmeros países. O plano de governo desta gestão em alguns aspectos teve mais êxito que o *Plano Decenal* do MNR. Em 17 de outubro de 1979 a *Gulf* é nacionalizada e passa a ser chamada YPFB. A estatal YPFB passa a ser responsável pela produção de petróleo e gás natural da Bolívia.

O general Ovando renuncia em 6 de agosto de 1970 e evidencia a falta de unidade nas Forças Armadas. Muitos militares inclusive alguns de altas patentes demonstram simpatia pela esquerda. O general J. J. Torres foi a maior figura expressiva destes “militares de esquerda” principalmente por acreditar no desenvolvimento da sociedade boliviana via a emancipação dos segmentos populares. Todavia, o alto escalão militar majoritariamente identificava-se com a direita, tal como os generais: R. Miranda, Guachalla, Sartori e Albarracin.

Nesse jogo interno entre a esquerda e os diversos grupos de direita dentro das Forças Armadas, o general Torres inicia o golpe em 7 de outubro de 1970, deslocando suas tropas para a Base Aérea de “*El Alto*”. Entretanto, a mobilização deste golpe obteve êxito depois da adesão dos trabalhadores liderados pelos dirigentes da COB. Foi dado início a uma greve geral e seqüencialmente ocorre a formação de um “*Comando Único Revolucionário*” sediado no Departamento de Oruro. A direção deste comando deliberativo contava com segmentos militares e *mineros*.

O general Torres foi empossado presidente em La Paz na “*Plaza Murillo*” afirmando como pilares de seu governo: os trabalhadores *mineros* e *campesinos*, os militares e os universitários. A tentativa era seguir uma linha similar à gestão do general Ovando e apesar de possuir apoio popular a falta de um projeto político inibe sua gestão presidencial. O governo sempre vivia em estado de emergência e sofria pressões da extrema esquerda. A instabilidade política era evidente devido a insatisfação da maioria do oficialato militar. A tentativa do general Torres de contemplar vários segmentos da sociedade boliviana não trouxe um maior apoio como o esperado, principalmente pelo fato de seu gabinete ser composto somente por intelectuais e militares.

A COB passou a cobrar atitudes mais enfáticas com relação a inclusão dos trabalhadores no governo assim como com relação a leis de regulamentação do trabalho. Entre as reivindicações mais enfatizadas, a reposição salarial era a principal.

O IV Congresso Geral da COB e a *Asamblea Popular* ocorreram em maio e junho de 1970, respectivamente. A COB traçava como meta a obtenção do poder formal, ou seja, pretendia estabelecer-se como governo. A *Asamblea Popular* criada no dia primeiro de junho teve sua primeira sessão no dia 22 de junho e visava a criação de um corpo de governo a partir dos delegados oriundos dos setores de produção como também por representantes de classe. Cada departamento possuía sua *Asamblea Regional*. Este modelo administrativo não chegou a ultrapassar a fase organizativa. J. Lechín recém chegado do exílio era o presidente da *Asamblea Popular* e presidiu a última sessão no dia 2 de julho de 1970.

O governo Torres sem o apoio da esquerda e dos trabalhadores organizados tenta abrandar sua plataforma de governo e inicia uma aproximação com os segmentos da direita. Assim o isolamento político de Torres foi inevitável e o agravamento da crise foi

dado por uma seqüência de mobilizações nas ruas culminando numa greve geral dos trabalhadores do país.

O *Movimiento da Izquierda Revolucionaria* surge entre abril e setembro de 1971 e era composto por universitários e segmentos radicais da democracia cristã, por setores do MNRI (*Movimiento Nacionalista Revolucionario de Izquierda*) e por marxistas independentes. O MIR mantém o radicalismo político principalmente no meio urbano até 1977.

O *Partido Socialista* foi fundado em 1971 a partir de pequenos partidos de esquerda⁸² e irá ter razoável sucesso eleitoral no final da década de sua criação e no começo dos anos 80. Entretanto, o partido vai se enfraquecendo até perder a coesão e voltar a se fragmentar gerando inúmeros partidos insignificantes.

Cerca de trinta anos após a Revolução Nacionalista, a direita passa ser composta majoritariamente por segmentos com grande poder econômico e descendentes de famílias tradicionalmente européias. Apesar destes grupos almejarem uma sociedade de coexistência entre os mais diversos grupos da sociedade boliviana, evidenciam uma forte incompatibilidade com as aspirações dos segmentos autóctones do país. A Revolução Nacionalista foi de suma importância para a transformação social e política da Bolívia, entretanto não solucionou as principais necessidades dos povos originários do país.

⁸² Tais como: UNIR, APB, FARO e FLIN.

3 ABERTURA DEMOCRÁTICA e FRAQUEZA INSTITUCIONAL

A Revolução Nacionalista de 1952 não estabeleceu a coesão interna entre os 9 departamentos bolivianos, inclusive algumas medidas serviram para acirrar ainda mais a rivalidade entre as diversas regiões do país. Tal como fora entre *Cochabamba* e *Santa Cruz*, um departamento perdendo influencia e outro ganhando, respectivamente.

A Reforma Agrária mal sucedida e o privilégio dado a *Santa Cruz* com relação ao desenvolvimento nacional pós-revolução são aspectos destacáveis deste processo de acirramento das diferenças regionais. Desta forma implicam na manutenção da clivagem entre os mais favorecidos economicamente e os menos favorecidos. A disputa entre os departamentos a fim de se sobrepor uns aos outros é perceptível até os dias hoje

As tendências políticas de esquerda (inclusive organizações indígenas) desde o início se caracterizam pela fragmentação política. E nenhum partido político, tanto de esquerda como de direita, conseguiu manter uma política favorável à unidade nacional, sendo o MNR o que mais se aproximou de tal feito, porém sem o realizá-lo por completo.

O período de golpe de estado em 1964 e a intensificação ditatorial na primeira metade da década de 70 trouxe problemas gravíssimos para a organização civil. As organizações (partidos políticos e sindicatos) sofreram muito e a produção acadêmica principalmente na área de humanidades ficou comprometida.

A abertura democrática foi lenta e não eliminou por completo as antigas lideranças dos regimes ditatoriais. Logo, a transcendência autoritária consegue se imiscuir no processo contemporâneo de consolidação democrática na Bolívia.

A falta de unidade entre os segmentos sociais opositores aos regimes militares autoritários agravou a repressão e trouxe uma necessidade de participação política efetiva para a maioria da população relegada a coadjuvante das disputas políticas.

A participação política e a sucessão eleitoral foram conquistadas em grande parte pela execução de novas leis eleitorais implantadas na década de 90. Entretanto, um maior desenvolvimento das instituições ainda atrapalha a formulação de políticas públicas.

O processo de enfraquecimento dos indígenas de *Cochabamba* necessariamente traria a possibilidade de desenvolvimento de uma nova liderança local. E assim como fora com Evo Morales ainda mais se levamos em consideração o desgaste das demais lideranças partidárias.

3.1 Ausência de coesão interna

A “*Asamblea Del Pueblo*” de 1971, liderada pelo general Torres não obteve o apoio popular necessário e não conseguiu minimizar o poder do MNR e nem mesmo se sobressaiu perante a popularidade do jovem MIR⁸³. Desta forma, o governo popular não surtiu o efeito esperado. A Assembléia era composta por 218 delegados⁸⁴, o MIR e o MNR eram menos representados seguidos pelos representantes de origem *campesina*. O MIR em sua composição original contava com integrantes da democracia cristã e da célula universitária dissidente do MNR ainda liderado por Lechín e Suazo. Esta foi uma época de forte rivalidade entre o MNR e o MIR.

Apesar da aparente coalizão entre os segmentos de esquerda, a falta de união entre os trabalhadores urbanos e rurais ficou evidente no governo Torres. Ao abandonar o poder, o general não tentou sublevar aqueles que ainda o apoiavam e tão pouco tentou manter a Assembléia Popular. Enfim, foi sensato ao abandonar a presidência e não fomentar a rivalidade entre os diversos segmentos da sociedade.

O resultado final foi que o golpe de Banzer de 1971, o mais sangrento desde o de abril de 1952 (KLEIN, 1989:308).

O centro e a direita apoiaram o golpe de janeiro de 1971. O coronel Banzer, chefe do Colégio Militar, recebeu apoio dos grupos de direita do MNR e da FSB. O ditador num primeiro momento não tentou uma aproximação com as organizações indígenas...

... A partir da ruptura (do PMC), a liderança do sindicalismo camponês índio que era dos quechuas da região de Cochabamba, durante os regimes militares, passou aos aymaras da região de La Paz (ARANDA, 2002:62).

O coronel H. Banzer tentara um golpe em 11 de janeiro sem êxito obrigando seu auto-exílio na Argentina. Recém retornado ao país instala o golpe em 19 de agosto de 1971 auxiliado pelo general F. Mendieta e pelo coronel A. Selich. As universidades são um

⁸³ *Movimiento da Izquierda Revolucionaria*. Surge para se contrapor à ADN e torna-se a terceira força do jogo político boliviano pós-revolução nacionalista. O partido surge em um período de unidade entre as tendências do MNR lideradas por Estenssoro e Suazo.

⁸⁴ 123 *mineros*, 38 da FSTMB, e 23 representantes sindicais camponeses e 34 de outros grupos.

dos principais focos dos golpistas na tentativa de minimizar a organização dos jovens intelectuais não identificados com os governos militares. Nos departamentos de *Cochabamba, Beni e Pando* os enfrentamentos foram menos intensos. No departamento de *Oruro* ocorreu a maior resistência certamente devido aos *mineros* sempre ativos nas sublevações bolivianas. No dia 21 de agosto as tropas do *Cuartel Miraflores de La Paz* abandonam o apoio ao general Torres e cedem ao comando de Banzer.

... Apesar das aspirações pessoais de Iriarte e Mendieta em se imporem pela hierarquia militar superior, Banzer chega ao poder em 21 de agosto e conquista a presidência baseada na liderança assumida... Imediatamente as atividades públicas da COB e dos partidos de esquerda são interrompidas. O regime foi particularmente duro com os universitários tanto em La Paz como em Santa Cruz devido resistirem mesmo após os acontecimentos do dia 21. O saldo em 3 dias foi de 98 mortos e 560 feridos (MESA, GISBERT & MESA GISBERT, 2003:699).

Este período foi marcado pela polarização entre direita e esquerda. A classe média aproximou-se da direita e a esquerda embora fragmentada suscitava um possível contra golpe. O governo das Forças Armadas aliou-se a FSB (de M. Guitierrez) e ao MNR (de V. P. Estenssoro) formando a *Frente Popular Nacionalista* (FPN).

Os primeiros meses do governo foram particularmente duros, o número de presos políticos e exilados foi muito elevado. A violência voltou à cena no país. A Constituição e as leis não foram respeitadas. As corporações de segurança recordaram épocas anteriores e a segurança de quem estava contra o regime foi perdida totalmente. As universidades do país foram fechadas de 1971 ao final de 1972. Um dos atos mais terríveis foi o fuzilamento de vários estudantes da universidade *cruceña*⁸⁵ em agosto de 1971. Ocorreram alguns casos de desaparecimento, não esclarecidos... (id. *ibid.*:702).

A criação do Conselho Nacional de Educação foi outro mecanismo de controle político de focos possivelmente opositores.

⁸⁵ Universidade de Santa Cruz.

... foi eliminado o co-governo paritário, não foi permitido o desenvolvimento de atividades políticas dos universitários e a autonomia universitária foi suprimida (op. cit.: 702).

Mesmo com os bons índices econômicos a desvalorização da moeda boliviana foi significativa. Em 1971, 12 pesos bolivianos equivaliam a 1 dólar, em 1972 para o mesmo valor da moeda norte-americana eram necessários 20 pesos.

Apesar do retrocesso no âmbito sócio político, este período gerou certo desenvolvimento econômico. Entre 1974-75 o estanho atingiu novamente preços favoráveis e em 1976 o gás-natural integrou-se de forma consolidada como um produto rentável para a Bolívia. A situação econômica rentável favoreceu os créditos internacionais e logo novos empréstimos foram contraídos. Entretanto foi desperdiçada a possibilidade de estabilização econômica a partir dos bons preços dos recursos naturais e minerais no mercado externo. A falta de ética, aliada a esquemas de corrupção fez o Estado ter um retorno ainda menor dos benefícios econômicos da época.⁸⁶

Um número considerável de créditos foram canalizados em investimentos não produtivos freqüentemente ilegais⁸⁷ (id. ibid.: 703).

Tardiamente, mas com forte expressividade, em *Tolata* e *Epizana* (departamento de *Cochabamba*) é instaurado um período de protestos e enfrentamentos contra o governo. A mobilização repressiva das Forças Armadas (utilizando armas de fogo e tanques) acarreta na morte de quase uma centena de civis.

As desconfianças são tão exacerbadas na década de 70 que ambos os Ministros do Interior deixam o governo; A. Selich de forma trágica foi assassinado por funcionários da Segurança Governamental e A. A. Carria renuncia seu cargo.

V. P. Estenssoro (MNR) é exilado em 1974 antes de iniciar qualquer mobilização a fim de aproveitar-se do momento conturbado da gestão ditatorial de Banzer. O MIR vislumbra um golpe de Estado com o apoio de segmentos militares legalistas. E

⁸⁶ De 1971-78 a inflação ficou abaixo de 10%, de 1971-75 o PIB cresceu 5,87% e de 1970-78 as exportações saltaram de 225 milhões de dólares para 725 milhões. Mais detalhes ver MESA, GISBERT & MESA GISBERT (2003:702-4).

⁸⁷ O texto original em espanhol utiliza o termo *malversaron* traduzido aqui como ilegal, porém este termo pode ser relacionado à má administração pública ou roubo de dinheiro público.

mais uma vez a falta de coesão interna nas Forças Armadas da Bolívia se configura como uma realidade e contraditoriamente como um empecilho para neutralizar a gestão Banzer.

Toda a mobilização do MIR é em vão. No dia 9 de dezembro de 1974, os partidos políticos, via decreto, são considerados ilegais assim como toda e qualquer atividade sindical. O governo na tentativa de preservar a ditadura tornara-se ainda mais reacionário.

Em 1976 o general J. J. Torres é assassinado na capital argentina, assim como, o Embaixador boliviano na França (general J. Z. Anaya). H. Banzer foi um dos ditadores mais empenhados na *Operação Condor* que consistia na unificação estratégica das ditaduras do Cone Sul.⁸⁸

Em 1976, o apoio da classe média à ditadura se enfraquece, principalmente após o revés de Banzer ao tentar negociar uma saída marítima para a Bolívia com o governo Pinochet do Chile. No ano de 1977 as manifestações se intensificam e uma greve de fome (de 1000 pessoas) liderada por esposas de dirigentes sindicais exilados reivindica a anistia. Com o momento propício, a COB e a FSTMB afastam os interventores do governo de suas organizações.

Em 1977 Banzer convoca as eleições, 3 anos antes de seu prognóstico pessoal. Neste ano a fase de economia satisfatória estava esgotada. A debilidade do governo gerou protestos como a greve de fome das trabalhadoras *mineras*. A regularização dos partidos políticos era necessária para minimizar os protestos e os conflitos. O período de censura e restrições político sindicais estava se esgotando.

... O programa original desta fase da ditadura era manter o governo até 1980 e convocar as eleições. Não foi o que aconteceu, a pressão interna e externa somada ao descontrole emocional do Presidente possibilitaram forçosamente a convocação das eleições (id. *ibid.*:709).

Banzer pretendia candidatar-se nas eleições de 1977, entretanto, seu índice de rejeição era muito alto, desta forma apóia J. P. Asbún da recente *Unión Nacionalista do Povo* (UNP). Banzer numa tentativa bem sucedida de articular-se como futuro candidato à

⁸⁸ A *Operação Condor* unificou parte do Serviço de Inteligência das ditaduras da Bolívia, do Brasil, da Argentina, do Chile, do Paraguai e do Uruguai.

presidência irá criar a ADN (*Acción Democrática Nacional*) que agirá como partido político a partir de 1979.

A oposição inicia a formação de uma grande coalizão, a UDP (*Unidad Democrática Popular*) unindo lideranças do MNRI (*Movimiento Nacionalista Revolucionário de Izquierda*), do MIR (*Movimiento da Izquierda Revolucionaria*) e do PCB (*Partido Comunista Boliviano*). A UDP lançou como candidato H. S. Suazo.

O MNR lança mais uma vez V. P. Estenssoro como candidato à presidência. As eleições ocorrem em 9 de julho de 1978. No final do pleito, o candidato da UNP conquista 50% dos votos (cerca de 985000 votos), o candidato da UDP conquista 25% e o candidato do MNR conquista 11%. Estas eleições foram anuladas devido à fraude na contagem dos votos. Um novo período de crise se reascende e Banzer recém nomeado general deixa o governo no dia 21 de julho sem ter certeza se continuaria a influenciar a política boliviana.

O departamento de *Santa Cruz* sempre se opôs à continuidade da Reforma Agrária, assim como não aceita o desenvolvimento de novas zonas de agricultura comercial. A elite *crucenha* visa monopolizar os escassos financiamentos do Estado nos setores econômicos. Desta forma, outros departamentos não conseguem expandirem as oportunidades no campo concomitantemente com o desenvolvimento urbano.

Banzer sempre foi extremamente violento com seus opositores e no âmbito político-administrativo tomou emprestado a formato organizacional do MNR e aderiu a profissionais “técnicos” para administração do Estado. A ditadura de Banzer deu vitalidade à classe média urbana e possibilitou o surgimento de novas elites regionais.⁸⁹ Nos 8 anos em que Banzer esteve no poder ocorreu a redução da importância dos *campesinos* na vida política boliviana.⁹⁰

Banzer foi apoiado pelos conservadores de *Santa Cruz*, pela extrema direita do MNR e pela FSB. A COB e FSTMB tornaram-se ilegais, como também os partidos

⁸⁹ Santa Cruz é um departamento progressista, até a década de 40 era a quinta cidade em importância econômica e na década de 70 torna-se uma metrópole moderna e avançada. O desenvolvimento de Santa Cruz marca a decadência das elites provenientes de assentamentos de populações “pré-colombianas” e coloniais.

⁹⁰ Em 1974 ocorre o massacre em “*el valle de Cochabamba*” onde os *campesinos* foram os principais afetados. As introspecções de rotina em áreas rurais eram freqüentes e a utilização da política de terror, tortura e assassinato fez com que a combatividade dos segmentos indígenas se esmorecesse.

situados à esquerda do MNR. O MIR teve o seu quadro desmantelado pela primeira vez com a prisão e exílio de alguns dirigentes. As torturas e assassinatos eram freqüentes.

Em 1979 ocorre o fracionamento do *movimiento katarista*, majoritariamente aymara desde 1973, as tendências internas disputam o legado da pura ideologia índia e acabam gerando pequenos partidos indígenas, tais como: o MITKA⁹¹ (*Movimiento Índio Tupaq Katari*), o MITKA-1, o MRTK⁹² (*Movimiento Revolucionario Tupac Katari*), o MRKTL (*Movimiento Revolucionario Tupac Katari de Libertación*), o FULKA (*Frente Única de Libertacion Katarista*) e o MKN (*Movimiento Katarista Nacional*).

Banzer pretendia ficar no poder e convocar as eleições em 1980, mas abandona o poder em 1978, no ano seguinte cria a *Acción Democrática Nacional* (ADN), responde judicialmente pelo ocorrido desde o dia 21 de agosto de 1971, mas consegue manter-se como político na fase de re-democratização da Bolívia. Apesar de Banzer não permanecer no poder até 1980, a ditadura militar boliviana consegue postergar a abertura democrática.

A oposição a ADN de Banzer foi realizada pela UDP (*Unidad Democrática Popular*) liderada por Juan Pereda Asbún e Hernán Siles Suazo (líder do MNRI). Esta coligação de partidos não chega a atingir seus objetivos devido o golpe do jovem oficialato militar. Apesar de disputar as eleições de 1978-80 e ganhá-las duas vezes, Suazo só assume a presidência da Bolívia na terceira disputa presidencial vencida.

3.2 Conturbada Abertura Democrática

Entre 1978-80 sucessivas eleições foram anuladas. Via golpes de estado: Juan Pareda Asbún, David Padilha Arancibia, Alberto Natush Bush tomaram o poder. Via mandatos constitucionais Walter Guevara Arce e Lydia Gueller assumem a responsabilidade de tentar conduzir a abertura democrática.

Juan Pareda Asbún fica no poder de julho a novembro de 1978, David Padilha Arancibia assume a presidência e fica no poder até agosto de 79. A fim de solucionar impasse o Congresso boliviano decide intervir e indica Walter Guevara Arce à

⁹¹ Partido político de expressiva postura radical com forte conteúdo étnico e cultural.

⁹² Partido político composto por integrantes do sindicalismo camponês com influencia de correntes ideológicas ocidentais de esquerda.

presidência, porém, um novo golpe impede a sucessão democrática com pouco mais de dois meses de gestão constitucional.

Alberto Natusch Busch pretendia essencialmente derrubar W. Guevara Arce, e fica apenas duas semanas no poder do dia primeiro ao dia 16 de novembro de 1979. Lydia Gueller que presidia a Câmara dos Deputados assume a presidência em novembro de 1979 e se vê obrigada a entregar o poder a Luis Garcia Meza em julho de 1980. Neste momento as perseguições políticas retornam como uma prática comum e ocorre a aliança entre segmentos militares e o narcotráfico a fim de manter a subvenção do Estado. Meza fica no poder até agosto de 1981.

Celso Torrelio Villa assume em setembro de 1981 e se mantém no poder até julho de 82. Guido Vildoso Calderón assume a presidência. Mesmo sendo militar, Calderón assume a responsabilidade de conduzir a abertura democrática sem conflitos internos.

Em setembro de 1982, os parlamentares que perderam seus mandatos foram convocados a assumirem seus cargos. No dia 10 de outubro Hernán Siles Suazo assume a presidência da Bolívia e fica no poder até agosto de 1985. Apesar da nostalgia da sociedade boliviana, principalmente dos segmentos de esquerda com a eleição de Suazo, a Bolívia começa a passar pela fase mais crítica de sua política econômica; a perda do controle inflacionário. E o MIR recém chegado ao poder sofre uma ruptura e em 1984 gerou outras siglas partidárias: o MIR-MASAS liderado por W. Delgadillo e o MBL (*Movimiento Bolívia Libre*) liderado por A. Aranibar

As empresas nacionais⁹³ estavam em crise e endividadas; a YPFB, a COMIBOL e a ENAF produziam abaixo da capacidade e necessitavam de financiamento para novas prospecções e projetos. Na década de 80, a sociedade, a economia e a política estavam desorganizadas e os problemas do Estado boliviano eram tão complexos como em nenhum outro momento da história boliviana. A corrupção e os favorecimentos pessoais desperdiçavam recursos e impediam a compreensão dos problemas e das imediatas necessidades.

⁹³ YPFB: *Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia*, COMIBOL: *Corporación Minera de Bolívia* e ENAF: *Empresa Nacional de Fundición*.

Os sindicatos *mineros* criados na década de 40 eram muito fortes e apesar de passarem por momentos de intervenção e repressão ainda chegaram muito vigorosos na década de 80, entretanto, nada podiam fazer diante da má administração do Estado.

A década de 70 foi marcada pela polaridade ideológica e pela forte atuação da esquerda, já a década de 80 marca o início do debate político sobre a necessidade do fortalecimento das instituições. Entretanto, a inevitável crise econômica determina uma crise de governabilidade. A economia de mercado foi imposta apoiada pelos partidos políticos, todavia, H. S. Suazo perde cada vez mais apoio e credibilidade.

A polarização política da década de 70 se dá pela modernização na atuação organizativa dos indígenas, entretanto é nos 20 anos seguintes que estas reivindicações começam a ganhar espaço dentro das agendas programáticas dos diversos partidos políticos bolivianos.

A partir de 1985 a Bolívia inaugura um período de estabilidade eleitoral⁹⁴ e Ángel Victor Paz Estenssoro (MNR) assume seu quarto mandato presidencial no dia 6 de agosto conquistando 50% dos votos na disputa realizada em junho do mesmo ano. Nestas eleições, o MRTKL elege 2 deputados; Victor Hugo Cárdenas e Walter Reinaga, ambos indígenas, o primeiro *aymara* e o segundo *quéchua*.

No dia 29 de agosto via o decreto n° 21060, a *Nueva Política Económica* é imposta a fim de realizar a reestruturação econômica, este pacote do governo foi implantado via um estado de sítio⁹⁵ neutralizando os trabalhadores organizados. O poder executivo buscou o respaldo dos outros partidos, via o “Pacto pela Democracia” com o intuito de garantir o apoio da ADN controladora do legislativo.

A implantação da NPE cortou subsídios e fechou empresas estatais, assim como eliminou os mecanismos de controle dos preços do mercado interno e liberou a cotação do dólar. Os investimentos produtivos foram interrompidos. Milhares de trabalhadores foram demitidos e houve uma queda salarial. Estenssoro conseguiu controlar

⁹⁴ A estabilidade eleitoral só será abalada em outubro de 2003 com a renúncia de Gonzalo Sanchez de Lozada.

⁹⁵ Estado de Sítio segundo BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (2002: 413-15) remete a uma situação de medidas policiais com o intuito de proibir reuniões e manifestações sociais. Numa forma mais extrema pode chegar a suspensão de garantias constitucionais.

a hiper-inflação e obteve o respaldo do legislativo para continuar sua política de controle inflacionário.⁹⁶

O dilema boliviano era superar os regimes autoritários e estabelecer democracias competitivas governadas por civis. A questão central da governabilidade passa a ser a solução dos problemas da sociedade via políticas públicas. A disputa política tem dois momentos: a escolha dos representantes políticos (de competência individual de cada cidadão) e em seguida; a formação de políticas públicas. Nesta fase encontra-se a necessária aproximação do governo com os grupos de interesse da sociedade. Todavia, os mecanismos de imposição de medidas políticas se preservam na abertura democrática boliviana.

A governabilidade assume dois mecanismos centrais: o desenho institucional e as coalizões. O primeiro mecanismo consiste na boa relação entre os três poderes formais com cada um realizando suas funções específicas, como também, está relacionado com os sistemas eleitorais e as regras de disputa eleitoral. O segundo mecanismo é estratégico e serve para vincular a sociedade civil às políticas públicas.

A NPE gerou implicações sobre a ação governamental no campo social e apesar de bem sucedida com relação ao controle inflacionário não estabeleceu crescimento econômico. A economia ficou estagnada e os níveis de desemprego atingiram altíssimos índices. A falta de investimentos produtivos foi um dos pontos que mais colaborou com o péssimo rendimento econômico do país na segunda metade da década de 80.

Na realidade...

... as características nacionais da economia boliviana impõem limites às possibilidades de desenvolvimento do projeto neoliberal (VIANA & ARRETICHE;1993:138).

Por mais que diretrizes internacionais orientassem o governo boliviano a fim de assegurar inúmeros serviços via privatizações, a sociedade boliviana tinha pouco poder para efetuar a pagamento de serviços ou até mesmo contribuir via tributos para manter o estipulado pelas diretrizes governamentais. O Estado boliviano demonstrou-se com baixa capacidade de coordenar e implementar políticas sociais no interior do território nacional.

⁹⁶ GAMARRA (2001:363-93) e MALLOY (1993:99-126).

A Bolívia possui dificuldades para implementar um sistema de proteção social nacional. A saúde, a educação ou em qualquer outro campo de atuação evidencia a ineficiência do governo. A tumultuada relação entre os três poderes conturba as resoluções institucionais e determina o legislativo como fiel da balança para que o presidente possa efetuar qualquer política. Comprometida a primeira instância de manutenção da governabilidade referente à relação entre os poderes formais temos conseqüentemente o comprometimento mesmo que em parte da segunda referente às coalizões.

O cerne dos impasses entre o executivo e o legislativo reside na alta fragmentação e polarização dos regimes eleitorais, as eleições não produzem presidentes majoritários devido a difícil conquista da maioria legislativa. Além da própria sustentação política do governo, o poder legislativo extrapola seus limites se fortalecendo muitas vezes a partir de prerrogativas institucionais. Tal como o segundo turno indireto nas eleições presidenciais da Bolívia⁹⁷.

... Assim, embora as eleições façam circular formalmente as posições de poder, com freqüência não resolvem o problema do poder, no sentido de produzir governos politicamente sustentáveis; os executivos raras vezes estão bem ancorados politicamente, sendo obrigados, portanto, a procurar construir e reconstruir coalizões no curso de seus mandatos (MALLOY, 1993:112).

A transição democrática permite a elaboração de novas instituições e novas regras de disputa política. A democracia na América Latina, segundo Malloy, deve incluir as forças decisivas da classe política e da sociedade civil.⁹⁸ Para a democracia se consolidar os procedimentos de escolha dos governos devem ser um consenso garantido pelo constitucionalismo e pelo estado de direito.

⁹⁷ O artigo 90 da Constituição do Estado determina: “*Se nas eleições gerais nenhuma das candidaturas para Presidente e Vice-presidente obtiver a maioria absoluta dos votos válidos, o Congresso irá eleger via votação oral e nominal o Presidente e o Vice-presidente... Em caso de empate o turno indireto será realizado novamente. Se o empate persistir, será proclamado Presidente e Vice-presidente os candidatos que tiverem obtido a maioria simples dos votos válidos na eleição geral ...*”.

⁹⁸ Segundo LINZ & STEPAN (1999) a sociedade civil é uma comunidade política formada por grupos, movimentos e indivíduos auto-organizados e mantém certa independência do Estado e articulam valores e agem a partir de associações e entidades a fim de defender seus interesses. Ao invés de utilizar a denominação classe política, os autores empregam o termo sociedade política e a tratam como sendo uma organização específica que pretende reivindicar o direito legítimo de exercer o controle sobre o poder público através do aparato estatal.

Uma transição democrática está completa quando um grau suficiente de acordo foi alcançado quanto aos procedimentos políticos visando obter um governo eleito, quando um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre, quando esse governo tem, de fato a autoridade de gerar novas políticas... A democratização requer a competição aberta pelo direito de conquistar o controle do governo, o que, por sua vez, exige eleições competitivas livres, e seu resultado determinará quem irá governar... Em termos comportamentais, a democracia começa a ser o único jogo disponível na sociedade quando nenhum grupo político de peso fez tentativas sérias de derrubar o regime democrático, ou propor a secessão do Estado.... (LINZ & STEPAN;1999:21-3).

Nas eleições de 1989, Jaime Paz Zamora (MIR) surge como uma nova opção política. A votação nesta eleição foi: 25,7% dos votos para o MNR, 25,2% para a ADN e 21,8% para o MIR. Na fase de acordos para sustentar a NPE no legislativo controlado pela ADN, o MNR estabeleceu um pacto de circulação de poder não cumprido nestas eleições. O fato do MNR não apoiar diretamente a ADN fez com que estes apoiassem o terceiro colocado, ou seja, o candidato do MIR. Chegava ao fim a rivalidade entre MIR e ADN.

A aliança entre a ADN e o MIR é um dos acontecimentos mais inesperados da história política boliviana⁹⁹ e Zamora mesmo sendo o terceiro colocado é eleito pelo Congresso. O principal argumento do legislativo é a ocorrência de um tríplice empate técnico entre os três candidatos à presidência.

Apesar de tanta mobilização para a ocupação da presidência em 1989, o MIR e a ADN continuaram a política neoliberal iniciada na gestão de Lozada do MNR. O MIR e a ADN passam a compor uma coalizão e o MNR, a CONDEPA e a UCS outra coalizão.

⁹⁹ O MIR originalmente é composto por segmentos universitários descontentes com os rumos políticos traçados pelo MNR e assumem a organização guerrilheira para tentar desestabilizar a ditadura de Banzer. Logo o chamado “Acordo Patriótico” é um dos acontecimentos mais inesperados da política boliviana.

A eleição de 1989 foi a mais contestada do período de abertura democrática devido congratular o terceiro colocado na disputa presidencial.¹⁰⁰ Jaime Paz Zamora (MIR) foi eleito com o respaldo da ADN (dominadora do Legislativo) que não queria a eleição de Lozada (MNR). O MNR e a ADN disputavam até então o poder sem nenhum dos partidos obter a supremacia política.

Em 1989 houve um retrocesso na participação política efetiva dos índios, devido nenhum partido composto por este segmento ter conseguido eleger candidatos. Todavia a década de 80 marca a inovação via a manifestação da ideologia indianista no cenário político boliviano. A partir destas manifestações novos temas foram introduzidos no debate político, tais como: tolerância, pluralismo étnico (cultural) e Estado multicultural.

A partir da eleição presidencial de 1993, a questão étnica e suas reivindicações passam a serem incorporadas nas propostas dos partidos políticos. A coligação do MNR com o MRTKL pretendia uma suposta unificação do país. Por traz do discurso político encontrava-se a tentativa de promoção de uma política de integração nacional homogênea de abrandamento das diferenças. Entretanto, as regiões territoriais compostas por indígenas idealizavam um Estado plurinacional e não viabilizaram a efetivação de tal política pretendida.

Os sindicatos camponeses progrediam com sua colonização e passavam a se estruturar em *Beni*, *Chapare* (em *Cochabamba*) e *Santa Cruz* dando prosseguimento ao processo iniciado nos anos revolucionários. Esta nova estrutura foi essencial na distribuição de terras e na formação de governos locais. A regionalização política passa a ser uma realidade e os segmentos rurais organizados politicamente passam a contrastar com os segmentos urbanos, ocasionando diferenças no âmbito ideológico e pragmático. Nenhum na Bolívia mantém o apoio majoritário sem a realização de acordos, coalizões ou pactos, todavia, as elites não procuravam mais as Forças Armadas a fim de garantir e consolidar seus interesses.

Os problemas com a distribuição de riqueza e recursos, dentre eles, os serviços de saúde demonstram uma estrutura estatal deficitária. Apesar do avanço institucional propiciando novas leis de participação política; o racismo e a opressão ainda

¹⁰⁰ MESA, GISBERT & MESA GISBERT (2003:753) nos relata o “tríplice empate” como um dos acontecimentos mais contestáveis da incipiente democracia boliviana.

estão presentes na sociedade boliviana. A maioria indígena ainda é marginalizada e tende a partir do avanço democrático ativar as instâncias deliberativas dentre elas a efetiva participação política.

3.3 Democracia e Fragmentação Partidária

Desde a década de 60 do século XX o MNR realiza políticas de colonização das áreas tropicais dos departamentos de *La Paz*, *Cochabamba* e *Santa Cruz* pretendendo a realização de atividades agrícolas nestas pequenas propriedades¹⁰¹. A organização primária destas comunidades acabou formando sindicatos rurais. Na década de 70, estes sindicatos da *área tropical* foram centralizados na *Federación Nacional de Colonizadores* e na década de 80 a FNC passou a integrar a CSUTCB.¹⁰²

Em 1978, no mesmo ano em que Banzer deixa o poder, o MITKA e o MRTK (vinculado a UDP) elegem pela primeira vez um deputado. A UDP foi sigla partidária vencedora no início dos anos 80 na Bolívia e tinha o apoio de cerca de 34% da população. Entretanto a dificuldade de organizar a relação entre as lideranças envolvidas na coalizão e a dificuldade de estabelecer um padrão ideológico e prático fez a organização pluripartidária não perdurar por muito tempo.

Hernán Siles Suazo (UDP) entra no poder em 10 de outubro de 1982, entretanto, o poder legislativo dominado pela ADN gera dificuldades na coordenação de políticas do governo, refletindo em má administração da esfera econômica, agravado pelo baixíssimo apoio popular inclusive a COB. O presidente eleito pela UDP deixa o poder em agosto de 1985 deixando uma grave crise inflacionária a ser superada.

Ángel Victor Paz Estenssoro (MNR) pela quarta vez assume a presidência e aplica o Decreto 21060 (*Nueva Política Económica*) a fim de conter a hiper-inflação. A NPE foi a política de estabilização monetária e enxugamento do Estado determinada sob um estado de sítio e estimulada com a privatização de empresas estatais. As políticas de estabilização monetária da segunda metade da década de 80 e do início da década seguinte

¹⁰¹ COSTA NETO (2005) evidencia o desenvolvimento de pequenas propriedades agrícolas especificamente em 3 regiões: os planaltos de *La Paz*, os vales de *Cochabamba* e as planícies de *Santa Cruz*. Entretanto justifica o baixo desenvolvimento destas regiões aquém do esperado devido o mau emprego da modernização capitalista.

¹⁰² *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*.

foram responsáveis pelo alto desemprego e determinaram a necessidade dos trabalhadores encontrarem alguma fonte de renda.

No departamento de Cochabamba, mais especificamente em *Chapare* ocorre uma intensa migração na década de 80. Muitos trabalhadores demitidos passaram a se dedicarem ao plantio de coca. Parte considerável deste mercado é informal. Os governos seqüentes ao de Estenssoro promoveram a perseguição a esta atividade tornam-se freqüentes as políticas de erradicação tendo como principal argumento a ilegalidade desta produção em *Chapare*.

Desde a década de 80 suspeitas de ligação entre os produtores de coca de *Chapare* (Departamento de *Cochabamba*) e narcotraficantes foram levantadas. Alguns formadores de opinião têm-se debruçado sobre estas questões¹⁰³ e apesar de indícios nunca houve nenhuma comprovação.¹⁰⁴

A migração para *Chapare* ocorreu após o desemprego atingir grandes proporções e interferir nos postos de trabalho das recentes cidades. Os programas de estabilização inflacionária da década de 80 e início de 90 do século XX são responsáveis pelo aumento do desemprego. De forma direta ou indireta, muitos migrantes camponeses, dentre os quais muitos indígenas participam do circuito coca-cocaína. Ainda na década de 80 os governos bolivianos manifestavam sua preocupação com esta questão, inclusive passam a aceitar o apoio dos EUA para a realização da política de repressão ao narcotráfico em *Chapare*, ao contrário da região de *Yungas* (Departamento de *La Paz*). Para as autoridades da época a região de *Chapare* não era considerada uma área de produção tradicional ao contrário de *Yungas*.

Os *cocaleros* iniciam as atividades de resistência à militarização da região de *Chapare* e neste contexto os interesses da IU coincidem com as aspirações dos sindicatos. Em 1997 Evo Morales é eleito deputado uninominal pela circunscrição 27 com 61% dos votos. Nestas eleições foi o candidato com maior aceitação em sua zona eleitoral.

¹⁰³ DELPIROU & LABROUSSE (1988) descrevem o plantio, a produção e a comercialização das folhas de coca e quais são os componentes necessários para o refino de cocaína. Indicam a conivência dos líderes do Executivo com o narcotráfico, no final dos regimes autoritários e no início da década de 90 do século XX.

¹⁰⁴ Inclusive as próprias acusações responsáveis pela cassação de Evo Morales como deputado em 2001 nunca foram provadas.

Os setores *mineros* (presentes nos Departamentos de *Oruro* e *Potosí*) sempre foram os setores mais politizados do movimento popular e sempre foram os segmentos trabalhistas mais ativos desde a década de 50. Entretanto, no início do século XXI, os sindicatos rurais configuram sua modernização organizativa e passam a se destacarem.

O MIR assume a presidência do país em 1989, Jaime Paz Zamora fica no poder até 1993 e mantém a linha política da gestão presidencial anterior. A presidência do MIR nos demonstra a nova faceta do partido. O antigo MIR, nascido como ferrenho opositor dos personagens da direita autoritária dos anos 70 torna-se apoiador das políticas de estado independente de quem estivesse no poder. O MIR deslocou a rivalidade contra a ADN e o transplantou de forma bem mais tênue ao MNR. Todavia, deixou de exercer seu papel mais fundamental de oposição e adentrou ao jogo político boliviano, marcadamente caracterizado por: acordos, coalizões e pactos.

Na gestão de Zamora é iniciada a política *Coca por Desarrollo*. Esta política de erradicação das plantações de coca instalada irá surtir efeito somente até 2000¹⁰⁵ quando volta a ocorrer uma retomada do plantio. A retomada do plantio de coca coincide com o desenvolvimento organizacional do sindicato dos *cocaleros* e da organização de novos partidos políticos identificados com a causa.

A década de 90 também foi marcada pela manifestação de indígenas da região oriental (Departamento de *Beni*) protestando pelo reconhecimento jurídico de seus territórios.

No mês de maio de 1993, a frente partidária MNR-MRTKL publica uma proposta de governo conhecida como “*El Plan de Todos*” tendo como temática a aceitação da composição multicultural do país, a importância das garantias de sobrevivência e manutenção das comunidades originárias como também a necessidade de implementação de uma democracia pluralista. A educação formal bilíngüe e o desenvolvimento sócio econômico eram pautas desta carta programática.

Nos anos 90¹⁰⁶ a coalizão entre MNR o MRTKL evidencia a emergência de novos intelectuais e dirigentes do movimento índio. Em 1993, Lozada (MNR) elege-se

¹⁰⁵ Observar Tabela II destacada no Apêndice Metodológico.

¹⁰⁶ Em 1992, J. P. Zamora e A. Fugimori (presidente do Peru) tentam encontrar uma solução para o a falta de acesso marítimo da Bolívia. Os presidentes assinam um acordo através do qual a Bolívia passa a ter acesso a

presidente e tem Cárdenas (MRTKL) como vice. Nesta gestão são intensificadas as políticas de erradicação das plantações de coca. Acordos entre o governo boliviano e os EUA iniciam a repressão ao plantio de coca com a formação e treinamento de uma tropa especial para tal finalidade.

Do início da década de 90 até os dias de hoje o governo boliviano não conseguiu criar um programa de controle ou substituição das plantações de coca. As mais expressivas demandas até então originadas das reivindicações dos segmentos *mineros* passam a serem substituídas pelos movimentos organizados do meio rural. Neste período o fim do *Pacto Militar Campesino* começa a surtir efeito político e os segmentos indígenas passam a agirem politicamente sem muita interferência de lideranças não índias. A tentativa de regulamentação das zonas cultivadores de coca em *Chapare* no Departamento de *Cochabamba* faz parte deste atual processo de mobilização política.

... Já nos anos 1990, os assentamentos de agricultores da região tropical de Cochabamba dedicados a produção de folhas de coca organizados em sindicatos tornaram-se o setor mais relevante do movimento indígena e do movimento popular (ARANDA, 2002:79).

O MNR assume a presidência em 1993 e Gonzalo Sanchez de Lozada aspira o apoio dos indígenas ao ter Victor Hugo Cárdenas como vice-presidente. Lozada tenta manter a política de austeridade da época em que foi Ministro da Fazenda de Estenssoro. Neste governo ocorre a revisão da Constituição de 1967 e a proclamação da *Ley de Participación Popular*.¹⁰⁷ Neste governo é acentuado o programa de erradicação das plantações de coca em *Chapare* (Departamento de *Cochabamba*). O MNR manteve a política de venda das empresas estatais. Em 6 de agosto de 1997 Gonzalo Sánchez de Lozada deixa o governo entregando o poder ao líder da ADN.

Lozada venceu as eleições de 1993 em grande parte por estar coligado com Cárdenas do “Movimento Tupac Katari”. A educação formal bilíngüe permitiu a preservação das línguas nativas, tais como: o *aymara*, o *quéchua* e o *guarani*. Entretanto, a

uma zona franca de 327 hectares no porto de *Ilo*. A intenção deste acordo é a utilização de um porto peruano para o livre comércio internacional boliviano.

¹⁰⁷ Tendo como tema central a descentralização e responsabilidade municipal.

política de erradicação das plantações de coca gerou conflitos no meio rural. Neste período o Banco Mundial estimava que mais de 90% da população rural vivia em estado de extrema pobreza. O MNR em 1993 aspira o apoio incondicional dos indígenas ao ter Victor Hugo Cárdenas como vice-presidente. Lozada tenta manter a política de austeridade da época em que foi Ministro da Fazenda de Estenssoro. Neste governo ocorre a revisão da Constituição de 1967 e a proclamação da *Ley de Participación Popular*.¹⁰⁸ Neste governo é acentuado o programa de erradicação das plantações de coca em *Chapare* (Departamento de *Cochabamba*). O MNR manteve a política de venda das empresas estatais. Em 6 de agosto de 1997 Gonzalo Sánchez de Lozada deixa o governo entregando o poder ao líder da ADN.

Em 1994, a YPBF demonstra uma breve alta especulativa devido o acordo com o Brasil para a construção do gasoduto (de 2 bilhões de dólares) unindo os departamentos de Santa Cruz e Potosí a São Paulo. No mesmo ano uma nova Constituição é proposta iniciando um ciclo de reformas institucionais na Bolívia.

O ano de 1995 foi marcado pela intensificação das greves e medidas reacionárias do governo. O toque de recolher e a proibição de reuniões públicas são uma das medidas do governo e cerca de 100 dirigentes sindicais são presos.

No período de 1993-97, a oposição entre o MIR e o MNR é superada e ambos amenizam suas relações inter partidárias, inclusive com a ADN. A *Acción Democrática Nacional* foi criada com o intuito de preservar o ditador H. Banzer nas disputas eleitorais da abertura democrática. Na gestão presidencial democrática de Banzer eleito em 1997 o MIR manteve a política de aproximação com a ADN.

A Constituição de 1994 apesar de estar em vias de ser superada permitiu a ocorrência de eleições democráticas e marca o início da possibilidade de efetiva participação da sociedade civil nas instituições democráticas. Ou seja, garantiu a incorporação de segmentos politicamente excluídos e suas organizações políticas.

A Constituição de 1994 substituiu a de 1967 e os partidos e frentes partidárias: MIR-ADN, CONDEPA, MBL, MNR-MRTKL e UCS apoiaram esta medida. A frente partidária MIR-ADN tentando uma agenda política comum (devido o *Acuerdo Patriótico*) chega a propor a adoção do regime misto de eleição de deputados. O MBL pretendia criar mecanismos de consulta popular a fim de legitimar as medidas do governo.

¹⁰⁸ Descentralização e responsabilidade municipal.

A coligação MNR-MRTKL pretendia o fortalecimento do Ministério Público e a descentralização administrativa, também tinham propostas de alteração dos procedimentos de eleição presidencial.

Desde a implantação do sufrágio universal (Revolução Nacionalista de 1952) até a instalação dos regimes militares autoritários, a população indígena passou a aderir politicamente em favor do MNR, nas eleições de 1966 passou a apoiar o general Barrientos, desta forma, mecanismos de controle foram adotados, porém a ruptura do *Pacto Militar Campesino* em 1978 marca a ruptura do sindicalismo camponês-índio com o Estado. A década de 80 foi a fase de recomposição da organização indígena, marcada pela momentânea desorganização. As novas leis de disputa e representação política da década de 90 possibilitaram a estruturação de um esquema misto de eleição de deputados. Ficaram determinadas 68 circunscrições uninomiais das quais cada uma deve eleger um deputado. Este novo esquema de composição do legislativo fortaleceu as comunidades menores e com isso as comunidades tradicionais.

Segundo Aranda, isto representou:

(a) Evolução no comportamento eleitoral tanto das instituições como da população (id. *ibid.* 85).

Dentre os fatores que contribuíram para a evolução do comportamento eleitoral podemos destacar: o crescimento da população das cidades, a diminuição do isolamento das zonas rurais, o desenvolvimento da imprensa independente e o aumento de participação em instituições religiosas, políticas e sindicais. O fortalecimento institucional privilegia disputas eleitorais mais legítimas e impedem o governo ou qualquer outra organização política de interferir nos resultados eleitorais.

O cenário político do início do século XXI na Bolívia aproxima-se do regime democrático efetivo e consolida um sistema político autêntico, ou seja, configura um conjunto de instituições, grupos e processos políticos caracterizados por um certo grau de interdependência recíproca.¹⁰⁹

Apesar de muitos avanços após o reencontro democrático, a Bolívia, ainda preserva um modelo político caracterizado pela necessidade de coalizões partidárias para

¹⁰⁹BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (2002:1163-68).

conquistar o poder e para aprovar e implementar medidas políticas e econômicas. A forte importância do poder legislativo é inegável e o sistema político dependente do apoio via pactos, acordos e coalizões a fim de manter a governabilidade política chega muitas vezes a aproximar partidos políticos antagônicos.

4 ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS NA BOLÍVIA

Nesta parte do trabalho trataremos das eleições de 1997, 2002 e 2005. Tratamos estas como as relevantes para a consolidação democrática no país. Foram realizadas segundo condições de disputa pré-estabelecidas e avalizadas por instituições representativas. Passaram por uma eficiente contagem de votos e dificilmente foram fraudadas.

A breve observação destas eleições já nos indica de contrapartida o aumento no número de eleitores. Em 1997 eram 2.070.714 eleitores já em 2005 este número sobe para 3.679.886. Além do aumento populacional; o aumento da credibilidade das eleições permite a participação de um maior número de pessoas preocupadas em escolher uma liderança compatível com seus anseios.

Os principais atores destas disputas políticas envolvem diferentes regiões do país que rivalizam entre si, principalmente por suas diferenças culturais e políticas. Na reestruturação democrática, a Bolívia tinha um ambiente totalmente favorável para o surgimento de novas lideranças políticas e Evo Morales aproveitou-se desta oportunidade e consolida-se como uma forte opção política.

O desgaste de lideranças políticas já tradicionais fortaleceu ainda mais o líder do MAS favorecendo o surgimento de uma ambiente social favorável a sua eleição no primeiro turno no dia 18 de dezembro de 2005.

A possibilidade de re-eleição e de novas mudanças institucionais se dá muito mais pelo jogo institucional interno e pela forma como se dão as coalizões e concessões. As concessões do executivo necessitam de um amparo no legislativo, fato que nem sempre acontece ocasionando a susceptibilidade de uma crise de governo centrada na relação entre os poderes formais.

Além da derrocada dos regimes militares autoritários, as transformações institucionais realizadas a partir da Constituição do Estado na década de 90 e da revisão no Código Eleitoral Nacional na virada do século XXI forem responsáveis pelo estabelecimento de um sistema político mais inclusivo e representativo.

4.1 Fragmentação Partidária

Nem todas as organizações políticas lideradas ou constituídas por indígenas estavam ativas no final da década de 90. O MRTKL não conseguiu manter sua unidade e fragmenta-se em mais 2 tendências, sendo o MKL (*Movimiento Katarista de Libertación*) responsável pelo surgimento do MKN (*Movimiento Katarista Nacional*). Os *kataristas* da CSUTCB formam o FULKA como organização primária para formar a IU (*Izquierda Unida*), entretanto algumas lideranças preservam a sigla original e acreditam no potencial de transformá-la em um partido político forte.

Em 1997, nenhum partido indígena participou de forma independente das eleições e nem expressou apoio a nenhum outro partido político, com exceção do MKN coligado com a ADN. Dos movimentos guerrilheiros somente o EGTK (*Ejercito Guerrillero Tupaq Katari*) ainda estava atuando.

Hugo Banzer conquistou a presidência após ter articulado uma coalizão com o MIR, a UCS¹¹⁰ e a CONDEPA¹¹¹. Já uma antiga tendência do MIR conhecida como MBL liderada por Aranibar vislumbra sem sucesso uma aproximação com os segmentos indígenas organizados a fim de emplacar seu movimento como uma sigla partidária. Desta forma, Banzer foi o único a fazer coalizão com segmentos indígenas organizados politicamente.

Nas eleições de 1997, a ADN obteve 22% dos votos, cerca de 455.000 votos. O MNR 18%, o MIR 17%, a UCS 16% e a CONDEPA também 16%. Devido a grande fragmentação partidária, somente o acordo multipartidário possibilitava a eleição de Banzer frente ao voto indireto dos deputados e senadores.

Ao assumir o poder, o presidente tenta um acordo com 100 entidades sindicais para conter a produção de coca no país, tendo como objetivo a erradicação de 38.000 hectares de cultivo em 5 anos.

Em 1998, a COB passa a realizar movimentos reivindicatórios a fim de assegurar benefícios para os pequenos comerciantes e aposentados. Logo recebem apoio

¹¹⁰ *Unión Cívica Solidariedad.*

¹¹¹ *Conciencia de Patria.*

dos camponeses e *cocaleros*, mas mesmo sob protestos o *Bonosol*¹¹² foi cortado e os comerciantes não conseguiram manter mais gastos com tributação.

Em 1999 segmentos descontentes do MIR, do MIR-MASAS e do MBL organizam um quarto partido político o *Movimiento Sin Miedo* liderado por J. Del Granado. O MKN novamente dá origem a outra sigla partidária, o KND (*Katarismo Nacional Democrático*) e após a aliança com a ADN ainda aliou-se a NFR, ao PDC¹¹³, a FSB e ao MOR¹¹⁴ a fim de manter-se como opção política.

Os candidatos indígenas não conseguiram registro na CNE (Corte Nacional Eleitoral) e buscaram acordos a fim de participarem das eleições. Os líderes *cocaleros* Evo Morales e Alejo Veliz e o *minero* Filemón Escobar disputaram as eleições pela IU (*Izquierda Unida*). Nestas eleições a IU conquistou 15 das 44 prefeituras do Departamento de *Cochabamba* e elegeu 4 deputados uninomiais. Evo Morales com 2 anos de gestão legislativa consegue credenciar na *Corte Nacional Electoral* o MAS como partido político.

O Código Eleitoral de 1984, adotado como legislação auxiliar pelo “Honorable Congresso Nacional” sofreu 64 modificações entre julho e setembro de 2001¹¹⁵. Novas modificações eram previstas para serem realizadas em 2004, ano de eleições municipais, todavia não chegaram a ocorrer, assim como as próprias eleições. Em agosto de 2005 foi realizada a última alteração no inciso F do artigo 70¹¹⁶. A possibilidade de alteração de algum artigo ou inciso do *Código Eleitoral* está destacada no Capítulo 4 das *Disposições Finais* do documento em destaque.

O ano de 2001 foi marcado por intensas manifestações e radicalização dos protestos sociais, principalmente de indígenas e trabalhadores. Enquanto o governo se esforça para solidificar o aparato institucional; os segmentos organizados da sociedade civil, dentre eles os segmentos *campesinos* tentam garantir sua participação política e a reprodução cultural de suas crenças e tradições.

¹¹² *Bonosol*: pensão vitalícia destinada aos idosos com mais de 65 anos. Esta bonificação foi implantada após as privatizações de empresas do Estado.

¹¹³ *Partido Demócrata Cristiano*.

¹¹⁴ *Movimiento Originário Revolucionario*.

¹¹⁵ Sendo 26 modificações em julho e 38 em dezembro.

¹¹⁶ Artigo 70, inciso F: “*Os cidadãos que não votaram na última eleição municipal ou nacional e que tiveram dupla inscrição no Padrão Eleitoral serão depurados pela Corte Nacional Eleitoral*”. Este artigo passou por mudanças em 2001. O Congresso Nacional o revisou em 2005 considerando a necessidade de aumentar a participação dos eleitores e não restringi-la. Cerca de 800 mil indígenas foram impedidos de votar nas eleições de 2005.

A “Constituição Política do Estado” de 1994 teve como base a Constituição de 1967.¹¹⁷ O processo de discussão de emendas ou reformas no texto constitucional boliviano gera atritos políticos e desmascara a polaridade política entre *Santa Cruz* e os demais departamentos (principalmente *Cochabamba*). Atualmente expressa pelo *Podemos*¹¹⁸ e pelo MAS.

A viabilidade eleitoral de todos os segmentos societários é o primeiro passo de uma democracia efetiva e a consolidação democrática é expressa quando gestões presidenciais eleitas segundo regras bem estipuladas alcançam e possuem condições de concluírem seus mandatos desde que não haja nenhum impedimento.

A eleição e a troca de lideranças realizada de forma pacífica facilita o término dos mandatos e a rotina eleitoral revitaliza o caráter democrático da disputa de poder. O apoio popular e a preservação da regras pré-estipuladas de disputa favorecem o êxito democrático e a circulação de diferentes grupos políticos no poder.

Atualmente numa democracia tanto aquele que deixa o poder como aquele que o recebe devem ter sua segurança garantida. A difícil convivência entre grupos políticos divergentes na Bolívia compromete a consolidação do sistema político boliviano como uma democracia madura. A Bolívia é marcada pelo forte regionalismo e as transformações políticas nacionais muitas vezes aguçam as diferenças e não as minimizam.¹¹⁹

Atualmente o principal partido em *Santa Cruz* é o *Podemos*¹²⁰. Em *Cochabamba*, a região de *Chapare*¹²¹ impulsionou a carreira política de Evo Morales. O

¹¹⁷ Um novo texto constitucional foi aprovado em no Congresso em outubro de 2008.

¹¹⁸ O *Poder Democrático Social* foi criado em 2001 a fim de substituir a ADN. Jorge Quiroga, vice-presidente na gestão de Hugo Banzer em 1997 é a principal liderança deste partido. A principal função desta nova sigla era superar o legado de autoritarismo e intolerância muito relacionado à sigla criada por Banzer.

¹¹⁹ O Departamento de *Santa Cruz* desde o período pós-revolucionário destaca-se pelo seu excelente desempenho econômico. Foi neste departamento que as tendências mais reacionárias estabeleceram-se nas disputas eleitorais democráticas. Atualmente, este Departamento aloca as lideranças do *Podemos*, principal partido de oposição ao governo de Evo Morales.

¹²⁰ Atualmente a influência do Departamento de Santa Cruz perpassa aos demais departamentos opositores ao governo de Evo Morales. *Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando*, juntos estes quatro departamentos formam a *media luna* e após intensa oposição na *Asamblea Constituyente* - tentam desestabilizar o governo de Evo Morales que governa com 67% da aprovação popular segundo plebiscito ocorrido 15 de agosto de 2008.

¹²¹ *Chapare* recebe uma intensa migração interna desde a crise da década de 80, em grande parte pela necessidade dos trabalhadores desempregados encontrarem alguma forma de sustento. Sob estas condições dá-se o aumento das plantações de coca. *El Alto* no departamento de La Paz também passou por um intenso fluxo migratório nas duas últimas 2 décadas do século XX aumentando muito sua população ao ponto de tornar-se mais populosa que a própria capital departamental.

modelo misto de composição legislativa com metade dos deputados eleitos diretamente (uninomiais) nas circunscrições locais fortaleceu os municípios¹²². Usufruindo disto Evo Morales se elege deputado uninominal em 1997. Em 2005, foi o primeiro candidato do MAS à disputar presidência do país foi eleito presidente em sua segunda disputa.

O formato institucional do estado boliviano privilegia a plural composição do legislativo. Entretanto, um lento processo de abertura democrática não viabilizou de imediato o surgimento de várias opções políticas. A partir deste ínterim, Hugo Banzer em 1997 coligado com outros dois partidos conquistam 23% do legislativo nacional.¹²³ Em 6 de agosto de 2001, Hugo Banzer abandona a presidência, dado seu grave estado de saúde e entrega o poder a seu vice Jorge “Tuto” Quiroga faltando apenas 1 ano para completar o mandato constitucional.

O governo da ADN erradicou grande parte das plantações de coca em *Chapare* via intensa mobilização repressiva. A violência em muitos aspectos retratava o insuficiente grau democrático do país e muitas vezes relembra os anos de regime autoritário. Neste governo foram iniciadas as negociações de comercialização de gás natural com o Brasil.

Jorge Quiroga Ramírez¹²⁴ assume a presidência e pretendia a exportação de gás natural para o México e EUA. Os objetivos de comércio exterior não foram efetivados, entretanto, as reformas políticas do Código Nacional Eleitoral são sequenciadas.¹²⁵

Inúmeros setores sociais e organizações políticas já pretendiam a renúncia de Banzer desde que tomou o poder. Dentre os partidos políticos: CONDEPA, MNR e MBL¹²⁶. A recuperação da credibilidade era o principal desafio da gestão presidencial iniciada em 1997.

Em 1997, Evo Morales é eleito deputado uninominal pela *Izquierda Unida*. Estas eleições foram marcadas pela coligação partidária e pela necessidade dos segmentos

¹²² Deputados uninomiais são eleitos diretamente pelo voto dos cidadãos já os plurinominais são eleitos segundo a porcentagem de votos de cada partido na eleição presidencial. Os deputados plurinomiais são responsáveis pelo mínimo apoio ao presidente eleito. Entretanto contar com o apoio somente dos deputados plurinomiais é insuficiente para a manutenção do poder executivo.

¹²³ Verificar Tabela II em Anexos com relação a porcentagem legislativa de cada partido ou coalizão.

¹²⁴ Entre 2004-5 Jorge Quiroga Ramírez consegue credenciar o *Podemos* na CNE. Conta principalmente com o suporte eleitoral e organizacional do departamento de Santa Cruz. Atualmente é um dos partidos mais representados no legislativo.

¹²⁵ Foram 26 modificações em julho e 38 em dezembro. Desde 1994 o Código Eleitoral estava em vigor.

¹²⁶ Juntos estes 3 partidos políticos dominavam 38% do legislativo nacional.

de esquerda se unificarem em uma única sigla partidária¹²⁷ a fim de tentarem a conquista de alguma representação política. O MAS (*Movimiento Al Socialismo*), apesar de ter surgido no final da década de 80 como uma tendência sindicalista e ter sido fundada como movimento social em 1995 só foi reconhecido como partido político em 1999.

Evo Morales após conquistar a Câmara de Deputados assume o caráter partidário do MAS e gradativamente torna-se uma das lideranças sindicais mais importantes da Bolívia. Num primeiro momento devido representar *os cocaleros*¹²⁸ e num segundo momento por ter sido eleito principalmente com os votos de *Chapare* localizada no Departamento de *Cochabamba*. Região de interesse estratégico devido a intensa migração após a NPE de 1985.¹²⁹

Somente depois do primeiro governo Banzer os partidos indígenas passaram a agir ou atuar efetivamente, entretanto, sob condições de baixa coesão. O regionalismo aparece mais uma vez como um aspecto fortíssimo na história política boliviana. Logo, a mobilização e a articulação que levou Evo Morales Ayma a presidência nas eleições de 18 de dezembro de 2005 devem ser observadas como um processo político contundente e passível de ocorrer devido a lacuna de lideranças com o discurso de inclusão dos segmentos mais desfavorecidos economicamente e marginalizados.

Evo Morales é eleito deputado uninominal em 1997 e perde seu mandato em 2001, devido ser acusado de incitar a violência no Departamento de *Cochabamba*, por falta de decoro parlamentar e por suspeitas de vínculo com o narcotráfico. A cassação do mandato não impede a permanência de Morales como líder sindical e nem diminuiu sua popularidade em seu berço eleitoral. No mesmo ano, Banzer renuncia a presidência por problemas de saúde e seu vice Jorge Quiroga assume o governo boliviano. Sem mandato de deputado, Morales passa dedicar-se exclusivamente ao Sindicato dos *Cocaleros* de *Cochabamba* e tem *Chapare* como seu reduto de apoio político.

¹²⁷ Similar ao ocorrido em 1982, com a UDP, as eleições de 1997 tiveram a IU como força de coligação das tendências partidárias de esquerda.

¹²⁸ Cultivadores de plantações de folhas de coca. As regiões de *Yungas* e *Chapare* destacam-se como grandes regiões de cultivo de coca.

¹²⁹ A cidade de *El Alto* no Departamento de La Paz também sofreu uma massiva migração e ao contrário da outra região ainda passa por fluxo migratórios.

Banzer havia tentado sem sucesso implantar o programa *Coca Zero*. Em 2000, a CSUTCB é presidida pelo *malku* Felipe Quispe e o sindicato dos *cocaleros* de *Cochabamba* consegue o apoio desta liderança indígena na luta pela descriminalização do plantio de coca. Quispe passa a agir politicamente frente ao MIP (*Movimiento Indígena Pachakutti*) e chega a disputar as eleições de 2002, mas não fica bem colocado, porém elege alguns deputados.

Evo Morales foi cassado em 2001 sem justificativa comprovada e os meios de comunicação impulsionaram a imagem de Evo Morales. O apoio popular, a super exposição na mídia e a eleição de 20 deputados do MAS fizeram Morales um forte ator político inserido em um contexto histórico cheio de dilemas.

O MAS enfatiza a re-estatização das empresas de gás natural, a nacionalização das reservas minerais e a defesa do modo de vida e reprodução cultural dos povos originários da América.

O cultivo de coca é retomado a partir de 2000 e em 29 de dezembro de 2002 o governo de Tuto Quiroga Ramírez assume o compromisso de acabar com o cultivo ilegal de folhas de coca.

Evo Morales concede uma entrevista a um jornal brasileiro¹³⁰ em que enfatiza a importância da comercialização das folhas de coca na Bolívia e comenta sua cassação como deputado no ano anterior. O MAS partido político de Morales sempre enfatizou a estatização dos recursos naturais e minerais do país como um dos pontos da agenda programática partidária.

No dia 29 de junho de 2002, véspera das eleições presidenciais, o embaixador dos EUA na Bolívia, Manuel Rocha, foi acusado de desestabilizar a política interna sul americana ao afirmar a possibilidade de sanções econômicas caso Evo Morales fosse eleito. Este caso trouxe um desconforto diplomático e conturbou as eleições presidenciais. A afirmação trouxe um desfecho diferente do esperado e Evo Morales obteve mais votos do que o esperado distanciando-se pouco mais de 2 pontos percentuais do primeiro colocado.

A intromissão em assuntos políticos internos revelou a ingerência e a ativa intromissão estrangeira principalmente norte americana nos direcionamentos políticos da

¹³⁰ *Folha de São Paulo* de 16 de junho de 2002.

Bolívia. A intromissão e as manifestações de opinião tomaram estas proporções pela necessidade da democracia boliviana necessitar de legitimidade eleitoral para determinar se sua consolidação está completa ou em vias se completar.

Os cidadãos bolivianos devem ser os responsáveis pela escolha de suas lideranças políticas e devem também ser responsáveis mesmo que indiretamente pelas atitudes de seus governantes eleitos, assim como todo país democrático. O fato relacionado às afirmações de M. Rocha noticiado na imprensa boliviana como também na imprensa internacional tal como na *Folha de São Paulo*.

O Instituto MORI divulga sua pesquisa de opinião na véspera das eleições de 30 de junho e aponta Manfred Reyes (NFR) como líder das intenções de voto com 20%, seguido por Gonzalo S. de Lozada (MNR) com 17%, por Jaime P. Zamora (MIR) com 13% e por Evo Morales com 12%.

No dia 5 de julho são divulgados na *Folha de São Paulo* os resultados da eleição presidencial na Bolívia e ao contrário do esperado, G. S. de Lozada e E. Morales passam para a disputa de segundo turno indireto. Ambos os candidatos obtiveram pouco mais de 20% das intenções de voto e não se distanciaram mais do que dois pontos percentuais um do outro. A disputa presidencial de 2002 contou com 9 participantes.¹³¹

Segundo o Artigo 90 da Constituição em Vigência:¹³²

Se nas eleições gerais nenhuma das candidaturas para Presidente e Vice-presidente obtiver a maioria absoluta dos votos válidos, o Congresso irá eleger via votação oral e nominal o Presidente e o Vice-presidente que tenham obtido o maior número de votos válidos na eleição geral. Em caso de empate o turno indireto será realizado novamente. Se o empate persistir, serão proclamados Presidente e Vice-presidente os candidatos que tiverem obtido a maioria simples dos votos válidos na eleição geral. (*Constitución del Estado/1994. Art.90*).

Os partidos políticos identificados com o movimento indígena conseguiram uma expressiva representação no legislativo. O MAS elegeu 27 deputados e oito senadores

¹³¹ Observar Tabela III em Anexos com a proporção partidária legislativa em 2002.

¹³² Em outubro de 2008 foi editada uma Constituição do Estado revista pelo legislativo mas ainda não aprovada.

e o MIP seis cadeiras na Câmara dos Deputados. Cerca de 30% dos eleitores¹³³ não compareceram nas urnas no dia 30 de junho de 2002. Atentamente esta é uma prerrogativa de depuração nas próximas eleições.

Em 6 de agosto de 2002, G. S. de Lozada foi eleito presidente da Bolívia após pouco mais de 24 horas de sessão congressual. Este episódio foi noticiado na imprensa boliviana (*La Razón* e *El Nuevo Dia*) e na imprensa brasileira (*Folha de São Paulo*). Dos 157 votos do segundo turno indireto, Lozada obteve 83 e Morales obteve 43. Houve 31 abstenções. Sem o apoio dos partidos: MIR, NFR e UCS o candidato do MNR não teria sido eleito no segundo turno indireto. No dia 7 de agosto de 2002, Lozada assumiu a presidência da Bolívia.

Evo Morales inevitavelmente surge como segunda opção nas eleições de 2002. A derrota eleitoral do MAS foi parcial devido o fortalecimento do partido no poder legislativo. O MAS apresenta-se sob um formato organizacional mais moderno entretanto preserva o apoio popular como fora a IU. Os acontecimentos da véspera das eleições talvez tenham sido fundamentais para o êxito de Evo Morales em sagrar-se como uma figura política de relevo nacional. Algumas lideranças indígenas assumem alguns cargos políticos em prefeituras e câmaras legislativas.

Nestas eleições o MNR obteve 50 cadeiras no Legislativo, o MAS 35, o MIR 30 cadeiras e o MIP 6. Os demais partidos ocuparam 36 cadeiras¹³⁴.

As reduções tributárias esperadas não vieram com o governo Lozada. Sendo assim, pensionistas e aposentados engrossaram a linha de insatisfeitos com o governo. O *campesinato índio aymara* foi responsável pelos constantes bloqueios das estradas. Esta prática em ocorrência desde 2000 tinha como objetivo prejudicar o abastecimento de alimentos e outros gêneros de primeira necessidade na capital do país.

Dentre as reivindicações do movimento é possível destacar: a preservação do direito dos indígenas, o direito de propriedade (inclusive com relação às terras comunitárias), o arquivamento do projeto “*Ley Del Recurso de Agua*”¹³⁵, a modificação nas leis regulação da extração ambiental e mineral, a suspensão da política de erradicação

¹³³ A Bolívia conta com cerca de 4 milhões e duzentos mil eleitores.

¹³⁴ Estes partidos políticos são: UCS, ADN, LyJ, OS, MCC e CONDEPA.

¹³⁵ Este projeto de lei trata da privatização do serviço de abastecimento de água e da cobrança de imposto tarifado para a utilização do serviço no campo. Em *Cochabamba* este movimento ficou conhecido como “*Coordinadora Nacional de Defensa Del Agua y la Vida*”.

das plantações de coca em *Yungas (La Paz)*, a garantia de comercialização livre de folhas de coca e a indenização às famílias dos mortos em conflitos com as forças regulares dos governos Banzer (ADN).

Os partidos políticos do início do século XXI na América Latina passam por uma crise de legitimidade, representatividade e credibilidade. Nos momentos de crise política, as agremiações partidárias não conseguem desempenhar o papel de mediadores e quando o fazem é de forma insuficiente.

A defasagem das pensões e aposentadorias inquietava grande parte da população. Aliada a insatisfação de grande parte da população, a dificuldade de tratar assuntos polêmicos da agenda política como a tentativa de venda de gás natural aos EUA utilizando portos chilenos determinou a derrocada de Lozada. Os vários movimentos populares foram reprimidos com intensa violência e foi difícil conter a sublevação popular nas ruas da capital do país.

No mês de fevereiro de 2003 a instabilidade política toma conta da Bolívia. A imprensa mundial (impressa e televisiva) divulga os acontecimentos. No dia 11 de fevereiro de 2003¹³⁶ ocorre um conflito entre manifestantes contra o governo e militares responsáveis pela segurança da capital e do Palácio Presidencial. O incidente resultou em 23 mortos e 70 feridos. As tropas auxiliares do departamento (polícia militar) entraram em confronto com os militares. O confronto das próprias forças armadas com as forças auxiliares em xeque organização do Estado boliviano e evidencia o colapso organizativo nacional.

A Reforma Tributária pretendida por Lozada instauraria a cobrança de imposto de renda aos até então isentos, dentre estes, os praças das forças auxiliares departamentais. Os até então isentos deveriam colaborar com 12,5% dos salários.

Os jornais¹³⁷ noticiam as inquietações da COB (Central dos Trabalhadores da Bolívia) e da CEPB (Confederação de Empresários da Bolívia). O MAS e outros segmentos de oposição ao governo iniciam os pedidos de renúncia do presidente Lozada. Em 19 de setembro de 2003¹³⁸, os jornais noticiam os bloqueios das estradas que dão acesso a capital La Paz. Em 7 de outubro ocorre a intensificação dos protestos pedindo a

¹³⁶ *Folha de São Paulo*.

¹³⁷ *La Razón e El Nuvo Dia*

¹³⁸ *La Razón e El Nuvo Dia*.

renúncia de Lozada. Cerca de 26 pessoas morreram na cidade de *El Alto* como resultado do operativo militar para conter a instabilidade política. Entre os dias 9 e 11 de outubro de 2003 cerca de 50 manifestantes são mortos no Departamento de *La Paz*.

Em 7 de outubro de 2003 ocorre a intensificação dos protestos pedindo a renúncia de Lozada. A oposição ao governo do MNR aumenta. No dia 13 é noticiada¹³⁹ a retirada de apoio do próprio vice-presidente Carlos Mesa Gisbert. O NFR também retira seu apoio a Lozada e com isto seus 3 ministros (Trabalho, Desenvolvimento Sustentável e Finanças) entregam suas pastas. O NFR era importante para garantir o apoio de Lozada, especialmente nos Departamentos de *Cochabamba* e *Chuquisaca*.

A *Folha de São Paulo* noticiou o ponto de vista do vice-presidente:

“O único risco que podemos correr é o de naufrágio total. Isto está absolutamente claro. Se a Bolívia perder esta oportunidade, se o presidente da Bolívia, sua equipe de trabalho, o Parlamento e a sociedade não entenderem que estamos escolhendo nosso destino, poderemos entrar rapidamente numa grave crise” (Carlos Mesa).

O MIR liderado por Zamora também abandona o apoio ao presidente. O governo corta os sinais de transmissão da rede de TV-RDP devido à cobertura televisiva das manifestações e conflitos. Devido à censura, inúmeros profissionais da TV estatal (UNICOM) pediram demissão.

No dia 14 de outubro, os jornais bolivianos noticiam a paralisação de 1 milhão e meio de pessoas para a realização de um ato nacional lembrando os mortos em conflito com o governo central. Lozada busca apoio internacional no Brasil, na Argentina e no Peru e renuncia no dia 17 de outubro de 2003 às 21 horas.

No dia 19 de outubro de 2003, Carlos Mesa (comunicador social de prestígio nacional sem filiação partidária) assume a presidência na Bolívia e não descarta a composição de um gabinete ministerial plural inclusive com a participação de lideranças indígenas.

¹³⁹ *Folha de São Paulo*.

A inquietação da oposição em prol da Assembléia Constituinte fica cada vez mais expressa e uma breve pausa nas manifestações dos opositores ao MNR é notada. O líder da oposição, afirma:

“Darei tempo a Mesa para se organizar e atender as exigências das organizações sociais”.¹⁴⁰ (Evo Morales)

O presidente boliviano considera a impossibilidade de reabrir o Congresso. Esta é a maior crise desde a restauração democrática em 1982. Lozada não conseguiu manter suas frágeis coalizões com o MIR e o NFR responsáveis por sua vitória no segundo turno indireto, mas incapazes de mantê-lo no poder. Com a inoperância política atingindo também o poder legislativo a governabilidade e a possibilidade de uma medida institucional concertada ficam comprometidas ¹⁴¹

Em 2002, Evo Morales candidata-se a presidente pelo MAS. As pesquisas de intenção de voto indicavam a quarta colocação. Entretanto, o líder *cocalero*, chega a disputar o segundo turno presidencial mas é derrotado.

O *campesinato índio aymara* organizado foi responsável pelos constantes bloqueios das estradas intensificados a partir do ano 2000. O ato de cercar La Paz prejudicou o abastecimento de gêneros essenciais prejudicando a capital e o entorno do país. Dentre as reivindicações constavam: a preservação do direito indígena, o direito de propriedade (inclusive comunitárias), o arquivamento do projeto “*Ley Del Recurso de Água*”, o fim da privatização do serviço de abastecimento de água, o fim da cobrança do imposto tarifado de utilização da água no campo¹⁴², a modificação nas leis regulação da extração ambiental e mineral, a suspensão da política de erradicação das plantações de coca em *Yungas* (La Paz), a garantia de comercialização livre de folhas de coca e a indenização às famílias dos mortos em conflitos com as forças regulares dos governos Banzer (ADN) e Lozada (MNR).

¹⁴⁰ *La Razón* (21 de outubro de 2003).

¹⁴¹ No mês de outubro de 2003 pouco mais de uma centena de mortos são registrados devido aos conflitos entre governo e opositores. Neste período surgem inúmeros movimentos populares. Lozada após renunciar viaja para os EUA.

¹⁴² Em *Cochabamba* este movimento ficou conhecido como “*Coordinadora Nacional de Defensa Del Agua y la Vida*”.

Os partidos políticos do início do século XXI passam por uma crise de legitimidade, representatividade e credibilidade. Sendo assim, num momento de crise política não desempenham o papel de mediadores dos conflitos entre as diferentes clivagens sociais e quando o fazem é de forma insuficiente.

Lozada do MNR foi eleito em 2002 e renuncia em outubro de 2003. Carlos Diego Mesa Gisbert (sem partido) assume o poder como vice de Lozada. Um referendo é realizado a fim de definir a política energética e os tratados de comercialização de gás ao exterior via portos peruanos. Houve a tentativa de re-estruturação do Poder Judiciário, entretanto não foi possível realizá-la. A pauta do presidente em exercício deveria englobar: a Assembléia Constituinte, a nova lei de hidrocarbonetos, a eleição direta de prefeitos e os referendos de autonomias departamentais.

4.2 Particularidades Institucionais e Atores Políticos

No dia 30 de novembro de 2004 o instituto “*Apoio, Opinião e Mercado*” divulga uma pesquisa que aponta Mesa com o apoio de 82% da população boliviana, a pesquisa foi realizada nas cidades de La Paz, Santa Cruz, Cochabamba e El Alto. Desde a terceira semana de maio de 2004 a popularidade do presidente Mesa tem aumentado.

No dia 31 de maio de 2005, a agência de notícias *Reuters* noticia as manifestações em prol da nacionalização das reservas de gás natural. Segmentos indígenas lideram os pedidos para a formação de uma Assembléia Constituinte, enquanto que os departamentos mais ricos (*Santa Cruz e Tarija*) almejam mais autonomia.

Mesmo tendo o apoio das Forças Armadas, Carlos Mesa tenta renunciar a presidência desde o mês de março de 2005, porém, não teve seu pedido aceito pelo Congresso Nacional. Sua ineficiência desgasta sua imagem e mesmo assim não tenta a negociação com a oposição.

No dia 6 de junho de 2005 os periódicos bolivianos¹⁴³ publicam manchetes sobre a mobilização do MAS a fim de obter a renúncia de Carlos Mesa. A convocação de novas eleições gerais era o pretendido pela oposição. Mesa não consegue apoio para superar a crise política. O bloqueio das estradas é retomado e a instabilidade política retorna ao país.

¹⁴³ *La Razón e El Nuevo Dia.*

No dia 13 de junho, Carlos Mesa renuncia a presidência e uma crise de sucessão se instaura na Bolívia. Os presidentes do Senado e da Câmara de Deputados negam-se em assumirem a presidência da Bolívia. O Artigo 93 da Constituição determina:

Em caso de impedimento ou ausência do Presidente da República, antes ou depois de sua proclamação, o Vice-presidente irá substituí-lo, na falta deste, a linha de sucessão deve ser realizada, pelo Presidente do Senado, pelo Presidente da Câmara de Deputados e por último o Presidente da Corte Suprema de Justiça.

O Vice-presidente assumirá a Presidência da República caso esta fique vaga antes ou depois da proclamação do Presidente eleito e exercerá o mandato até a finalização do período constitucional.

A falta do Vice-presidente será substituída pelo Presidente do Senado, pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Presidente da Corte Suprema de Justiça. Em último caso, se não houver transcorrido três anos do período presidencial, uma nova eleição para Presidente e Vice-presidente será realizada para completar o mandato. (*Constitución del Estado/1994. Art.93*).

Faltavam pouco mais de duas semanas para a eleição de 2002 completar 3 anos. Desta forma, Eduardo Rodriguez, Presidente da Corte Suprema de Justiça assume a presidência em 17 de junho de 2005 e realiza um mandato de transição convocando novas eleições. Segundo o periódico *La Razón*, as eleições deveriam ocorrer até março de 2007.

Evo Morales (MAS) apresenta um projeto de lei para regulamentar o fim do mandato legislativo dos 27 senadores e dos 130 deputados. No dia primeiro de julho de 2005, o periódico *La Razón* publica os pedidos do MAS e da NFR para a formação de uma Constituinte antes das novas eleições. O presidente Eduardo Rodriguez enfatiza a realização de eleições somente para os cargos de Presidente e Vice-presidente.

No site *bolivia.com* reportagens expressam a dificuldade do MNR em conseguir um sucessor para Lozada. As previsões iniciais pensam na realização das eleições para Presidente e Vice-presidente no dia 4 de dezembro de 2005.

No dia 14 de julho de 2005, o jornal *La Razón* ilustra a aproximação entre o MAS e o MSM a fim de obterem uma agenda política única. Dirigentes de *La Paz*, *Cochabamba*, *Tarija* e *Potosí* se reúnem para discutir esta pauta. O MAS tenta uma

aproximação com lideranças de La Paz, Cochabamba, Potosí, Oruro, Sucre e Cobija. O apoio dos *mineros* (de *Oruro* e *Potosí*) é imprescindível a Evo Morales.

Fica estabelecido que as eleições presidenciais irão ocorrer no dia 18 de dezembro de 2005. No dia 16 de novembro de 2005 são designadas 23 pessoas para formarem o Conselho Pré-Constituinte¹⁴⁴ e oito candidatos inscrevem-se para disputarem a presidência da Bolívia.

O extremismo toma conta das prévias eleitorais na Bolívia, no dia primeiro de dezembro, o senador Roman Loayza (MAS) admite a possibilidades do uso de armas caso Evo Morales não se eleja nas urnas. Esta atitude gerou indignação de inúmeros candidatos a presidência, Jorge Quiroga a frente do *Podemos* criticou as afirmações do senador. As eleições de 2005 foram marcadas pela polarização entre o MAS e o *Podemos*.

No dia 7 de dezembro, o periódico *El Nuevo Dia* publica a pesquisa da empresa “*Apoio, Opinião e Mercado*” indicando E. Morales (MAS) como líder nas intenções de voto com 36%, seguido por Quiroga (*Podemos*) com 30%, por Medina (UN) com 12% e por Nagatani (MNR) com 8%. S. Doria Medina (UN) afirma que seu partido irá apoiar o mais votado nas urnas. Nagatani não se pronuncia.

Analistas do cenário político do jornal *La Prensa* afirmam a possibilidade de ocorrência de “voto cruzado”, ou seja, nas eleições de 2005 é comum que os eleitores votem para presidente em um partido e na escolha de seus deputados uninomias optem por candidatos de outros partidos políticos. Em algumas cidades da Bolívia, nem mesmo o crescimento do MAS fará com que os candiatos tradicionalmente dominantes deixem de serem eleitos em algumas circunscrições.

Uma semana antes o site *bolivia.com* chama a atenção para o desgaste dos partidos políticos tradicionais.

... Os também históricos, Ação Democrática nacional (ADN) do falecido Hugo Banzer, que governou como ditador (1971-78) e como presidente

¹⁴⁴ O periódico *La Razón* publica os nomes dos conselheiros pré-constituintes e dos oito candidatos a presidência. Candidatos a Presidência da Bolívia em 2005: Evo Morales Ayma (MAS), Jorge Quiroga Ramírez (*Podemos*), Samuel Doria Medina (UN), Michiaki Nagatani (MNR), Felipe Quispe (MIP), Gildo Ângulo (NFR), Eliseo Rodriguez (Frepab) e Nestor Garcia (USTB).

democrático (1997-2001) e o Movimento Revolucionario de Esquerda, de Paz Zamora, não participarão desta disputa eleitoral (*bolivia.com*-14/12/2005).

A agência de notícias *La Prensa* divulga uma pesquisa de intenções de voto no site *bolivia.com* e Morales lidera com 34,2%, seguido por Quiroga com 29,2%, Medina com 8,9% e Nagatani com 4,2%. A pesquisa ouviu 4800 pessoas nos 9 departamentos do país. Entretanto, o *Podemos* lidera as intenções de voto para no Senado. Faltando apenas quatro dias para a realização das eleições os indecisos formam 12% da população eleitora.

As eleições presidenciais deveriam contar com mais de 4 milhões de eleitores. Entretanto, devido a algumas depurações estão liberados 3.679.886 eleitores divididos em 21.140 mesas eleitorais. Cerca de 800.000 eleitores foram impedidos de votar pela *Corte Nacional Eleitoral*, o argumento do órgão é a falta desses eleitores no pleito municipal de 2004. Esta determinação está contida no artigo 70 do Código Eleitoral de 1984 modificado em 2001.¹⁴⁵

As redes televisivas do país indicam a vitória do MAS nas eleições presidenciais antes do término da contagem oficial dos votos. A *Red Unitel* indica Morales com 45%, Quiroga com 33%, Medina com 10% e Nagatani com 7%. A *Red ATB* indica Morales com 41,2%, Quiroga com 36,3%, Medina com 12,1% e Nagatani com 6,9%. A *Bolivisión* indica Morales com 34,1%, Quiroga com 29,3% e Medina com 11%. A falta de consenso entre as redes televisivas e a distância dos números anunciados pelas pesquisas de opinião nos demonstra a importância da contagem oficial. Entretanto preservando este resultado divulgado previamente já seria a maior margem eleitoral de um presidente boliviano nos últimos 25 anos.

No dia seguinte das eleições (19 de dezembro de 2005), os demais candidatos a presidência da Bolívia já haviam reconhecido a vitória de Evo Morales.

Por volta das nove horas da noite deste domingo; ou seja, após três horas após o encerramento do sufrágio, Jorge Quiroga e Samuel Doria Medina, segundo e terceiro colocados, em entrevistas para a imprensa reconheceram a vitória do MAS e comprometeram-se a seguir trabalhando pela Bolívia e na Bolívia (*bolivia.com*-18/12/2005).

¹⁴⁵ O inciso *f* do artigo 70 foi modificado em agosto de 2005. No mês de julho ocorreram 26 modificações e 38 no mês de setembro.

Evo Morales obteve 51% dos votos válidos e Jorge Quiroa 30%.¹⁴⁶

O MAS deve conseguir eleger uma quantidade significativa de deputados e senadores, porém insuficiente para aprovar leis sem aliança (yahoo.com-18/12/2005).

No legislativo, o MAS conquistou pouco mais de 41% dos votos válidos e o *Podemos* conquistou pouco mais de 35%. A UN foi a terceira contemplada com pouco mais de 12%. No final, o *Podemos* elegeu 13 senadores e o MAS 12. O MNR e a UN elegeram um senador cada. O MAS conquistou 54 cadeiras na Câmara e o *Podemos* 46.¹⁴⁷

O MAS saiu vitorioso por ter eleito Morales ainda no primeiro turno. Todavia o *Podemos* concretiza seu status de partido conservador mais forte e se congratula como o mais presente no Senado. O *Podemos* realmente expressa a transcendência da antiga ADN com relação a tendência conservadora.

4.3 Legitimidade e Disputa Eleitoral

A legitimidade e a eficácia contribuem para o estabelecimento de uma democracia competitiva. No âmbito representativo quanto mais plural for a sociedade maiores dificuldades existirão para a construção de uma representação política ideal. Em lugares onde há desenvolvimento econômico, segundo Lipset, a legitimidade e a eficácia levam um regime democrático. A eficácia é avaliativa e depende de propósitos do governante e dos anseios dos cidadãos. A legitimidade, entretanto, é essencial a todo e qualquer sistema político democrático.

A eficácia é tratada como o desempenho real do governo em direção a estabilidade política proveniente de uma boa aceitação da maioria dos principais grupos sociais de interesse. Uma sociedade composta por diversas clivagens, reforçadas e correlacionadas, dificulta a permanência da tolerância política, desta forma, os governos sofrem mais exigência e logo mais eficácia passa a ser cobrada.

Atualmente, os partidos políticos são uma forma de clivagem.

¹⁴⁶ Observar Tabela VI em Anexos. Contagem de votos de cada candidato divulgado em dois dos principais meios de comunicação do país.

¹⁴⁷ Observar Tabelas VII e VIII em Anexos.

Onde uma série de clivagens históricas se conjuga e cria a base de uma política ideológica, a democracia é forçosamente instável e fraca, já que, por definição, tal política não inclui o conceito de tolerância... Sempre que a estrutura social funcione de modo a isolar naturalmente os indivíduos ou grupos, com a mesma concepção política, do contato com os que sustentam concepções diferentes, os indivíduos ou grupos isolados tendem a apoiar os extremistas políticos (LIPSET, 1967:87-9).

A Bolívia é um caso típico de relação conturbada entre os segmentos societários dificultando a eficácia de seu sistema político. Os partidos políticos assumem uma forma de clivagem e a Bolívia inclinada a apoiar atitudes extremistas de esquerda e direita demonstra isto com a rivalidade entre o MAS e o *Podemos*.

A vitalidade democrática encontra-se principalmente no modo como os sistemas de governo são estruturados, como os conflitos são solucionados e como o sistema partidário é bem estruturado e compatível com as aspirações dos principais grupos de interesse.

Os sistemas de governos devem levar em consideração a estrutura social de cada país. Estas diferenças levam a um conjunto de características determinantes para a composição do sistema político refletido diretamente na forma ou modelo de governo. Esta é a chave da estabilidade política.

O respeito às particularidades, necessidades e diferenças dos diversos segmentos societários é essencial para a consolidação democrática. Segundo Lipset, os aspectos fundamentais e colaboradores da vitalidade democrática seriam: o modelo republicano, o sistema partidário e o modelo de representação eleitoral legislativa.¹⁴⁸

O federalismo, apesar de aumentar as chances de múltiplas divergências devido à disputa de interesses e valores regionais pode ser vantajoso para a consolidação democrática desde que as divisões culturais (étnicos e lingüísticos) e religiosas não estejam sendo suprimidas. Os diferentes grupos sociais devem ser contemplados de forma

¹⁴⁸ Cada um dos 3 aspectos se subdivide em 2 tipos. O modelo republicano pode ser: federalista ou estado unitário, o sistema político pode ser bipartidário ou multipartidário e a representação política eleitoral legislativa pode ser territorial ou proporcional. Segundo Lipset o modelo democrático bipartidário de representação política territorial federalista tem mais chances de consolidar a democracia.

eqüitativa. Todavia, se não há muitas divisões internas num dado país, o federalismo, por si só, apresenta-se como um bom garantidor da democracia.¹⁴⁹

O padrão característico das democracias estáveis ocidentais em meados do século XX, é que se encontram numa fase pós-política, isto é, existe relativamente pouca diferença entre a esquerda e a direita democráticas, os socialistas são moderados e os conservadores aceitam o Estado do bem estar. Em grande parte essa situação reflete o fato de que nesses países os trabalhadores venceram sua luta pela completa cidadania (id. *ibid.*: 94).

A rivalidades entre a esquerda e a direita na América do Sul foram minimizadas pela necessidade de moderação política a fim de estabelecer um mínimo de condições institucionais para o exercício democrático, segundo Lipset isto nos aponta uma conquista em direção a cidadania plena. A inclusão política e a conquista do sufrágio universal são pontos culminantes do processo histórico da consolidação democrática.

O agravamento da situação dos países da América Latina está relacionado com o fato da maioria desses países tornaram-se independentes antes de suas respectivas industrializações. Inclusive, formas conservadoras de atuação política são preservadas e se inserem como característica tradicional de muitos desses países.

Num país homogêneo, as diferenças econômicas são perceptíveis mais facilmente, entretanto, em países heterogêneos, a esfera econômica é perpassada por outras. Principalmente com relação aos aspectos culturais. A diversidade de composição em uma dada sociedade inevitavelmente será transfigurada na própria construção das instituições modernas garantidoras da democracia política.

... quanto maiores forem as transformações na estrutura de uma sociedade ou organização, que um grupo governante procure introduzir, tanto maiores serão as possibilidades de que a liderança deseje ou mesmo requeira um elevado nível de participação de seus membros ou cidadãos... uma sociedade em que uma vasta proporção da população esteja fora da arena política é potencialmente mais explosiva do que uma onde a maioria dos cidadãos esteja

¹⁴⁹ A Bolívia apesar da grande diversidade social interna poderia facilitar sua consolidação democrática se adotasse o federalismo.

regularmente envolvido em atividades que lhe dê um certo sentido de participação nas decisões que afetam suas vidas (id. *ibid*: 188).

Embora cada grupo social seja afetado de uma forma pelo governo, é essencial que todos os segmentos estejam aptos e se sintam estimulados a participarem das instâncias de escolha política. Todavia, todo grupo envolvido mais diretamente tende a se mostrar mais concorrente nas disputas eleitorais. No caso específico da Bolívia, as restrições ao cultivo de coca envolveram sujeitos ao julgamento da opinião pública e posteriormente contemplou figuras políticas centrais à problemática instaurada.

Embora possa argumentar-se que todos somos afetados pela política do governo, alguns grupos são mais afetados do que outros, e é de esperar que esses grupos mostrem uma concorrência maior nas urnas do que o público de um modo geral (id. *ibid*: 195).

Isto foi muito perceptível na Bolívia com a acentuada participação política dos *cocaleros* inserindo-se nas disputas mais relevantes. Lipset, de um modo geral, adverte sobre o baixo comparecimento nas urnas daqueles mais sujeitos às aflições econômicas. Neste grupo estão inseridos os trabalhadores pobres, os desempregados e os camponeses.

... As variações no comportamento eleitoral que se correlacionam com a classe sócio-econômica podem também se relacionar com os diferentes graus de conformidade às normas dominantes em várias sociedades... quanto mais rigidamente estratificada estiver a sociedade, tanto mais provável é que as suas classes inferiores desenvolvam sua própria e vigorosa forma de atividade política
(id. *ibid*: 210-17).

Efetivamente, a contribuição da matriz teórica em questão nos enfatiza a conformidade com as *normas* de conduta relacionada diretamente com o *status social* do sujeito. Logo, a situação econômica e grau de inserção na vida pública interferem na participação política do cidadão. Diferentes níveis de participação podem ser notados nas sociedades democráticas.

Segundo a linha liberal embasada nas observações descritas até aqui, a democracia é a própria boa sociedade em funcionamento. Assim, a democracia demonstra requerer instituições capazes de permitirem o conflito e a discordância, entretanto, estruturada segundo critérios de legitimidade e apta a estabelecer o consenso.

As análises verificando diferenças de comportamento normativo já foram vistas pelos teóricos clássicos. Alguns países são mais inclinados à democracia devido não incorporarem o *status* de classe herdado¹⁵⁰ com exceção das heranças.

As eleições são a expressão da luta de classes democrática sem a busca de ruptura com o sistema político. As clivagens de uma sociedade seriam originadas da oposição de grupos sociais privilegiados e pela heterogeneidade social. Certos países possuem diversidades religiosas e étnicas correlacionadas com segmentações sócio-econômicas.

... a classe á apenas uma das divisões estruturais da sociedade que se relaciona com o apoio partidário... As lealdades regionais constituem outro importante fator que tem influenciado o apoio partidário (id. ibid. 231-32).

As diferenças entre inclinações políticas de esquerda e direita também são perceptíveis em uma sociedade e seu comportamento político também difere. Entretanto não são somente as diferenças econômicas que determinam as escolhas partidárias dos diferentes segmentos sociais.

... A luta de partidos é sobretudo um conflito de classes e o fato em si mais impressionante sobre o apoio a um partido político é que, virtualmente, em todos os países economicamente desenvolvidos, os grupos de baixa renda econômica votam principalmente nos partidos de esquerda, enquanto os grupos de renda mais elevados votam principalmente nos partidos de direita... Embora pareça evidente que a maioria dos fatores estruturais que determinam a escolha partidária, numa sociedade moderna, possa ser encarada como

¹⁵⁰ WEBER (1982:347-70) verifica a diferença da noção de submissão para germânicos e norte americanos, inclusive retrata o tema no capítulo sobre o protestantismo e sua inclinação ao trabalho, acumulação e rotina habilitando-os a receber com mais naturalidade os princípios democráticos em comparação com países condescendentes com o modo monárquico de gerir a representação política.

aspectos de um sistema de estratificação, existem claramente muitas outras variáveis sociais que interatuam com a classe e a política (id. ibid. 234-75).

A escolha eleitoral demonstra diferenças com relação à idade, grupo educacional, religioso ou étnico.

Os sistemas políticos estão ligados, em diferentes sociedades, a sistemas étnicos, religiosos, de casta ou sistemas econômicos regionais... algo semelhante é o conflito entre áreas geográficas ou divisões rurais e urbanas (id. ibid. 288).

A Bolívia é um típico exemplo da relevância das diferenças étnicas e regionais influenciando a política.

Outra causa de mudança reside no caráter transigente do poder político numa democracia. Essa transigência é auto distribuidora porque os políticos no poder têm necessariamente de alienar apoio ao decidirem entre os interesses conflitantes. Com o decorrer do tempo, a acumulação de tais queixas e agravos pode revelar-se no lento declínio do apoio popular, mesmo entre aqueles grupos que foram mais consistentemente beneficiados (id. ibid. 291).

A classe social como o determinante na escolha partidária é algo já previsto pelos conservadores do século XIX e as constatações observadas a partir da teoria publicada a partir da década de 50¹⁵¹ são relevantes.

A ênfase na classe social como principal determinante da escolha partidária e da divisão entre os partidos parece validar os receios de muitos conservadores do século XIX de que os pobres votariam para defender seus próprios interesses, se lhes fosse concebido o direito de sufrágio (id. ibid: 292).

Até as duas décadas do século XIX a Europa conseguiu manter os mecanismos de restrição à democracia direta. O sufrágio só passou a ser uma realidade na

¹⁵¹ Período de estabelecimento do sufrágio universal em países de democratização mais tardia.

quarta década do século XIX. Na Bolívia ocorreu o advento do sufrágio no começo da segunda metade do século XX.

Partidos políticos e lideranças devem conservar o equilíbrio do sistema político.

... os acontecimentos históricos transformam as necessidades sentidas pelo eleitorado, os partidos democráticos alteram seus programas de modo a reterem votos ou a obtê-los (id. *ibid*: 294).

Segundo Robert Dahl, a passagem de um regime hegemônico para um regime competitivo se dá com a conquista de algumas liberdades liberais clássicas. Dentre elas: possibilidade de exercer oposição, formar organizações e opiniões alternativas passíveis de manifestações. Possibilidade de exercer o voto em eleições sem fraudes onde os candidatos derrotados entreguem pacificamente o poder a fim de possibilitar o exercício de cargos políticos.

A participação política ampliada faz os diversos grupos sociais sentirem-se contemplados, isto é mais perceptível com relação aos cargos legislativos. O sistema político competitivo consolida o sistema partidário.

As condições sociais podem favorecer a estruturação de poliarquias, tais como: o desenvolvimento econômico, a distribuição de renda e a própria composição social (subcultura e clivagens) de um país. Notadamente, a subcultura na Bolívia é marcada pela organização regional tradicional em diversas regiões estabelecidas além dos limites territoriais notadamente expressa por limites lingüísticos. Quanto maior for o pluralismo cultural menos homogêneo é o país. De toda a forma são característica de uma nação incipiente, ou melhor, jovem.

Robert Dahl no apêndice de seu trabalho trata da análise da possibilidade de participação em eleições segundo a oportunidade de oposição pública¹⁵² com a aplicação de requisitos democráticos¹⁵³. Este estudo demonstrou uma similaridade entre a Bolívia e a França que coincidem no gráfico de dispersão das variáveis analisadas. O autor afirma seu constrangimento devido a Bolívia ser evidentemente menos democrática do que a França.

¹⁵² Baseado no estudo de Norling de 1965.

¹⁵³ Segundo Banks e Textor de 1963.

Todavia não houve a tentativa de estabelecer alguma relação ou até mesmo estabelecer relação entre os aparatos institucionais dos dois países.

A tradição schumpeteriana influencia Dahl com relação à democracia realista e trata a democracia contemporânea como a conquista das liberdades civis e políticas de expressão, organização, reunião e publicação. A democracia atualmente prioriza o debate político e a campanha eleitoral.

Segundo Huntington, no final dos anos 70, a onda democrática se deslocou para América Latina. No Equador entre 1977-78, os militares anunciam a retirada do poder e promovem uma assembléia constituinte e em 1979 é eleito um governo civil. O Peru em um processo político idêntico elege um governo civil em 1980.

Na Bolívia, o afastamento dos militares produziu 4 anos de confusos golpes e eleições abortadas, que começaram em 1978 e terminaram com a eleição de um presidente civil em 1982 (HUNTINGTON, 1994:31).

A Bolívia não formulou uma Constituição logo após a saída do regime militar autoritário ao contrário dos demais países dos Andes Centrais além disto teve uma seqüência de reveses com relação aos pleitos eleitorais anulados pelo governo autoritário inconformado com a saída do poder. A premissa de partidos políticos concorrendo livre e eqüitativamente não foi seguida. Necessariamente o governo militar teve que sair do poder devido a exigência dos segmentos não incorporados no poder.

Os processos de transição da terceira onda democrática...

... foram processos políticos complexos – envolvem uma série de grupos em luta pelo poder, a favor e contra a democracia... (id. *ibid*: 124).

No caso específico da Bolívia, os segmentos da direita autoritária atrasaram a abertura democrática e institucionalizaram-se como partido político a partir da fundação da Ação Democrática Nacional liderada por Hugo Banzer.

A União Democrática Popular ao conquistar o poder não permaneceu como uma sigla partidária e teve uma duração curta. Foi uma coalizão governante de centro esquerda sem um programa efetivo de políticas públicas.

S. Huntington ainda trata dos embates entre unidades armadas como algo não muito freqüente, porém existente em alguns países

... Lutas sérias entre unidades armadas aconteceram apenas na Romênia, Filipinas, Bolívia e Nicarágua (id. ibid. 164-5).

Tardiamente os métodos democráticos foram instalados na Bolívia e quando aconteceram...

... Foram feitas por líderes tanto do governo como da oposição que enfrentaram as provocações dos radicais que tivessem a sabedoria de reconhecer que em política ninguém tem o monopólio da verdade ou da virtude (id. ibid: 165).

Se o segmento autoritário não moderar sua conduta ou realmente não estiver enfraquecido, dificilmente é possível que forças progressistas sozinhas consigam introduzir uma organização institucional.

Os problemas políticos na América Latina levaram suas nações a apresentarem uma certa apatia, devido a problemas, tais como: pobreza extrema, conflitos étnicos (comunais), desigualdade sócio-econômica e inflação. A desilusão gerada pelos novos regimes democráticos ocasionou problemas na institucionalização do comportamento político democrático. Sendo assim, ocorreu o distanciamento da política por parte dos cidadãos e houve uma reação contra os titulares dos cargos. Atualmente os países latino-americanos se vêem obrigados a utilizarem campanhas de incentivo à participação popular nas eleições devido a falta de envolvimento ser grande nestes países.

A consolidação democrática depende de uma valorização da cultura política, expressa nas atitudes principalmente com relação à participação e envolvimento eleitoral.

... A essência da democracia é a escolha dos governantes em eleições regulares, honestas, abertas e competitivas, onde o grosso da população possa votar... Muitos fatores influenciarão a consolidação da democracia nos países de terceira onda e sua importância relativa não é clara. No entanto, parece mais provável que a manutenção ou fracasso da democracia depende primeiramente da extensão em que os líderes políticos desejarem mantê-la e

estiverem dispostos a pagar o preço por isso, em vez de dar prioridade a outros objetivos (id. *ibid*: 252-71).

Um dos aspectos interessantes dos sistemas democráticos é a responsabilidade cobrada essencialmente das lideranças eleitas. Manifestações e conflitos podem ser vistos como um possível passo preliminar em direção ao amadurecimento democrático. O impedimento de um presidente ou sua renúncia pode demonstrar o recente desenvolvimento da contestação pública do país.

Os sistemas democráticos ocidentais, como se mostrou, são menos dependentes da legitimidade de desempenho do que os sistemas autoritários porque a culpa de um mau desempenho é atribuída aos titulares do poder, não ao sistema, e o afastamento e a renovação dos titulares do governo levam à renovação do sistema... a insatisfação com o mau desempenho do governo poderia muito bem levar a tumultos, manifestações, protestos e tentativas de mobilizar o apoio popular para derrubar tal governo (id. *ibid*: 297).

Após a abertura democrática, a Bolívia expressou rivalidades entre as diversas regiões do país e de algumas regiões contra o governo. Estes fatos ficam evidentes na queda de Lozada em 2003 e na oposição a Morales em 2006 contra o processo de formação da Assembléia Constituinte. Os departamentos mais desenvolvidos economicamente (*Santa Cruz e Tarija*) e os mais isolados (*Beni e Pando*) formam a composição de oposição ao governo Evo Morales, conhecida como “meia lua”. Esta união entre departamentos opositores ao governo foi iniciada na Assembléia Constituinte e atualmente torna pública as exigências de autonomia departamental.

A incorporação de diferentes segmentos sociais nas disputas políticas viabiliza uma maior chance de obtenção de eficiência governamental favorecendo diretamente a qualidade democrática. Este modelo mais consensual é propício a países com uma grande diversidade social. Desta forma consiste em uma excelente saída para sociedades heterogeneamente compostas principalmente com relação a características culturais, tal como a etnicidade.

O índice de desenvolvimento favorece a democracia assim como o federalismo é mais necessário em países maiores dotados de uma diversidade social. O

modelo consensual praticamente determina um sistema multipartidário e gabinetes multipartidários requerem coalizões.

Apesar da Bolívia ser um país pequeno o fato de não ser uma federação de estados conturba a relação dos departamentos com o poder central. O federalismo é importante porque proporciona a divisão de poder entre governo central e os governos regionais.¹⁵⁴ O federalismo pode ser a opção tanto de um regime majoritário como de um regime consensual.

O consenso segundo Lijphart é o poder distribuído entre os diversos atores políticos. A ação conjunta destes segmentos pode ser realizada dentro das instituições ou disperso em instituições separadas. A distribuição de poder favorece uma atitude política concertada nos níveis hierárquicos a ponto de ser satisfatório ao regime político.

O federalismo cria níveis inteiros de poder e tem dois propósitos fundamentais: autonomia aos grupos minoritários e permissão de experimentação institucional. Isto quer dizer, dentro de uma lógica pluralista permite representação política a todos os integrantes de um dado estado e dá o mesmo peso a todos.

A Bolívia tem que aproveitar o momento de construção de sua nova constituição e deveria enfatizar o caráter federativo do país nesta nova Carta. Desta forma o governo central poderia estipular uma relação mais fixa com os departamentos (principalmente os opositores) e implantar a autonomia departamental reconhecendo todas as sub-regiões como estados com leis e câmaras próprias, todavia subjugadas jurídica e politicamente ao governo central.

¹⁵⁴ LIJPHART (2003:213-25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho advertimos sobre a importância das particularidades de cada caso e seus desdobramentos principalmente com relação à coesão social dos países os quais dedicamos nossos estudos sobre democratização política. O principal aspecto que conturba a consolidação democrática na Bolívia é a dificuldade de aceitação e equalização das diferenças entre os segmentos constituintes da sociedade.

A revisão da teoria clássica e contemporânea nos demonstra como paradigmas e indagações não se esgotaram e como servem para o advento de uma nova agenda de estudos políticos na América Latina. Necessitamos de aprimoramento metodológico a fim de desenvolvermos conclusões mais significativas sobre a condição democrática boliviana.

A sociedade civil organizada foi importantíssima para a consolidação democrática na Bolívia, entretanto, a mobilização desde a Revolução de 52 foi assumindo cada vez mais um formato integrador ao sistema político capitalista e com isto foi abdicada a idéia de total modificação do sistema político. A incapacidade dos partidos de esquerda de se organizarem ou construírem uma coalizão forte impediu o avanço das políticas sociais e comprometeu a representação de vários segmentos societários identificados com este tipo de ideologia, dentre estes, os indígenas.

A falta de coesão não se resume aos movimentos de esquerda, A derrocada do MNR a partir da instalação dos regimes militares em 1964 deu-se com o apoio de agentes do próprio Movimento Revolucionário de 50.

Durante a abertura democrática, a Bolívia, não realizou uma nova constituição neste período assim como fizeram os outros países dos Andes Centrais entre 1978-80.

A União Democrática Popular, primeira organização moderna partidária de centro esquerda não conseguiu manter-se como uma opção política devido não conseguir agregar os interesses das lideranças envolvidas na coalizão.

O modelo democrático boliviano tem que se adequar às necessidades do país, principalmente com relação às demandas, exigências e necessidades dos povos originários; ignorar isto só conturba a situação política nacional. Os indígenas e as comunidades tradicionais hoje em dia organizam-se muito bem em diversos setores chave a

seus interesses. As indagações sobre a existência de um Estado multinacional são perda de tempo. Apesar da pluralidade social, o país é muito pequeno para manter algo deste tipo.

Os pactos e acordos políticos desde o final da revolução nacionalista foram nocivos em grande parte por preservarem certas lideranças em seus cargos. Toda liderança política incipiente na Bolívia surge desacreditada e se não for coerente perde apoio. O êxito político nacional requer sucesso político em sua circunscrição eleitoral. Entretanto, a permanência do êxito político nacional depende de acordos internos e externos à sigla partidária. Todavia, o sucesso popular em seu lócus eleitoral é imprescindível.

Ao contrário dos governos militares do início do regime autoritário, Banzer não tentou uma aproximação com os segmentos indígenas (*campesinato*), sua política de repressão foi capaz de conter os indígenas e todos os segmentos opositores.

A ruptura do Pacto Militar Campesino ocasionou um outro reflexo. As lideranças sindicais (eticamente identificadas com indígenas) de destaque foram alteradas e os aymaras de *La Paz* estenderam sua influencia aos demais. Até o regime banzerista os quéchuas de *Cochabamba* tinham mais destaque. Banzer reduziu a importância dos camponeses na política boliviana via a extrema violência.

Entre 1971-78 a Bolívia tinha condições de se re-organizar economicamente, entretanto, a corrupção inviabilizou o desenvolvimento e permitiu o colapso econômico na década seguinte.

A Falange Socialista Boliviana e o Movimento Nacionalista Revolucionário no momento da redemocratização formaram a Frente Popular Nacionalista. Banzer apoiou a União Nacionalista do Povo nas eleições de 1977 antes da criação da ADN ocorrida dois anos mais tarde.

A partir da criação da ADN, a oposição se organiza e forma a União Democrática Popular, formada pela coligação do Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda, pelo Movimento da Esquerda Revolucionaria e pelo Partido Comunista Boliviano. Entretanto esta mega coalizão fracassa devido ser inerte politicamente e não conseguir equacionar as diferenças e aspirações das elites políticas envolvidas na sigla.

Somente depois de Banzer deixar o poder em 1978, os indígenas retomaram sua mobilização política. A UDP foi uma boa iniciativa, mas não deu certo pela dificuldade

de organizar os interesses das elites dos partidos políticos envolvidos e por carecer de grupos organizados de indígenas e trabalhadores urbanos.

A fraude nas eleições de 1978 gera desânimo aos grupos progressistas recém possibilitados de se manifestarem politicamente. Ocorre o acirramento das diferenças e disputas regionais entre *Cochabamba* e *Santa Cruz* devido a disputa de privilégios recebidos por este ou aquele departamento desde a Revolução Nacionalista. Fato continuado na ditadura Banzer devido a preservação de seu reduto de apoio político. A Frente Popular Nacionalista foi fundada com o intuito de trazer Banzer para esta sigla partidária, entretanto, o ex-ditador apoiou a UNP e assim que pode formou a ADN em 1979.

A partir do ano de formação da ADN, a ascendente liderança política aymara se desmantela e perde a unidade se fracionando em vários partidos políticos de representação insignificante. Os anos 80 começam com Luis Garcia Meza e demais militares retrógrados abastecendo-se com o capital do narcotráfico e da subvenção do Estado. Os agentes políticos da extrema direita conturbaram o processo de abertura democrática e a instabilidade política incidente no poder executivo perdurou até agosto de 1981. Os deputados e senadores re-assumem seus cargos interrompidos em setembro de 1982.

Os atores históricos na Bolívia sempre entenderam a lógica da política e da disputa pelo poder. A dúvida de hoje é se a adesão ao formato democrático de fazer política irá permanecer.

Em 10 de outubro de 1982 Suazo à frente da UDP assume a presidência da Bolívia. A ingerência do Estado é factível e o descontrole inflacionário passa a ser o principal problema. O Movimento Indígena Tupac Katari e o Movimento Revolucionário Tupac Katari ligados à UDP conseguem elegerem um deputado cada um. Entretanto têm dificuldades de conciliar seus interesses.

Em 1985, a Nova Política Econômica adotada por Paz Estenssoro e Lozada (Ministro do Planejamento) é imposta sob intensa repressão aos segmentos sociais populares. Evidenciando a modernidade administrativa e o caráter tecnocrata da medida. A aprovação da NPE só foi possível devido o Pacto pela Democracia que garantia a aprovação dos decretos presidenciais no congresso dominado pela ADN.

No ano da NPE, o Movimento Revolucionário Tupac Katari de Libertação elege dois deputados (Victor Hugo Cárdenas e Walter Reinaga), todavia a ação conjunta dos dois é ínfima.

Em 1989 o MIR fragmenta-se originando mais dois partidos, o MIR-MASAS e o Movimento Bolívia Livre. É também neste ano que o MIR sela um pacto com a ADN intitulado Acordo Patriótico a fim de fazer frente à união do MNR, da CONDEPA e da UCS. Este período demonstra a fragilidade das instituições democráticas na Bolívia. A eleição do terceiro candidato (do MIR) na disputa presidencial se dá a partir de procedimentos torpes de escolha sem respaldo consensual e viabilizado devido a ADN dominar o poder legislativo.

O MNR e o MRTKL em 1993 elegem Lozada como presidente e Cárdenas como vice. A aproximação interpartidária apesar do êxito eleitoral não minimizou as diferenças entre os partidos políticos e a coalizão serviu apenas para a eleição de Lozada. Pouco foi feito para solucionar as demandas indígenas, com exceção da reforma educacional.

Os anos 90 marcam o início da política de repressão ao plantio de coca, principalmente em Chapare no departamento de Cochabamba. Neste período, tendências descontentes do MIR, do MIR-MASAS e do MBL formam um quarto partido político o Movimento Sem Medo.

No anseio de continuar existindo o Katarismo Nacional Democrático tenta aliar-se com praticamente todos os partidos do país, dentre eles: a ADN, a NFR, o PDEC, a FSB e o MOR.

Em 1997, Banzer elege-se presidente coligado com o MKN. A Esquerda Unida (IU) teve início com os kataristas da FULKA vinculados a CSUTCB e desde a sua origem foi muito forte em Cochabamba. Das 44 prefeituras disputadas em 1997 o partido ficou com 15 e elegeu 4 deputados uninomiais. Dentre estes deputados, Evo Morales que passados 2 anos conseguiu credenciar o MAS como partido político no Conselho Nacional Eleitoral.

Evo Morales é cassado em 2001, disputa as eleições de 2002 e torna-se a segunda força política do país. Lozada sagra-se vitorioso e não articula coalizões para manter no poder, toca em temas complicados da agenda política nacional e internacional,

não consegue obter apoio partidário e popular tendo que deixar o poder em outubro de 2003.

A articulação com os segmentos indígenas sempre foi muito importante após a abertura democrática, principalmente na década de 90. Lozada aliou-se a Cárdenas do MRTKL e Banzer em 97 coliga-se com a MKN. Lozada não busca este tipo de apoio em 2002, ganha as eleições por uma ínfima vantagem obrigando a realização do segundo turno indireto. Os partidos tal como: o NFR e o MIR apóiam Lozada eleitoralmente, obtém cargos executivos, entretanto, ao sinal de uma crise política abandonam seu apoio, assim como fez o vice-presidente e toda a linha de sucessão obrigando a convocação de novas eleições.

A realização de acordos é imprescindível, porém, sem o mínimo apoio popular, inclusive de índios e mestiços também não há como manter o êxito político. Na realidade este é um aspecto favorável à Bolívia devido esboçar um maior envolvimento dos segmentos populares com a política nacional.

Não havendo uma crise de governabilidade de origem política ou econômica, o apoio dos indígenas torna-se mais importante ainda. Em momentos de crise a previsibilidade é nula e a necessidade de acordos, pactos e coalizões pode aproximar até mesmo partidos políticos antagônicos.

Num contexto onde as lideranças departamentais exigem maior autonomia se faz necessária a ampliação da responsabilidade com relação aos acontecimentos ocorridos nas sub-localidades do estado nacional. Autonomia departamental antes de tudo significa mais responsabilidade das lideranças departamentais.

O sufrágio universal foi importantíssimo para o país ainda mais se atentarmos para seu envolvimento em conflitos armados (em 1879 com o Chile e em 1932 com o Paraguai) e a necessidade de integrar os ex-combatentes ao papel de civil comum. Weber fez esta constatação na Alemanha de 1870 e foca o parlamentarismo como preservador da estabilidade política. Muito mais relevante do que a discussão sobre parlamentarismo ou presidencialismo, em nosso caso, é a necessidade de observarmos se os diferentes segmentos societários estão representados no legislativo.

A crise da década de 80 na Bolívia tem início na década de 50, dado o descontrole da política econômica, o privilégio de desenvolvimento de uma região do país em detrimento às outras, a dificuldade de participação política da população e a baixa credibilidade das instituições políticas deliberativas e normativas.

Tocqueville enfatiza a centralização governamental e organizativa (federalismo) como favorável a coesão social e a obediência civil. A Bolívia não é federalista e sua estrutura política adotada como um estado nacional subdividido em 9 departamentos realmente não colabora com a coesão social e acirra ainda mais a rivalidade entre as sub-localidades do país. Os próprios governos desde a revolução da década de 50 alimentam estas rivalidades.

A composição do legislativo boliviano no início do século XXI é reflexo dos efeitos da coesão nacional insuficiente oriunda da disputa de uma região do país com as demais. Sendo atualmente necessária a formação de blocos de atuação tal como ocorre entre a *media luna* e os departamentos apoiadores do governo de Evo Morales.

Os governos bolivianos poderiam ter realizado uma gestão melhor dos recursos naturais; a principal crítica não se resume necessariamente a condenar a concessão de feita às companhias estrangeiras e sim ao fato destas negociações não terem trazido retorno econômico à Bolívia. Todavia a corrupção e a má administração pública são os fatores primordiais das dificuldades de desenvolvimento econômico principalmente as negociações favoráveis a uma minoria.

Os regimes autoritários, com exceção do governo Banzer, receberam forte oposição dos *mineros* devido terem estabelecido mecanismos de controle do *campesinato*. Os governos na Bolívia de um modo geral oscilam entre o apoio dos trabalhadores mineiros e dos trabalhadores do campo. Estes dois grupos de representação popular até a abertura democrática não se uniram efetivamente.

Os partidos políticos são extremamente fracos, se observarmos a configuração legislativa em 1997, 2002 e 2005 percebemos certas particularidades das siglas envolvidas. A Ação Democrática Nacional, o Movimento Nacionalista Revolucionário, a Nova Frente Republicana e o Movimento da Esquerda Revolucionaria são os partidos políticos bem representados em 1997 e 2002. Em 2002, o MAS surge como

uma forte opção política. A derrocada do MNR no poder leva a uma prática anulação das eleições de 2002 dada a convocação das eleições gerais em 2005.

O MAS rivaliza num primeiro momento com o MNR, ambos apresentam o mesmo índice de aprovação eletiva em 2002. Com o acirramento da instabilidade política o MNR perde apoio, mas isso não significa que o MAS receberia diretamente todo o apoio político perdido pelo MNR. Parte considerável do apoio concedido ao MAS em 2005 é proveniente da perda de apoio do MNR. Ambas as siglas partidárias são fortes em *Cochabamba*.

A ADN deixa de existir e o *Podemos* assume o legado partidário sem aquele vulto de intolerância e violência. Nas eleições presidenciais de 2005 não sagra-se vitorioso. Entretanto a derrota não foi completa. O apoio do *Podemos* é 10 vezes maior do que a ADN tinha em 2002. Devido a esta reorganização partidária liderada por Quiroga, o *Podemos* torna-se a fiel força legislativa assim como fora a ADN. O *Podemos* tem 14 senadores, pelo menos um por departamento de um total de 3 cargos.

Nas eleições de 2005, o MNR perde $\frac{3}{4}$ de sua força legislativa e não possui mais nenhuma figura de relevância nacional. O MIR esgota sua ação política e não participa das eleições. Apesar de sempre se destacar como um grande partido político, o MIR nunca teve uma grande quantidade de quadros para exercer muito poderio legislativo e a ocorrência de fatos tão abortos no final de 2003 e 2004 impediu o partido político de se organizar para a disputa de 2005.

Além do desgaste dos partidos políticos tradicionais, a etnicidade influencia o comportamento político e o sucesso de Evo Morales em grande parte se dá pela identificação da população indígena com o líder do MAS. Entretanto, é necessária a preocupação com a linha de sucessão e novas lideranças devem se desenvolver dentro do partido político. Senão o futuro do MAS será como o de qualquer partido político boliviano presente no processo de democratização.

O formato boliviano de democracia pactuada deve permitir a oposição política sem suprimi-la. Pactos, coalizões ou acordos fazem parte da dinâmica política, todavia, iriam gerar menos aversão se pelo menos fossem realizados com algum tipo de critério acima da necessidade puramente governativa.

A política boliviana avançou muito e a rivalidade entre diferentes sem eliminação da oposição é o mais importante dos aspectos passíveis de serem destacados. OMAS e o *Podemos* expressam a diversidade interna via a rivalidade regional. Não é banal observarmos isso nem mesmo é irrelevante dado se analisarmos que desde a revolução nacionalista contamos a possibilidade de fortalecimento político do *Podemos* a partir do sucesso obtido pela ADN em *Santa Cruz*. Partido político ávido por dominar o legislativo. Foi seguindo esta fórmula de conquista do legislativo que o MAS obtém sucesso em 2002. Desde a década de 90 o gradativo fortalecimento das circunscrições eleitorais locais levaria a algo do tipo ao ocorrido com Evo Morales. Além da retomada dos políticos populares de *Cochabamba* ainda devemos considerar a necessidade de novos atores políticos no país.

Evo Morales forte em *Cochabamba*, *La Paz* e *Chuquisaca*; garante o fundamental apoio popular em *Oruro* e *Potosí*, departamentos de grande transcendência política, devido abrigarem as lideranças mineiras sempre muito ativas na história política boliviana.

A clivagem econômica coincide com a étnica na Bolívia, a sociedade é segmentada e marcadamente regionalista. Sob estas condições, o federalismo seria uma ótima opção para a Bolívia.

O jogo político da moderna democracia boliviana figurava entre Estenssoro (MNR) e Banzer (ADN), sendo Lozada e Quiroga seus respectivos sucessores. Deveria existir uma terceira força com a qual as duas siglas partidárias desenvolvessem melhor sua rivalidade dado o sistema político boliviano favorecer as coalizões. O MIR e a NFR fizeram este papel. O MIR foi cada vez mais relegado a um papel secundário e só conquistou o poder sub-julgado ao legislativo dominado pela ADN. Nem mesmo a adesão à UDP minimizou este fato. A NFR de Manfred Reyes Villa não soube utilizar seu aparato institucional e perdeu apoio principalmente em *Cochabamba* e não se consolida como opção nacional, apesar das pesquisas o apontarem como maior força política em 2002.

Para Evo Morales figurar entre os principais atores políticos tinha que desbancar as lideranças do MNR e os tributários da ADN. Desbanca Lozada em 2003 e atualmente luta diretamente com Quiroga do *Podemos*.

No dia dez de agosto de 2008, via referendo, a população confirma com 67,4% a permanência de Evo Morales na presidência do país. A população também optou

pela permanência das lideranças departamentais, independente de serem a favor ou contra Evo Morales. Isto é muito bom e nos indica o amadurecimento das escolhas políticas dos cidadãos e quanto esperam que as lideranças eleitas terminem seus mandatos constitucionais. Cabe a classe política atentar a este fato e retribuir o voto de confiança da maioria da população a fim de realizarem as modificações institucionais restantes.

No dia seis de outubro de 2008, a reunião entre o presidente Evo Morales e as lideranças departamentais não acaba em acordo. A *media luna* não consegue encontrar um meio termo entre suas exigências e os limites do líder do executivo nacional. Os meios de comunicação começam a se concentrarem no anseio de Evo Morales em disputar reeleição.

A reflexão da importância das instituições como facilitadoras da democracia é interessante e muito mais diverso do que possa parecer. Cada país tem sua necessidade e cada modelo requer uma adequação do aparato institucional. Não é possível transplantar um modelo institucional de um país a outro.

A Bolívia possui atualmente uma ótima oportunidade de solucionar seus problemas de integração e ingerência institucional. A nova Constituição deveria inserir o modelo federalista de forma objetiva e claramente escrita. Desta forma, viabilizaria a autonomia departamental e as leis próprias de cada departamento estariam subordinadas à lei federal máxima. Os legislativos departamentais podem possuir leis próprias, todavia limitadas e subordinadas à Constituição Federal.

A consolidação democrática na Bolívia parece cada vez mais próxima devido a legitimidade eleitoral e representativa terem sido conquistadas. A principal demanda é solucionar os impasses gerados pela rivalidade regional e a difícil hierarquização do poder.

A consolidação democrática apesar de tardia tem assegurado a formação de instituições particulares, desta forma fica evidente a importância dos estatutos a fim de preservarem a composição do coletivo social transfigurada nas instituições políticas.

O crescimento representativo do MAS (*Movimiento Al Socialismo*) nas eleições de 2002 e 2005 nos demonstra a aceitação por lideranças políticas até então contrastantes com o tipo recorrente de candidato político. As duas eleições podem ser vistas praticamente como mesmo processo político devido à substituição de toda a legislatura

empossada no poder em 2002. As eleições de 2005 foram gerais e todos os cargos eletivos em vários níveis foram estabelecidos, inclusive prefeitos até então indicados pelo presidente. Esta reorganização está relacionada ao anseio de substituição de antigas lideranças, entretanto também está relacionada ao espaço viável para a entrada de novos atores na arena política boliviana.

Evidenciamos em parte a ocorrência da superação da política via pactos e acordos muito comuns para a preservação de antigos partidos políticos e figuras personalistas. A rivalidade entre os partidos políticos sem eliminar a oposição, apesar de esboçar a polarização política entre o MAS e o *Podemos*, evidencia o amadurecimento das organizações partidárias. Diversos grupos devem disputar o poder sendo mais benéfico neste caso a representação multipartidária.

Atualmente, a polaridade de forças políticas na Bolívia é marcada pelo embate entre uma sigla mais conservadora e outra mais progressista. A incorporação de segmentos até então excluídos do poder é um dos panos de fundo desta disputa. No âmbito partidário notadamente via o embate entre o *Podemos* liderado por Jorge Quiroga e o MAS liderado por Evo Morales. Enquanto um quer a emancipação das instâncias menores de poder, com as autonomias departamentais, o outro, requer um Estado fortificado e centralizador, respectivamente.

Acompanhando as últimas eleições é possível verificar a quebra de hegemonia política com a superação dos limites impostos aos indígenas. Entretanto, sempre foi importante a adesão dos indígenas, tanto é que desde a década de 90 até 2005 os presidentes eleitos necessariamente articularam-se com os indígenas para vencer as eleições quando não o fizeram houve término do mandato presidencial antes do previsto.

A Bolívia tem um ambiente propício para o surgimento de novos atores políticos. A importância estratégica de Chapare oriunda de uma colonização tardia poderia nos dar uma pista do que iria ocorrer no começo do século XXI no país. A questão se resume a possibilidade de surgimento de uma liderança local que perpassasse ao plano nacional. O MAS possui diversas lideranças partidárias mas o êxito de Morales em 1997 foi o fator principal assim como a iniciativa de desenvolver a sigla partidária. Tanto o MAS como o *Podemos* estão inseridos na mesmo processo de formação relacionado a reinvenção partidária. O MAS é uma reinvenção da IU assim como o *Podemos* é uma reinvenção da

ADN. Ambos amenizando o discurso e a prática extremista seja de esquerda ou de direita, necessariamente porque o ambiente democrático exige isto.

Os partidos políticos bolivianos devem de uma vez por todas se fortalecerem a fim de superarem a crise de legitimidade, representatividade e credibilidade. O MAS e o *Podemos* estão no caminho certo e cada qual busca obter seu campo de apoio segundo as clivagens sociais mais identificadas consigo. O segundo passo é a necessidades dos partidos em mediar os conflitos entre os segmentos sociais constituintes de cada clivagem identificada com o dado partido político. Este é o principal paradigma a ser equacionado na política boliviana.

A situação de identificação e ação política amenizada é dificultada na Bolívia devido a baixa tolerância política entre os segmentos sociais que reforçam as clivagens e as correlacionam com outros problemas do cotidiano sem pensar numa solução total aos problemas de relacionamento entre diferentes.

Os governos conquistaram a legitimidade via disputas políticas efetivamente democráticas, agora, o mais importante é a conquista de eficácia política. São os governos locais e o governo nacional, assim como os deputados e senadores que irão responder pela completa consolidação democrática.

Segundo Lipset a vitalidade democrática é dada pela relação entre 3 dimensões: a república, o sistema partidário e a representação política eleitoral legislativa. A república pode ser federalista ou estado unitário, o sistema partidário pode conter dois ou mais partidos políticos e a representação política pode ser territorial ou proporcional.

Segundo esta teoria, o modelo democrático bipartidário de representação política territorial federalista tem mais chances de consolidação democrática. Entretanto, a Bolívia não é uma república federativa e sim um estado unitário. Esta modificação só seria viável pela revisão constitucional. A representação política eleitoral legislativa é mista, mescla os tipos territorial (uninominal) e proporcional (plurinomial). Todavia, se alterações institucionais fossem feitas estas dimensões poderiam ser alteradas.

Entretanto, o maior impasse reside na dimensão: sistema partidário. Sem o multipartidarismo não é possível a permanência da democracia consolidada na Bolívia. Por mais que a atual polarização política (entre o MAS e o *Podemos*) nos indique a possibilidade de edificação de um sistema bipartidário, isto não deixa de ser errôneo. A

diversidade sócio-cultural na Bolívia é significativa até mesmo entre os indígenas. As demandas das diversas comunidades espalhadas pelo país também requerem uma organização partidária mais adequada às suas pretensões. Esta seria uma forma de preservar as diversidades e permitir a participação de mais segmentos sociais.

Num país socialmente homogêneo, dois partidos políticos já são suficientes, pois, podem se estruturar segundo a clivagem econômica, num país heterogêneo como é o caso da Bolívia, a esfera econômica é perpassada por outras dimensões. Classe é apenas uma das dimensões relacionadas ao sistema partidário, as próprias lealdades regionais são outras. As clivagens se determinam a partir da heterogeneidade e a oposição de grupos sociais privilegiados aos demais determina a primeira cisão responsável pela primeira divisão grupal.

O modelo consensual esboçado por Lijphart é o mais indicado para a Bolívia devido sua grande diversidade social. E apesar do acirramento entre os partidos políticos na Bolívia é de se esperar um maior diálogo como também a busca para soluções concertadas entre os diversos partidos inseridos na legislatura do país. Ainda mais se lembrarmos como a política na Bolívia tende a super valorizar pactos, acordos e coalizões.

De 1997 à 2005 houve aumento de cerca de 1,5 milhão de eleitores. Dado muito importante devido nossa preocupação com o aumento da participação eleitoral. Nas próximas eleições, a Bolívia poderá registrar mais de 2,2 milhões de eleitores, fato importante para um país que anseia em conquistar a legitimidade das representações políticas.

As crises de legitimidade são ocasionadas por uma mudança na estrutura social do país. Pode ser oriunda de uma perda de relevância das principais instituições do país ou pela dificuldade de incorporação dos diferentes grupos societários. Desta forma, fica evidente a recente conquista do sistema político boliviano. A legislação eleitoral vem sendo seguida, há efetiva participação civil nos pleitos eleitorais e as organizações representativas da sociedade civil têm condições de se estruturarem. Sendo assim, os diversos grupos societários são atualmente dotados de mecanismos para se incorporarem nas disputas políticas seja como constituintes de partidos político ou como eleitores.

Apesar das particularidades históricas e todos os atritos políticos, a Bolívia consolida sua democracia e empreende a possibilidade de real participação política de todos

os segmentos societários, independente da etnia com a qual se identifiquem. A modernização econômica e a modernização institucional política ficam aquém do que poderia ser. Entretanto, a eficácia dos governos permitirá a cristalização destas recentes mudanças. Cabe à sociedade civil a participação e a responsabilidade em suas escolhas assim como a atenta supervisão dos governos eleitos, locais e nacionais.

ANEXOS

Divisão Territorial Populacional

--- Media Luna



Tabela I: Distribuição dos grupos étnicos na Bolívia

Etnias	Língua	Presença Territorial
<i>Baure</i>	<i>Arahuaco</i>	Beni
<i>Ignaciano (Moxo)</i>	<i>Arahuaco</i>	Beni
<i>Trinitario</i>	<i>Arahuaco</i>	Beni
<i>Itene (More)</i>	<i>Arahuaco</i>	Beni
<i>Taimana (Mosetén)</i>	<i>Chapacura</i>	Beni
<i>Chacobo</i>	<i>Mosetén</i>	Beni
<i>Pacahuara</i>	<i>Pano</i>	Beni e Pando
<i>Chimanes</i>	<i>Pano</i>	Beni
<i>Cavineño</i>	<i>Tacana</i>	Beni
<i>Reyesano</i>	<i>Tacana</i>	Beni
<i>Esse Ejja (Chama-Huaarayo)</i>	<i>Tacana</i>	Beni e La Paz
<i>Sirionó</i>	<i>Tupi-guarani</i>	Beni
<i>Pauserna</i>	<i>Tupi-guarani</i>	Beni
<i>Cayabuba</i>	<i>Sem Classificação</i>	Beni
<i>Itonoma (Saramo)</i>	<i>Sem Classificação</i>	Beni
<i>Movima</i>	<i>Sem Classificação</i>	Beni
<i>Yaminahua</i>	<i>Pano</i>	Beni
<i>Araona</i>	<i>Tacana</i>	La Paz
<i>Tacana</i>	<i>Tacana</i>	La Paz
<i>Callahuaya</i>	<i>Sem Classificação</i>	La Paz
<i>Leco</i>	<i>Sem Classificação</i>	La Paz
<i>Aimará</i>	<i>Aimará</i>	LP, OR, PT e CB
<i>Quíchua</i>	<i>Quíchua</i>	CB, PT, OR, CQ, TJ e LP
<i>Chipaya</i>	<i>Macro-maya</i>	Oruro
<i>Guarqni (Izoño-Chiriguano)</i>	<i>Tupi-guarani</i>	Chuquisaca e Santa Cruz
<i>Yuqui (Sirionó)</i>	<i>Tupi-guarani</i>	Cochabamba e Santa Cruz
<i>Yuracaré</i>	<i>Yuracaré</i>	Cochabamba
<i>Ayoreo (Ayore-Morotoco)</i>	<i>Zamoco (Zamakú)</i>	Santa Cruz
<i>Chiquitano</i>	<i>Sem Classificação</i>	Santa Cruz
<i>Mataco</i>	<i>Mataco-maca</i>	Tarija
<i>Tapiete (Guasuarango)</i>	<i>Tupi-guarani</i>	Tarija
<i>Chulupi</i>	<i>Tupi-guarani</i>	Tarija

Fonte: Ct. Aranda, (1997) – *Nueva Geografía de Bolivia*, (1992:196).

Densidade Populacional

Departamento	Nº de Províncias	Habitantes
La Paz	20	2707700
Santa Cruz	15	2467400
Cochabamba	16	1709800
Potosí	16	772600
Chuquisaca	10	611700
Tarija	6	471600
Oruro	16	437100
Beni	8	414800
Pando	5	9500

Tabela II: Área de plantio de coca (hectares)

1993: 47.200	1994: 48.100	1995: 48.600	1996: 48.100	1997: 45.800
1998: 38.000	1999: 21.800	2000: 14.600	2001: 19.900	2002: 24.400

Fonte: DEA (*Drug Enforcement Administration*).

Representação Partidária Legislativa de 1997, 2002 e 2005.

Tabela III: Eleição de 1997

Partido Político	Porcentagem Legislativa
ADN-NFR-PDC	27.39
MNR	19.11
MIR-NM	19.11
UCS	14.65
CONDEPA-MP	14.01
MBL	3.18
IU	2.55
Total	100.00%

Fonte: *Corte Nacional Electoral* (2.070.714 eleitores).

Tabela IV: Eleição de 2002

Partido Político	Porcentagem Legislativa
MNR – MBL	29.94
MAS	22.29
NFR	17.20
MIR – NM	19.75
MIP	3.82
UCS – FSB	3.18
ADN	3.18
PS	0.64
Total	100.00%

Fonte: *Corte Nacional Electoral* (2.778.853 eleitores).

Tabela V – Eleição de 2005

Partido Político	Porcentagem Legislativa
MAS	41.47
Podemos	35.38
UM	12.31
MNR	7.69
FREPAB	1.54
NFR	0.77
MIP	0.77
Total	100.00%

Fonte: *Corte Nacional Eleitoral* (3.679.886 eleitores).

Tabela VI – Percentual Eleitoral Presidencial de 2005

	<i>La Razón</i>	<i>La Prensa</i>	<i>Média</i>
MAS	51.1	50.9	51.0
Podemos	31.1	31.9	31.5
UM	8.1	8.2	8.2
MNR	6.7	6.7	6.7
MIP	1.7	1.1	1.4
NFR	0.6	0.5	0.6
FREPAB	0.3	0.2	0.3
USTB	0.2	0.2	0.2
B & N	•6.8	Sem divulgação	Sem divulgação

Fonte: Mídia Imprensa Boliviana

- O periódico “*Lá Razón*” indica 3.7 de votos brancos e 3.1 de votos nulos.

Tabela VII – Composição do Senado em 2005

N= 27	LP	SC	CB	OR	TJ	PT	CQ	BN	PD
MAS	2	1	2	2	1	1	1	0	1
Podemos	1	2	1	1	2	2	2	2	2
MNR	0	0	0	0	0	0	0	1	0

Fonte: Corte Nacional Eleitoral

(LP: La Paz, SC: Santa Cruz, CB: Cochabamba, OR: Oruro, TJ: Tarija, PT: Potosí, CQ: Chuquisaca, BN: Beni e PD: Pando).

Tabela VIII – Composição da Câmara de Deputados em 2005

N = 130	MAS	Podemos	UN	MNR	FREPAB	NFR	MIP
Deputados Uninomiais	44	26	0	0	0	0	0
Deputados Plurinomiais	10	20	15	11	2	1	1
Total	54	46	15	11	2	1	1

Glossário dos partidos políticos bolivianos representativos em 1997-2008

ADN: *Acción Democrática Nacional.*
CONDEPA: *Consciencia de Pátria.*
FREPAB: *Frente Patriótico Agropecuario de Bolívia.*
FSB: *Falange Socialista Boliviana.*
IU: *Izquierda Unida.*
MAS: *Movimiento al Socialismo.*
MBL: *Movimiento Boiívia Libre.*
MNR: *Movimiento Nacionalista Revolucionario.*
MIP: *Movimiento Indígena Pachakuti.*
MIR: *Movimiento da Izquierda Revolucionaria.*
NFR: *Nueva Frente Republicana.*
NM: *Nueva Mayoría.*
PDC: *Partido Democrata Cristiano.*
Podemos: Poder Democrático Social.
PS: *Partido Socialista.*
UCS: *Unidad Cívica Solidariedad.*
UN: *Unión Nacional.*

BIBLIOGRAFIA

ALMOND, G. (1987) “The Development of Political Development” in: Myron Weiner e Samuel P. Huntington, eds., “*Understanding Political Development*”. Little Brown. Boston.

ARANDA, A. S. (2002) “*A questão étnica e cultural na política boliviana no cenário pós-guerra fria*” (tese de doutorado – Departamento de Ciência Política) FFLCH/USP/São Paulo.

_____ (1997) “*Etnicidade e Política: o caso aymara*” (dissertação de mestrado – Departamento de Ciência Política) FFLCH/USP/São Paulo.

BOBBIO, N. (2005) “*Estado, Governo, Sociedade – para uma teoria geral da política*”. Editora Paz e Terra. São Paulo.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (2002) “*Dicionário de Política*”. Editora da UnB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

BOBBIO, N. (1995) “*Direita e Esquerda – razões e significados de uma distinção política*”. Editora Unesp. São Paulo.

CONAGHAN. & MALLOY, J. (1994) “*Unsettling Statecraft. Democracy and Neoliberalism in The Central Andes*”. Pittsburgh University Press USA.

COSTA NETO, C. (2005) “*Políticas Agrárias na Bolívia – reforma ou revolução*”. Expressão Popular. SP.

DAHL, R. (2005) “*Poliarquia – participação e oposição*”. EDUSP. São Paulo.

DELPIROU, A. & LABROUSE, A. (1988) “*Coca Coke – produtores, consumidores, traficantes e governantes*”. Editora Brasiliense. São Paulo.

DENT, D. W. (1990) “*Handbook of Political Science Research on Latin America: trends from the 1960s to the 1990s*”. Greenwood Press. NY.

DIAMOND, L.; LINZ, J. J. & LIPSET, S. (1989) “*Democracy in the Developing Countries*”. Lynne Rinner Pub/Adamantine Press. Boulder, Colorado/London, England.

FERES Jr., J. (2004) “*A história do conceito de Latin América nos Estados Unidos*”. EDUSC. ANPOCS.

FERNANDES (1976) “*A Sociologia numa Era de Revolução Social*”. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

GAMARRA, E. (2001) “Hybrid Presidentialism and Democracy” (in: *Presidentialism and Democracy*. Edit: S. Mainwaring & M. S. Shugart) Cambridge University Press. UK.

_____ (1990) “Bolívia” in: David W. Dent, eds. *Handbook of Political Science Research on Latin America: trends from the 1960s to the 1990s*. Greenwood Press. NY.

GOHN, M. G. (1997) “*Teoria dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*”. Edições Loyola. São Paulo.

HOBBS, T. (1974) “Leviatã”. In: *Os Pensadores* Volume XIV. Editora Abril. SP

HUTTINGTON, S. P. (1994) “*A Terceira Onda*”. Editora Ática. São Paulo.

KLEIN, H. (2003) “*A Concise History of Bolivia*”. Cambridge University Press. NY.

_____ (1987) “*Historia General de Bolivia*”. Libreria Editorial Juventud. La Paz.

LIJPHART, A. (2003) “*Modelos de Democracia – desempenho e padrões de governo em 36 países*”. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

LINZ, J. J. & STEPAN, A. (1999) “*A Transição e Consolidação da Democracia – a experiência do sul da Europa e da América do Sul*”. Paz e Terra. São Paulo.

LIPSET, S. M. (1967) “*O homem político*”. Editora Zahar. Rio de Janeiro.

MALLOY, J. (1993) “Política Econômica e o Problema da Governabilidade democrática nos Andes Centrais” (in: “*Estado Mercado e Democracia*”, org: L. Sola). Paz e Terra. São Paulo.

MALLOY, J. M. & SELIGSON, M. A. (1987) “*Authoritarians and Democrats: Regime Transition in Latin America*”. UPP. Pittsburgh.

MESA, J., TERESA, G. & MESA GISBERT, C. (2003) “*HISTORIA de BOLIVIA*”. Editorial Gisbert.

MITCHELL, C. (1992) “Bolívia” . In: AMERINGER, C. D. “*Political Parties of the Americas, 1980 to 1990*”. Greenwood Press. London.

PASQUINO, G. (1997) “*La Oposición – en las democracias contemporáneas*”. EUDEBA. Buenos Aires.

RIVERA, S. (1986) “*Oprimidos pero no vencidos*”. Edición Hisbol. La Paz.

ROUQUIÉ, A. (1984) “*O Estado Militar na América Latina*”. Editora Alfa-Ômega. São Paulo.

SARTORI, S. (1980) “*Partidos e Sistemas de Partidos*”. Editorial Alianza. España.

_____ (1965) “*Teoria Democrática*”. Editora Fundo de Cultura. RJ.

- SCHUMPETER, J. (1961) “*Capitalismo, Socialismo e Democracia*”. Editora Fundo de Cultura RJ.
- SOLA, L. (2001) “Reformas do Estado para qual democracia? O lugar da política” (in: “*Sociedade e Estado em Transformação*” orgs: J. C. Bresser Pereira, J. Wilhelm & L. Sola). FEU, INAP e Imprensa Oficial. São Paulo.
- STAVENHAGEN, R. (2001) “Social Dimensions - Ethnicity” In: “*Democracy in Latin America – Reconstruction Political Society*”. United Nations University Press.
- TOCQUEVILLE (2001) “*Democracia na América*”. Leis e Costumes. Livro I. Martins Fontes. SP.
- TOURAINÉ, A. (1989) “*Palavra e Sangue – política e sociedade na América Latina*”. Editora da UNICAMP/Trajatória Cultural. São Paulo.
- TRINDADE, H. (1985) “Bases da Democracia Brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822-1945)”. In: ROUQUIÉ, A. Et. Al. “*Como renascer as democracias*”. Brasiliense. SP.
- WEBER, M. (2004) “*Economia e Sociedade*”. Vols. I e II. Editora UnB. São Paulo.
- _____ (1982) “*Ensaio de Sociologia*”. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- _____ (1974) “Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída” in: *Os Pensadores*. Volume XXXVII. Editora Abril. São Paulo.
- VIANA, A. L. & ARRETCHE, M. (1993) “Bolivia: estabilização e política social” In: *Ciências Sociais Hoje*. XVI Encontro. Orgs: E. Diniz, J. S. L. Lopes & R. Prandi. ANPOCS/HUCITEC. São Paulo.